

UFGO

X SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DA BANANA NO
MUNICÍPIO DE BANANEIRAS - PARAÍBA - 1970/1984

Por:

MARTA MARIA GOMES VAN DER LINDEN

*Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Econo-
mia, com área de concentração em Economia Rural da
Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às
exigências para obtenção do grau de Mestre.*

CAMPINA GRANDE - DEZEMBRO DE 1985



V235s Van der Linden, Marta Maria Gomes.
Sobre a organização da produção da banana no município de Bananeiras - Paraíba - 1970/1984 / Marta Maria Gomes van der Linden. - Campina Grande, 1985.
167 f.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1985.
Orientação: "Prof. Dr. Elbio Troccoli Pakman".
Referências.

1. Política Agrícola - Banana - Bananeira(PB). 2. Banana - Organização e Produção. 3. Capitalismo - Brasil. 4. Economia - Dissertação. I. Pakman, Elbio Troccoli. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB) III. Título

CDU 338.43.02(813.3)(043)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA

SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DA BANANA NO
MUNICÍPIO DE BANANEIRAS - PARAÍBA - 1970/1984

MARTA MARIA GOMES VAN DER LINDEN
Mestranda

ELBIO TROCCOLI PAKMAN
Orientador

DATA: ___ / ___ / ___

BANCA EXAMINADORA:

LUIZ ANDREA FAVERO
Presidente da Banca

ELBIO TROCCOLI PAKMAN
Membro da Banca

IVONY LÍDIA MONTEIRO SARAIVA
Membro da Banca

MANUEL JUAN ROJAS BUVINICH
Membro da Banca

A G R A D E C I M E N T O S

Este trabalho resulta de um esforço conjunto de várias pes-
soas que contribuíram direta ou indiretamente para sua realização. Um agra-
decimento especial aos produtores e trabalhadores entrevistados, que nos
possibilitaram penetrar no cotidiano de suas vidas e transpor nesta dissert-
tação a experiência vivenciada.

Na execução desta tarefa, somos reconhecidamente gratos aos
que fazem o Departamento de Ciências Básicas e Sociais do Centro de Forma-
ção de Tecnólogos. Aos alunos Marcelo Germano e Robson Brandão, pelo in-
cansável acompanhamento nas viagens de campo e o estímulo que nos deram pe-
lo interesse com que realizavam a pesquisa.

Aos professores do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, aos
técnicos da Emater (Escritório de Bananeiras) e da EMEPA (em Lagoa Seca)
que contribuíram com as informações técnicas.

Ao professor Elbio Troccoli Pakman, pelo estímulo e contribui-
ção concreta na execução do trabalho, ao dar idéias, fazer críticas, en-
fim, pela orientação e confiança nos nossos esforços.

A Marta Jane que datilografou a versão preliminar e a João
Batista, cujo empenho possibilitou que a versão final fosse datilografada
em tempo hábil.

Aos amigos, especialmente, a Madalena Herculano e Daniel Ara-
gão, pela ajuda efetiva que nos deram nas diversas etapas, para que não
desistíssemos da difícil tarefa que nos propúnhamos.

A Haeckel, meu esposo e companheiro de todas as horas, que sem-
pre acreditou que seríamos capazes de executar esta tarefa e nos incenti-
vou em todos os momentos.

Í N D I C E

PRIMEIRA PARTE - INTRODUÇÃO

1.1 - Caracterização do Problema e sua Importância	01
1.2 - Delimitação do Objeto do Estudo	03
1.3 - Objetivos	03
1.4 - Referencial Teórico	05
1.5 - Metodologia da Pesquisa	24

SEGUNDA PARTE - A ÁREA DE ESTUDO

2.1 - Condições Geo-Climáticas e Principais Culturas Agrícolas	28
2.2 - A Estrutura Fundiária e a Ocupação do Solo no Brejo Paraibano .	30
2.3 - A Produção Agrícola e Pecuária	38
2.4 - Considerações sobre a Cultura da Banana no Estado da Paraíba .	43
2.5 - Importância Econômica da banana na Micro-Região do Brejo Paraibano	51
2.6 - Posse e Uso da Terra na Área de Estudo	58
2.7 - Bananeiras: Características do Município e Peculiaridades de sua Economia	67

TERCEIRA PARTE - ESTRUTURA DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA BANANA NO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS

3.1 - As Unidades Produtivas e Condição de Posse das Terras	72
3.2 - Relações de Produção e de Trabalho	87
3.3 - A Base Técnica e os Rendimentos da Produção da Banana	106
3.4 - As Formas de Comercialização	122

QUARTA PARTE - A GUIA DE CONCLUSÕES 130 |

BIBLIOGRAFIA	141
--------------------	-----

ANE ANEXOS:

ANEXO I - Relação das Siglas Utilizadas	i
ANEXO II - Informações Técnicas sobre o Cultivo da Banana	ii
ANEXO III - Sítios e Fazendas Visitados Durante a Pesquisa .	xi
ANEXO IV - Distribuição do Crédito Agrícola do PDRI no Município de Bananeiras - 1978-82	xii
ANEXO V - Questionários da Pesquisa	xiii

PRIMEIRA PARTE - INTRODUÇÃO

1.1 - CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA

O estudo da organização da produção da economia da banana reveste-se de fundamental importância para se compreender o processo de desenvolvimento do setor agrícola na micro-região do Brejo Paraibano. Ao que se observa, este desenvolvimento vem atingindo um extrato mínimo da estrutura social rural.

O centro de nossas atenções se volta, portanto, para o pequeno produtor agrícola¹ que, inserido nesse processo dinâmico como parcela majoritária da totalidade que forma a sociedade rural, é também, na área de estudo, a parcela mais representativa dos produtores de banana.

O interesse demonstrado em compreender com mais profundidade esta categoria de produtores se deve à observação preliminar de que a cultura da banana tem apresentado considerável expansão de sua produção e de sua área plantada e, de que este crescimento tem sido acompanhado pela proliferação dos pequenos produtores, por um lado, e do assalariamento, por outro. Isto reflete sobremaneira, a complexidade das relações de trabalho na área de estudo, bem como, sua inserção no processo de transformações sócio-econômicas porque passa a agricultura em nosso país.

^{1/} Os pequenos produtores são aqui entendidos como a massa de produtores envolvidos no que se tem convencionalmente chamado de "pequena produção" e que é assim definida: pequenas áreas com baixas rendas, onde a família do produtor direto constitui a unidade básica de produção e consumo, e onde sua reprodução se realiza sob precárias condições.

Colocado desta maneira o problema, apesar de sua aparente simplicidade, congrega uma série de fatores que lhes dão importância significativa, mesmo porque sua análise abrange vários aspectos que extrapolam o caráter específico e atinge a esfera mais geral da economia. Assim coloca-se o problema da política agrícola no Brasil, nela inseridos: o crédito rural e a modernização da agricultura, com tudo que esta implica de modificações das relações de trabalho, de evolução da estrutura agrária e das relações de propriedade dos meios de produção. São estes tópicos os que se constituem no esteio fundamental de toda a análise.

O presente texto, apesar de não ser um trabalho em área teórica desconhecida, dado o interesse que o tema geral tem despertado e o número de estudiosos que se dedicam ao mesmo, se constitui, mesmo assim, em mais uma contribuição para a compreensão do problema numa área de abrangência até então pouco pesquisada. Sua análise poderá ajudar a apontar a forma como o município e, em particular, os pequenos bananicultores, se inserem no processo de desenvolvimento da agricultura.

Após análise dos dados coletados, estruturamos o trabalho em quatro partes complementares, de modo a permitir uma exposição ordenada e o encadeamento lógico do que conseguimos estudar e concluir.

Na primeira parte tentamos caracterizar o problema e mostrar sua importância; delimitar os objetivos e traçar as linhas gerais do arsenal teórico e da metodologia utilizada na execução do trabalho.

A seguir, na segunda parte, buscamos esboçar um quadro geral dos aspectos sócio-econômicos da micro-região, na

qual se situa o município objeto de análise, destacando-se em seguida a produção da banana no contexto regional, à nível do Estado, da micro-região e local, evidenciando-se também as principais características da economia bananeirense.

O estudo de caso propriamente dito, constitui a terceira parte do trabalho. Nela analisaremos os dados coletados, relacionando-os com o exposto nas duas partes anteriores.

As conclusões alcançadas encontram-se resumidas na quarta e última parte do trabalho, e refletem a nossa intenção em explicar sinteticamente as preocupações inicialmente explicitadas nos objetivos; no entanto, elas estão parcialmente contidas no texto e, portanto, podem ser percebidas em várias passagens, paulatinamente, ao longo da leitura do trabalho.

1.2 - DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

As considerações acima apontam como objeto de estudo a atual organização da produção de banana e os reflexos sócio-econômicos desta, na área econômica em torno do município de Bananeiras, na micro-região do Brejo Paraibano.

1.3 - OBJETIVOS

1.3.1 - OBJETIVO PRINCIPAL

Analisar a organização da economia da banana em Bananeiras, fundamentalmente, as relações de trabalho que nela se estabelecem, de modo a compreender seus nexos internos, sua lógica de movimento e as inter-relações que se estabelecem com o contexto geral do qual faz parte.

1.3.2 - OBJETIVOS SECUNDÁRIOS

a) Situar a problemática específica estudada dentro do contexto de teorias que tentam explicar as relações entre a agricultura e o desenvolvimento econômico-social, assim como as implicações da "modernização" e o lugar da pequena produção agrícola, para dar sentido aos dados coletados e poder interpretá-los;

b) expor a metodologia empregada, para que sejam facilmente identificáveis as possibilidades e limitações analíticas e explicativas do trabalho;

c) mostrar as características fundiárias (de uso e posse da terra) e do perfil da economia (e, em particular, da produção agrícola e pecuária), da micro-região (Brejo Paraibano) e do município (Bananeiras);

d) traçar o quadro da importância e da evolução da produção de bananas no Estado, na micro-região e no município estudado;

e) estudar a estrutura das unidades produtivas dos bananicultores, relativo a área e condição de posse e uso da terra;

f) analisar as relações de produção e de trabalho interrelacionadas com a estrutura de propriedade das terras, tentando ver as eventuais correspondências entre esses aspectos;

g) observar o nível técnico e produtivo dos bananicultores, assim como, os condicionantes de sua evolução/estagnação;

h) analisar como o resultado da produção é escoado

na sua forma material e na sua forma social, para os consumidores, e suas consequências para os intermediários e para os produtores, principalmente, os pequenos;

i) finalmente, tentar conclusivamente, na base de todas as análises parciais, dar um quadro geral da economia da banana bananeirense, explicando seu papel e sua lógica dentro do contexto sócio-político-econômico no qual está inserida.

1.4 - REFERENCIAL TEÓRICO

1.4.1 - O PONTO DE PARTIDA

Dentro de nossa concepção da teoria econômica, a análise da organização do processo de produção de banana no município de Bananeiras vincula-se, necessariamente, a um claro entendimento das principais abordagens teóricas explicativas da problemática agrícola e, em particular, do desenvolvimento do capitalismo no campo.

O fio condutor que nos orienta na análise consiste nos conhecimentos adquiridos sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, e especificamente, na agricultura, no contexto histórico de seu desenvolvimento.

A lógica mais geral e o embasamento teórico do trabalho apoiam-se nos esquemas explicativos da Economia Política. A maioria das análises que se apoiam nesse raciocínio mostram que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro se firma como concentrador de terra, onde os processos localizados de desconcentração são seguidos por movimentos inversos de reconcentração, assim que surge a oportunidade de cultivar produtos que

garantam rentabilidade ao capital empregado².

Nesse processo, a pequena propriedade se desenvolve à margem da grande propriedade e o processo de concentração, que ocorre a ritmo rápido na indústria, manifesta-se de forma lenta e gradual na agricultura, onde as grandes propriedades incorporam as pequenas, nas regiões onde a agricultura extensiva se apresenta como condição básica para desenvolver o capitalismo na agricultura, e nas regiões de policultura variada, a pequena produção em geral se mantém, mas em condições de extrema exploração e pauperização crescente.

Nestas áreas, mais comumente, na policultura alimentar do Nordeste, ainda observa-se a predominância de relações de trabalho "atrasadas", onde a parceria, o arrendamento e a pequena propriedade, baseada no trabalho familiar, são as mais representativas. No entanto, mesmo que formalmente não estejam subordinadas ao capital, não ficam imunes ao processo de desenvolvimento deste. Estas formas se inserem no circuito de acumulação do capital, através do capital comercial e/ou industrial. Observa-se também a subordinação ao capital através da venda direta da força de trabalho em determinados períodos do ano.

Neste sentido, concordamos com GRAZIANO DA SILVA quando afirma que a produção agrícola sempre foi subordinada ao capital comercial e/ou industrial, quer enquanto produção destinada ao mercado externo, quer enquanto produção para o merca

2/ SILVA, J. F. Graziano da (Coord.). Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira, São Paulo: Hucitec, 1978, p. 34.

do interno (de alimentos ou de produtos de transformação industrial). Em consonância com isto, a produção não é transformada pelo capital, e sim, parasitariamente, explorada por ele, o que implica num lento desenvolvimento das forças produtivas.³

O que foi evidenciado reflete o fato de que, o processo de acumulação capitalista no Brasil não transformou ainda, completamente, a produção agropecuária. Antes porém, a agricultura brasileira espelha um avanço na modernização, porém isso só em algumas áreas e produtos específicos, em sua maior parte sustentada, artificialmente, pelos generosos subsídios estatais. De modo que, na agricultura brasileira tem se revelado mais eficiente (para o empresário individual) não se inserir diretamente na produção propriamente dita, mas sim, a proveitar as condições propícias que cada conjuntura possibilita para sua capitalização (mesmo se apenas parasitária). Essas condições são geralmente dadas pelos subsídios estatais e pela subordinação da agricultura ao capital comercial. Esse fato verifica-se, mais claramente, nas áreas onde a pequena produção não se tecnificou e onde fortalecem-se os oligopsônios mercantis, o que tem implicado, para o consumidor, um encarecimento dos produtos e, para o produtor, um resultado econômico pouco compensatório, mas para o qual a superação desta situação esbarra em dificuldades visíveis.

Pelo exposto, entendemos que o processo de desenvolvimento capitalista não apenas vai destruindo as relações de produção "atrasadas", mas tem a capacidade de manter e, quando necessário, até recriar estas relações, sempre subordinando-as

^{3/} SILVA, J. F. Graziano da (Coord.), Estrutura Agrária e..., ob. cit., p. 255

aos interesses do capital. Na verdade, as duas formas constituem uma dupla face e revelam as especificidades da agricultura num sistema capitalista historicamente determinado. O avanço de uma forma ou de outra, ou sua resistência, vai depender do grau de desenvolvimento do capitalismo e das formas como historicamente tem se processado a acumulação de capital. Na verdade, a existência de segmentos "tradicionais" na agricultura, ao lado de segmentos "modernos", se explica pelo fato de que, a modernização destes setores ainda não representa condição indispensável ao bom andamento do processo de acumulação.

Além do mais, o desenvolvimento da agricultura está vinculado, não apenas aos processos de concentração/desconcentração da estrutura fundiária e de modernização técnica. O problema envolve outras variáveis, que embora não as classifiquemos como sendo determinantes, nem por isso deixam de ser fundamentais para a compreensão do problema. Destaquemos, a título de exemplo, principalmente a definição dos critérios, prioridades e instrumentos que regulam o desempenho da agricultura e da vida rural.

Nossa perspectiva de análise pretende compreender as relações entre agricultura e o desenvolvimento econômico de nossa sociedade e entender, através de uma visão da economia como um todo, os fatores que inibem ou incentivam a passagem de uma agricultura tradicional para uma agricultura moderna, ou ainda, as implicações das mudanças tecnológicas no desempenho do setor agrícola no conjunto da economia.

Evidentemente que seria, senão impossível, pelo menos extremamente difícil, apreciar a totalidade das diferentes correntes interpretativas existentes no Brasil e alhures. En

entretanto, aquelas que ao nosso ver permitem formular uma proposta de interpretação mais clara, serão por nós, sumariamente citadas. Desse modo, esperamos através do arsenal teórico que elas encerram, compreender as diversas formas, mediante as quais, o capital alinha sob seu comando geral e em seu benefício, relações econômicas diversas, para apropriar-se do excedente gerado, de modo que, serve a acumulação de capital e sua consequente dominação social.

Cabe-nos explicitar que, não estamos tratando de "encaixar" nosso caso específico da cultura da banana no município estudado, em explicações teóricas gerais, e muito menos "descobrir" uma explicação particular. Apenas tentamos entender o real mecanismo de funcionamento da economia bananeira bananeirense, consciente do intercondicionamento dialético, entre as explicações gerais e as particulares. Nesse espírito, a pesquisa empírica que realizamos naquela comunidade se configura como um caso ilustrativo do processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura e suas consequências, onde o movimento de expansão do capitalismo no campo resulta em mudanças nas relações de produção.

Concordamos, entretanto, com as análises que enfatizam o caráter desigual dessa expansão, onde, em algumas regiões, a penetração do capital se faz com inovações tecnológicas, que se traduzem em uma maior proporção do capital constante (meios de produção), com relação ao capital variável. Esse aumento se patenteia num decréscimo relativo da quantidade de força de trabalho, quando confrontada à de meios de produção, provocando mudanças nas relações tradicionais de trabalho. Nestas áreas em que os proprietários de terra capitalizam-se e investem

na modernização, passando a produzir em bases capitalistas, aumentam a produção e a produtividade. Configura-se aí uma espécie de fusão entre o proprietário territorial e o empreendedor capitalista, o que lhes permite auferir, ao mesmo tempo, lucro e renda da terra.

Nas regiões "modernizadas", as modificações técnicas, longe de mudarem a estrutura fundiária concentradora e desempregadora e o poder autoritário das elites rurais, consolidou-os, revelando desta forma uma sólida aliança de fato entre o capital e a grande propriedade⁴.

Nas áreas "atrasadas" mantém-se a pequena produção, com larga utilização do trabalho familiar, não remunerado, e de relações de trabalho, baseadas na parceria e no arrendamento. Parte desses produtores se especializam, "compulsoriamente", na produção de alimentos primários de baixo rendimento, dado que, não se constitui ainda interesse do capital, destruí-los, e sim, mantê-los, embora levando-os a proletarianização.

Em função dessas considerações e dada a nossa preocupação com a questão da modernização na agricultura brasileira e dos reflexos desta sobre a massa de produtores em particular, e da economia como um todo, analisaremos alguns aspectos desta problemática e que nos servirão como ponto de partida para nossos questionamentos sobre:

- a) a natureza e os objetivos da modernização na agricultura;
- b) a pequena produção agrícola.

4/ SILVA, J. F. Graziano da (Coord.), Estrutura Agrária e ..., ob. cit., p. 257.

Apresentaremos a seguir, de forma resumida, nosso entendimento sobre esses dois aspectos.

1.4.2 - A NATUREZA E OS OBJETIVOS DA MODERNIZAÇÃO NA AGRICULTURA

As teorias da modernização no campo, surgidas na década de sessenta, não parecem ter alcançado grande êxito, na medida em que buscam explicar a presença da agricultura tradicional nas qualidades específicas dos produtores e não nas condições gerais de produção.⁵

Nessas interpretações, a análise é centrada nos indivíduos, que são vistos como membros de uma comunidade, cujos padrões culturais, no seu sentido mais amplo, diferem daqueles considerados modernos e compatíveis com a ação empresarial tipicamente capitalista.

Em geral, estas teorias situam o problema ao nível de cultura dos indivíduos, catalogando-os como resistentes às mudanças, tendo o analfabetismo sido apontado como o grande responsável por essa resistência e, conseqüentemente, como principal obstáculo à "modernização técnica". É por aí que geralmente se norteia a ação dos extensionistas, comunicadores e assistentes sociais que atuam no campo.

A clássica abordagem "dualista", cujos pressupostos descreveremos, supõe a existência de dois setores: um setor "atrasado" da economia e outro setor "moderno". O primeiro setor é confundido, em linhas gerais, com a agricultura e o se

5/ ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha. Multiplicidade Tecnológica (A Organização do Trabalho na Rizicultura do Estado de São Paulo), São Paulo: USP, 1974, (Dissertação de Mestrado).

gundo é identificado com a indústria, sendo este o setor dinâmico da economia, de modo que as formas atrasadas imperantes na agricultura obstacularizariam o desenvolvimento da indústria, na medida em que impediriam a formação de um mercado interno, necessário àquela expansão. Nesta concepção, a industrialização é apresentada como forma "milagrosa", capaz de por si só, gerar o desenvolvimento, de modo que, o setor agrícola é responsabilizado pelo atraso, devendo ceder sua posição dominante na economia.

Concordamos com GRAZIANO DA SILVA⁶ quando lembra que esta concepção deriva, no fundo, da própria constatação feita após a Segunda Grande Guerra, da existência de dois mundos "separados": o desenvolvido e o subdesenvolvido,⁷ de modo que, "as propostas formuladas para a superação desse pretenso antagonismo derivam da imitação do caminho percorrido pelos países desenvolvidos, como se o subdesenvolvimento fosse um estágio anterior desse processo, como se os países hoje ditos desenvolvidos tivessem sido um dia subdesenvolvidos".

Dentro dessa concepção dual, as políticas formuladas apontam sempre para o fato de que, só com a modernização, ou seja, com a eliminação do "arcaico", a agricultura será capaz de desempenhar eficazmente suas funções. No dizer de PAIVA⁸ "não é apenas o atendimento da demanda de alimentos e matérias

6/ SILVA, J. F. Graziano da. "Agricultura e Crescimento Econômico". In: *A Modernização Dolorosa*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, pp 17 e 18.

7/ Esta divisão do mundo, baseada no desenvolvimento da base técnico-material das sociedades, isto é, de suas forças produtivas, pode ser perfeitamente aceita desde que se tenha presente que não anula, substitui ou interfere na divisão principal que separa o mundo em sistemas sócio-econômicos antagônicos, esta baseada nas diferentes relações sociais de produção.

8/ PAIVA, R. Miller. *O Comportamento do Setor Agrícola no Desenvolvimento Econômico Brasileiro: Uma apreciação crítica*, Campinas: Curso de Formação de Instrutores em Administração Rural/CATI, 1976, p. 12. (mimeo).

primas a preços constantes. É mais que isto. É o atendimento da demanda desses produtos:

- a) a menores preços reais para os consumidores;
- b) com o aumento da renda para os produtores agrícolas; e
- c) melhores condições de salários e de vida para os trabalhadores rurais".

É evidente que, à medida que a agricultura fornece alimentos e matérias primas a baixo custo, está contribuindo para rebaixar os gastos de capital variável, (por possibilitar a reprodução da força de trabalho a custo menor) e do capital constante (uma vez que as matérias primas constituem significativa parcela dos meios materiais usados na produção), possibilitando assim, o aumento da extração de mais-valia no setor chamado "dinâmico" da economia - o setor industrial. Diante dessa constatação conclui-se que, o setor "arcaico" - a agricultura - não tem sido obstáculo ao processo de acumulação urbano-industrial, pelo contrário, tem contribuído para o seu desenvolvimento. Isso tem acontecido devido a que, o setor fornece alimentos e matérias primas a baixo custo, graças a que essa produção para o mercado interno é feita basicamente pela pequena propriedade camponesa, que produz grande parte de sua subsistência e não tem como elemento norteador de sua atividade o lucro.⁹

No início dos anos setenta, começam a surgir novos

^{9/} "podemos dizer que as propriedades de menos de 100 hectares produzem em apenas 17,4% da área total dos imóveis rurais do país, mais da metade dos alimentos, das matérias primas de transformação industrial e dos produtos hortifrutícolas". SILVA, J. F. Graziano da, "Agricultura e Crescimento ...", ob. cit., p. 25.

estudos¹⁰ com uma concepção mais abrangente e com certa repercussão teórica, porém não isenta de limitações.

Esses trabalhos de inspiração neo-clássica eram de autoria de tecnocratas, vinculados a órgãos do governo, e sua finalidade era assessorar a política econômica. Giravam em torno do binômio, "benefícios" e "custos sociais", originados pelas mudanças tecnológicas, induzidas na agricultura.

Ainda nessa década, redefiniam-se o papel do setor agrícola no processo de desenvolvimento da economia, remetendo a orientação à superação do tradicionalismo, através do uso intensivo de tecnologia moderna, a fim de se cumprirem as "funções" atribuídas à agricultura. Essa estratégia não era nova, dado que, seus traços básicos, foram delineados e postos em prática, já nos anos cinquenta, pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que tinha por objetivo, provocar um desenvolvimento agrícola à imagem e semelhança do modelo norte-americano. Assim, a presente tecnificação e capitalização da agricultura, mostra-se como nova, apenas pelo fato de aplicar integralmente o escopo dos idos cinquenta, sem porém, alterar a estrutura fundiária.

Desde os anos cinquenta, a agricultura tomou então novos rumos de expansão, onde a chamada "modernização" da Agricultura,¹² so

10/ *Vide, entre os autores que tratam do assunto nesta perspectiva, PAIVA, Rui Miller, Algumas Possibilidades de Crescimento da Produção Agrícola no Brasil, In: Revista de Economia URural nº 4, out. dez. 1983, p. 529 a 546. DELFIN NETTO, Antônio, O Problema do Café no Brasil, In: Brasil, Instituto Brasileiro do Café. Ensaios sobre o café e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: 1973.*

11/ *BINAGRI - Biblioteca Nacional da Agricultura, A Agricultura Brasileira e Seus Esquemas Explicativos - As Principais Correntes Interpretativas das Décadas de 50 e 70. p. 142.*

12/ *A modernização consiste num aumento de produção e produtividade, num incentivo ao abandono de técnicas rotineiras que são substituídas*

mente veio a manifestar-se de forma intensa, após a crise dos anos sessenta.

Recentemente, começaram a surgir novos estudos sobre a modernização da agricultura, muitos deles inspirados na teoria marxista.

"A maioria dos trabalhos orientados nesta lógica, enfatizam que a modernização técnica e quantitativa, registrada em várias partes da agricultura brasileira nas últimas décadas, longe de mudar, reforçou a estrutura fundiária concentradora e desempregadora e, também, o poder autoritário das elites rurais; estas, associadas ao poder econômico-financeiro da agroindústria, dos bancos e da classe política, renovaram o pacto entre o latifundismo e o capital industrial-financeiro, mantendo fora dos centros de decisão econômica a grande massa de trabalhadores agrícolas".¹³

Nesta perspectiva, entende-se que, a teoria da modernização explica como inovações tecnológicas na agricultura objetivam, primordialmente, superar as barreiras impostas à acumulação de capital, sendo que, o grau de modernização das atividades agrícolas é definido pelo próprio processo de acumulação de capital. São, portanto, as possibilidades maiores e menores de acumulação de capital as que limitam a difusão das inovações tecnológicas e definem o grau de sua utilização na agricultura.

Ainda nesse contexto teórico, pode-se considerar que, a difusão da tecnologia moderna na agricultura deve-se a dois aspectos:

13/ BRAGA, Maria Goretti Serpa, A Crise na Cotonicultura no Sistema Agropastoril Sertanejo da Paraíba - Um Estudo de Caso: Município de Santa Luzia - Paraíba, Campina Grande: UFPB, 1984 (Dissertação de Mestrado) p. 2.

a) a que algum sub-setor da agricultura apresente uma taxa diferencial de lucro mais elevada que certos setores da indústria;

b) e a de que, como decorrência da pressão exercida pela grande indústria produtora de máquinas, implementos agrícolas, defensivos, adubos, etc., seja criado ou ampliado o mercado consumidor desses produtos.

Neste prisma, a introdução de tecnologia moderna na agricultura não visa, simplesmente, superar as barreiras naturais impostas à produção. Com efeito, é bem provável que, quando se esgotarem as condições que atualmente alimentam a acumulação de capital, a difusão tecnológica se expanda, que novas tecnologias sejam geradas e que grande parte dos recursos naturais, cuja exploração é hoje, economicamente inviável, torne-se atrativa para a voracidade do capital.¹⁴

Na maioria dos trabalhos sobre a modernização da agricultura, também é considerada a função do Estado, enquanto mediador do processo e cujas políticas têm propiciado, de diferentes formas, o processo de reprodução do capital. Isto tem se verificado através da modernização das técnicas agrícolas, em políticas que objetivam, implícita ou explicitamente:

a) produzir alimentos a baixo custo, contribuindo no meio urbano para o rebaixamento das despesas com os salários e a conseqüente elevação da taxa de lucro;

b) produzir matérias primas a baixo custo, o que favorece a desvalorização do capital constante, (na sua parte circulante) nas indústrias e, portanto, contribuindo para con

14/ GALINA, Laudimir Aparecido, *Frentes Modernizantes na Agricultura Brasileira e os Ciclos de Expansão Econômica*, Campina Grande: UFPB, 1981 (Dissertação do Mestrado).

trarestar a tendência à elevação da composição orgânica do capital:

c) ampliar os campos de inversão para o capital, que durante a crise defronta-se com problemas de realização;

d) expandir o mercado de produtos industriais, que também se contrai durante a crise: e

e) através de seu sub-setor de exportações, ou seja, de seu "setor moderno", suprir as necessidades de meios de produção, considerados indispensáveis ao processo de expansão industrial do país.¹⁵

Concretamente, a política agrícola, definida como "a promoção das providências de amparo à propriedade rural, que se destinam a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do País",¹⁶ nem sempre reflete as reais necessidades da população.

Dentre os instrumentos utilizados por esta política, destaca-se o crédito rural, que é apresentado como promotor da modernização da agricultura.

O crédito rural, como instrumento de modernização, é analisado numa série de estudos e pesquisas. A maioria deles

^{15/} "Observe-se que a agricultura ainda é responsável por 60% das exportações brasileiras, contribuindo portanto, significativamente, para o equilíbrio do balanço de pagamentos, papel que é chamada a desempenhar para garantir a articulação das economias reflexas na divisão social do trabalho, criado pelo sistema capitalista, na sua fase de desenvolvimento monopolista". (SILVA, J. Graziano da, Agricultura e Crescimento..., ob. cit., p. 27).

^{16/} Brasil, Estatuto da Terra. Lei nº 4.504, 31-11-64, Decreto nº 55.891 de 31-03-65, art. 1º, § II, Brasília, DF..

detêm-se principalmente na questão da distribuição desigual do crédito agrícola. A seletividade, quanto a sua distribuição, se faz de forma clara e a maioria dos autores são unânimes em afirmar que há uma tendência para a concentração progressiva do crédito nas mãos dos grandes proprietários, os quais, ou os destinam à produção para exportação ou os utilizam, como tem sido sistematicamente denunciado, para a especulação imobiliária e financeira.¹⁷

Segundo CORADINI,¹⁸ "o Sistema Nacional de Crédito Rural - incluindo todos os bancos privados e oficiais - atinge apenas de 10% a 20% dos produtores agrícolas. Ainda segundo este autor, dados levantados pelo Banco do Brasil indicam que 80% dos produtores brasileiros trabalham sem crédito governamental, e entre os 20% que o usam, entretanto, a distribuição é muito desigual: em 1976, enquanto 83% dos contratos receberam 18% dos recursos totais do crédito agrícola, apenas 1% dos contratos absorvia 39% desses recursos."¹⁹

Nesse contexto, o processo de modernização tecnológica que começa a se configurar na década de sessenta e se acelera nos anos setenta, rompe o sistema tradicional de expansão da agricultura brasileira. Também nesse período se define precisamente o padrão de acumulação da economia do país, que passa a exercer sobre a agricultura uma dupla pressão, no sentido de:

a) abastecer as cidades com alimentos e matérias primas a baixo custo;

17/ SOUZA, Nilson Araújo de, Crise Econômica: O Povo tem a saída, São Paulo: Ed. Quilombo, 1982. p. 90.

18/ CORADINI, Odacir Luiz e Frederic Antoinette, Agricultura, Cooperativas e Multinacionais, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p. 50.

19/ CORADINI, Odacir Luiz e Frederic Antoinette, Agricultura... ob.cit.p.51.

b) comprar máquinas e insumos modernos, viabilizados pelos investimentos em infra-estrutura, feitos pelo Estado e pela expansão do crédito altamente subsidiado: e

c) produzir cana-de-açúcar em grandes proporções, que servirá como matéria-prima para a produção de álcool, objetivando a substituição de parte dos derivados do petróleo.²⁰

Esse processo tem início no Centro Sul e, somente a partir dos meados da década de sessenta se generaliza, de certa forma, no resto do país, guardadas porém as desigualdades regionais que marcam o processo desigual de penetração do capitalismo no campo.

A estratégia adotada de "modernização conservadora" permite, através das inovações tecnológicas no meio rural, (especificamente na grande propriedade monocultora para exportação e na pequena propriedade vinculada à indústria), a expansão e a tecnificação das culturas, embora sem alterar a estrutura de posse e propriedade da terra.

Com essa política modernizadora, o Estado visa a as

^{20/} Em 1975 foi instituído pelo Governo Federal o Programa Nacional do Alcool (PRO-ÁLCOOL), cuja meta original previa a produção de 3 bilhões de litros de álcool em 1980, que seriam utilizados para substituir parte da gasolina consumida no Brasil, mediante sua adição numa proporção de 20%. Para 1985 a meta prevista é de 10 bilhões de litros 7 ano. Para tanto, o Governo Federal dá incentivos financeiros, dentre eles: financiamento de até 80% do investimento fixo, para as destilarias à base de cana de açúcar; financiamento de até 90% para as destilarias que contemplem outras matérias primas; prazo de até 12 anos, inclusive até 3 de carência para o pagamento dos financiamentos destinados as destilarias, e de 5 anos, sendo 1 de carência, para tancagem de álcool; etc..

Essa política tem ocasionado grandes mudanças na utilização do solo em nosso país, provocando nas áreas produtoras, uma substituição das culturas de subsistência por cana-de-açúcar e, paralelamente, ocasionando modificações nas relações de trabalho. (Para maiores informações veja Revista Econômica do Nordeste, nº 3, vol. 11, julho/set/1980, pp. 355-379).

censão de parte considerável dos pequenos e médios produtores rurais, criando uma classe média no campo, que passaria a amortecer as tensões sociais.

Enquanto isso, a grande maioria dos pequenos produtores ficam alijados do processo, porém contribuindo indiretamente para a acumulação de capital nos setores dinâmicos da economia.

1.4.3 - A PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Somos conscientes da complexidade que envolve a questão da pequena produção e não pretendemos, para efeito de nosso trabalho, discutir a gênese ou mesmo as formas históricas que revestem a pequena produção no Brasil, e muito menos, aprofundarmos na controvertida questão teórica e suas possíveis interpretações ("modo de produção camponês", setor não capitalista subsumido, etc.). Também não temos o propósito de apresentar exaustivamente as formas de que reveste-se a pequena produção no momento atual.

Para efeito de nosso trabalho, busca-se traçar as linhas gerais, no sentido de situar a pequena produção e suas características no contexto do desenvolvimento da agricultura.

Nesta perspectiva, a pequena produção será analisada a partir de sua organização concreta interna, da forma como se reproduz, e como se articula com o modo de produção capitalista, em consonância com as exigências do modelo de desenvolvimento econômico implantado no país, nas últimas décadas.

No âmbito da organização interna da pequena produção, da forma como ela existe, a análise deverá contemplar os se

guintes aspectos: a) posse e uso da terra e dos demais meios de produção na agricultura; b) a composição e utilização da mão-de-obra, que é predominantemente familiar; c) a não remuneração dos membros ativos do núcleo familiar; d) a intensividade do trabalho doméstico; e) a não contabilização ou desconhecimento dos custos de produção; f) a produção direta de parte dos meios necessários a sua subsistência; g) os limites de sua autonomia no processo produtivo; h) as formas como se expõe aos mecanismos expropriadores de seu eventual produto excedente; i) a lógica geral a que está submetida, onde os empreendimentos não funcionam segundo o princípio da maximização dos lucros; e enfim, j) as especificidades de suas características sócio-econômicas, políticas e culturais.

Estamos de acordo com as conclusões tiradas na maioria das pesquisas sobre o tema, ao reconhecerem o fato de que a pequena produção, independentemente das rotulações de "pré-capitalistas", "não capitalistas", "camponesas", "atrasadas", etc., tem se constituído, no caso específico da agricultura brasileira, num sustentáculo da produção de alimentos básicos no Brasil, cuja função tem sido a de produzir alimentos a baixos custos, para que se efetive a contento, do ponto de vista do capital, o desenvolvimento urbano-industrial. Isto efetiva-se, como já foi assinalado, mediante a desvalorização da força de trabalho, e a possível (e sempre aproveitada pelo capital) diminuição de seu preço - o salário.

Concordamos com BRAGA²¹ quando ao analisar as formas de articulação da pequena produção agrícola com o capital, par

21/ BRAGA, Maria Goretti Serpa, A Crise na Cotonicultura..., ob. cit., p.11.

te do princípio de que, a mesma depende do grau e do ritmo de signal do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, e a firma que "este ritmo, está condicionado:

- a) à estrutura fundiária de posse e uso da terra;
- b) ao grau e as formas de intervencionismo estatal na agricultura;
- c) ao tipo de produção e mercado;
- d) à fertilidade e localização das terras; e
- e) à composição e distribuição territorial da população rural".

Neste contexto, busca-se situar a pequena produção a partir da maneira pela qual se dá sua reprodução dentro do modo de produção capitalista, reinante no Brasil, onde a mesma se constitui uma forma economicamente eficiente, destinada a fornecer ao mesmo tempo, alimentos e força de trabalho.²²

Reconhecemos o fato de que, a pequena produção, incluída aquela inserida dentro das grandes propriedades, longe de ter uma orientação puramente mercantil, orienta suas atividades de produção para a própria reprodução da unidade familiar, através do auto-consumo, mantendo um nível geral de subsistência, sendo o que se denomina de produção de subsistência.²³

Não se deve portanto confundir, "produto de subsis

22/ Veja-se BINAGRI-Biblioteca Nacional da Agricultura. A Agricultura Brasileira e seus ..., ob. cit., parte I.

23/ Entendemos por produção de subsistência, não apenas a produção de alimentos para auto-consumo da unidade familiar, mas, o mínimo que o prôdutor agrícola tem que obter com sua produção, incluída a parcela obtida através do mercado, graças a venda de parte da sua produção, pāra que seja possível cobrir as necessidades mínimas, indispensáveis à sua subsistência. (Compare-se com INCRA/UNICAMP, Comercialização e Formação de Preços, Campinas: 1977, vol. I, p. 267-268, mimeo).

tência" com "auto-consumo". O produto de subsistência, ao mesmo tempo que envolve uma parcela da produção que é destinada ao mercado, não implica em completo auto-abastecimento. Daí o duplo uso do termo "excedente" que na sua acepção popular, corrente, significa a diferença entre a estrutura de produtos produzidos e a composição material do consumo, e no seu sentido técnico-econômico, representa a parte total do produto que excede o necessário para cobrir o nível de subsistência.

Consequentemente, o pequeno produtor é responsável, ele próprio e sua família, por sua subsistência.

Esta precária situação e a própria dispersão geográfica, associada a ausência de sindicatos livres de trabalhadores rurais, explica a ausência de poder político desse grupo, no sentido de conseguir modificar sua condição. Esta situação pode ser melhor compreendida quando se observam: a) a distribuição do crédito rural subsidiado, onde a maioria dos pequenos produtores não têm acesso a ele; b) a "seletividade concorrencial (capitalista)", imposta pela assistência técnica modernizante, dado seu próprio caráter exigente de recursos técnicos e materiais; c) a estrutura de comercialização, onde os pequenos produtores se submetem aos mais diversos esquemas explorativos.

Dadas essas configurações, entende-se porque a pequena produção, ao reproduzir-se a si mesma num patamar sempre semelhante, está também reproduzindo o sistema de dominação social, no qual está inserido, e pelo qual é sistematicamente espoliada.

1.5 - METODOLOGIA DA PESQUISA

Para análise e compreensão da organização da produção de banana no município de Bananeiras, em conformidade com os objetivos já explicitados, aplicamos, com maior ou menor sucesso, conforme o ítem, o instrumental teórico disponível aos dados primários e secundários que nos foi possível coletar.

Os dados primários foram coletados diretamente por nós, auxiliada por dois assistentes, em outubro e novembro de 1984. No tocante aos produtores diretos, fizemos entrevistas abertas e aplicamos questionários. Pretendamos com eles, compreender as reais condições de produção, as diferentes modalidades de relações de trabalho presentes e a forma de como se processa o atrelamento do produtor direto ao dono da terra (quando não é ele próprio), assim como seus reflexos nas esferas da produção e da comercialização.

Dada a impossibilidade técnico-prática de saber, a priori e com uma margem de confiabilidade tolerável, a extensão e a estrutura do universo a ser pesquisado, nos utilizamos de nossa vivência na área e das numerosas observações feitas pelos mais diversos agentes econômicos, (produtores, técnicos, etc.), envolvidos direta e indiretamente com a economia bananeira local, para obter um quadro geral que nos permitisse euristicamente determinar as áreas, o tipo dos entrevistados, etc. A indeterminação e indefinição quantitativa e qualitativa precisas do universo impossibilitaram qualquer seleção rigorosa da amostra, conforme as exigências estatísticas habituais, e qualquer tentativa de simular uma tal abordagem, pareceu-nos representação desonesta e inconsistente, academicamente.

Com essas informações, determinamos no mapa do município as localidades onde depois visitamos as unidades produtivas, e pudemos observar de perto as condições de produção e de vida das diversas categorias de produtores. Operacionalmente, talvez teria sido mais fácil localizar, por exemplo, os produtores nas feiras locais ou em outros pontos de habituais encontros dos mesmos na cidade, porém optamos pelo procedimento já explicitado, pelo fato de acreditarmos que o contato com o produtor no seu ambiente de trabalho nos permitiria uma observação bem mais clara e direta, além de uma apreciação mais detalhada, que também reduzisse a margem de erro de nossas observações e das informações por eles prestadas. Com esse propósito visitamos 25 sítios e fazendas (ver anexo II), embora não tenhamos deixado de fazer algumas entrevistas e aplicar questionários nas residências de alguns produtores, geralmente os grandes, que residiam na cidade de Bananeiras.

Apesar de nossa preocupação em coletar as informações da forma que nos pareceu mais segura, estamos conscientes das limitações de nossa amostra, porém, estamos convencidos de sua representatividade e, conseqüentemente, de sua validade, a qual pode ser questionada em relação ao grau, mas não negada.

Terminamos a coleta referida, no limitado tempo disponível, com a aplicação de 52 questionários com produtores - proprietários e 36, com trabalhadores sem terra, que no momento da pesquisa se encontravam trabalhando na cultura da banana nas unidades produtivas que estávamos visitando. Desses 36 trabalhadores, 11 trabalhavam em regime de trabalho permanente e 25 com vínculo temporário. (nos itens seguintes, detalharemos melhor a amostra e sua capacidade explicativa e limitações).

Para melhor compreendermos o ciclo produção/comercialização, além das perguntas contidas no questionário do produtor, também aplicamos entrevistas pré-estruturadas com 5 agentes intermediários, que além de oferecer uma série de informações fundamentais para o entendimento do problema, serviu para checar as informações dos produtores.

Cabe-nos esclarecer que, algumas informações dos questionários não foram processadas e comentadas, por estarem imprecisas e com alto grau de inconsistência, seja porque prevíamos outra situação, seja pelo fato das perguntas correspondentes estarem inadequadamente formuladas, seja por algum outro motivo. Tentamos superar essas falhas através da análise das entrevistas abertas, que continham informações essenciais para a compreensão do problema.

Os dados secundários foram utilizados para se ter uma visão abrangente da micro-região e do Município de Bananeiras, onde procedíamos a pesquisa junto aos bananicultores. Foram coletados, principalmente das seguintes fontes: INCRA, através do Cadastro de Imóveis Gerais para os anos de 1972 e 1976; IBGE, de onde obtivemos dados do Censo Agropecuário da Paraíba, dos anos de 1950, 1960, 1970, 1975 e 1980, assim como, Anuário Estatístico do Brasil, com dados censitários e estimativas anuais.²⁴

Também coletamos dados re-elaborados pela FIPLAN-Fun

^{24/} Como é sabido, os dados anuais do IBGE relativos a produção Agrícola Municipal não são dados censitários. Os mesmos são fruto de estimativas feitas anualmente em reuniões de onde participam: funcionários do IBGE, representantes de órgãos que prestam assistência técnica no meio rural, funcionários de órgãos financiadores da produção (bancos), dentre outras representações das comunidades locais, onde preenchem os formulários "AGRO-5".

dação Instituto de Planejamento do Estado da Paraíba e informações da EMATER-agência de Bananeiras.

Além dos dados secundários, também obtivemos informações gerais na visita que realizamos à EMEPA em Lagoa Seca, à CEPA em João Pessoa e ao Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, em Bananeiras.

Para se chegar aos objetivos propostos, após a apuração e análise dos dados primários e secundários, partimos para a formulação de um estudo mais geral da organização econômica da produção, a nível da micro-região do Brejo Paraibano e do município de Bananeiras, que nela se insere, para, finalmente chegar ao nível do produtor individual e, especificamente o produtor de banana. Disto trataremos a seguir.

SEGUNDA PARTE - A ÁREA DE ESTUDO

2.1 - CONDIÇÕES GEO-CLIMÁTICAS E PRINCIPAIS CULTURAS AGRÍCOLAS

A micro-região do Brejo Paraibano é composta de nove municípios: Alagoa Nova, Arara, Areia, Borborema, Pilões, Píripituba, São Sebastião de Lagoa de Roça, Serraria e Bananeiras.

Esta micro-região tem uma extensão de 1.105 Km² e acha-se situada no maciço residual da Borborema. É banhada pelos rios Bananeiras e Mamanguape. Sua temperatura é tida como uma das mais amenas do Nordeste, dado sua posição geográfica. Apresenta médias térmicas anuais inferiores a 20°C. As médias pluviométricas situam-se em torno de 1.000 a 1.500 mm anuais, o que singulariza a micro-região entre as demais áreas da Paraíba, que apresentam em geral pluviosidade inferior.²⁵

Estas condições naturais favoráveis dotam essa região de grandes possibilidades de desenvolvimento econômico baseada na agricultura. A exploração agrícola na área é bastante diversificada, sendo intensa a utilização de terras para culturas de subsistência e comerciais, que juntamente com as fruteiras e a atividade pecuária completam as combinações agro

^{25/} A título de ilustração, vejamos o seguinte: no ano de 1970, a pluviosidade média observada no município de Bananeiras (micro-região do Brejo Paraibano) foi de 1.306 mm, ao passo que em Antenor Navarro (micro-região do Sertão de Cajazeiras) foi de 482 mm, em Souza (na micro-região da Depressão do Alto Piranhas) foi de 540 mm, em Serra Branca, (na micro-região dos Cariris Velhos) foi de 335 mm, em Pedra Lavrada (no Seridô Paraibano) foi de 193 mm, em Santa Rita (no litoral) foi de 1.814 mm e em Pocinhos (no Agreste) foi de 349 mm. Assim sendo, dentre as micro-regiões da Paraíba, o Brejo se destaca em termos de pluviosidade, sendo superado apenas pela micro-região do Litoral, exemplificada no caso, pelo município de Santa Rita, (Brasil/Ministério do Interior/SUDENE, Dados Pluviométricos da Paraíba, Período 1963/71, Recife: 1971).

pecuárias do Brejo Paraibano.

Identificam-se ao longo da história várias formas do minantes do uso da terra no Brejo Paraibano, constituindo-se uma espécie de ciclos econômicos locais. Foram estes: o do café, do algodão, da cana-de-açúcar, do agave, e da cana de açúcar novamente. Como culturas sucessivamente dominantes, em épocas distintas, se complementavam da forma a seguir: café-policultura de subsistência, café-cana-de-açúcar - culturas de subsistência, cana-de-açúcar - culturas de subsistência, agave - cana de açúcar, algodão - gado - culturas de subsistência, (esta última combinação se faz mais comumente na parte do Curimataú, dentro da micro-região do Brejo), de modo que as lavou ras de subsistência produzidas por pequenos produtores estiveram sempre ao lado de lavouras comerciais dominantes.

Atualmente, volta a predominar na micro-região, a produção de cana-de-açúcar, que tem crescido substancialmente a partir de 1975, mercê a implantação do PRO-ÁLCOOL. Este aumento substancial na produção de cana-de-açúcar modificou a paisagem rural do Brejo Paraibano, com a expansão da lavoura canavieira, em detrimento das culturas de subsistência, única fonte de renda e subsistência da grande maioria dos produtores agrícolas, que expulsos, passam a vender sua força de trabalho na grande propriedade para sobreviver. Em suma, há o predomínio crescente do trabalhador assalariado no Brejo Paraibano, sobretudo nas áreas canavieiras, basicamente nos municípios de Areia, Serraria, Pilões e Alagoa Nova. Nos demais municípios, onde a expansão da cana-de-açúcar ainda não levou a destruição à pequena produção, esta se mantém, ora cultivando produtos de subsistência, ora produtos comerciais, como é o caso da fruticultura, porém sempre à margem da cultura principal.

A própria configuração histórica da economia agrícola do Brejo Paraibano, voltada para o mercado externo e dependente, se constitui em elemento explicativo dos sérios desníveis sócio-econômicos que caracterizam esta micro-região.

2.2 - A ESTRUTURA FUNDIÁRIA E A OCUPAÇÃO DO SOLO NO BREJO PARAIBANO

Analisando o quadro fundiário do Brejo Paraibano, verifica-se um predomínio de pequenos estabelecimentos, ao lado de um pequeno número de grandes estabelecimentos que concentram a maior parte da terra.

Para uma melhor compreensão da estrutura fundiária desta micro-região, tomamos os dados censitários do IBGE²⁶ referentes aos anos de 1950, 1960, 1970 e 1980. (Ver Tabelas 1 e 2). Podemos observar, através dos dados, as influências modeladoras produzidas em cada ciclo econômico sobre a estrutura fundiária da região.

O censo de 1950 revela que a classe de estabelecimentos de até 10ha, corresponde a 76% do total dos estabelecimentos ocupando, apenas 13% da área total. Por outro lado, a classe de estabelecimentos maiores de 100 ha, corresponde apenas a 4% do total de estabelecimentos e apropria-se de 64% da área total. Esta concentração de terras reflete sobremaneira a expansão da cultura do agave, implantada na década anterior.

26/ *A unidade dos Censos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) é o estabelecimento que é assim caracterizado: "Todo terreno de área contínua, independente do tamanho, formado de uma ou mais parcelas confinantes, sujeito a uma única administração, onde se processe uma exploração agropecuária". (IBGE-1973). Este é classificado segundo a condição principal do produtor (proprietário, parceiro, arrendatário ou ocupante), o que caracteriza as unidades de produção, mas não necessariamente o poder econômico, dado pela concentração da propriedade.*

TABELA 1

nÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR CLASSE DE ÁREA (ha) NOS ANOS DE 1950, 1960, 1970 e 1980 NA MICRO-REGIÃO DO BREJO PARAIBANO

CLASSE DE ÁREA (ha)	1950		1960		1970		1980	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
0 ≤ 10	5.653	76,07	11.095	86,55	7.238	85,52	9.140	88,80
> 10 ≤ 20	846	11,38	796	6,21	604	7,14	533	5,18
> 20 ≤ 50	486	6,54	443	3,45	284	3,36	287	2,79
> 50 ≤ 100	155	2,10	171	1,33	112	1,32	115	1,11
> 100 ≤ 200	120	1,61	129	1,01	95	1,12	99	0,97
> 200 ≤ 500	120	1,61	143	1,11	106	1,25	93	0,91
≥ 500	51	0,69	42	0,34	25	0,29	25	0,24
TOTAL	7.431	100,00	12.819	100,00	8.464	100,00	10.292	100,00

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário da Paraíba, anos de 1970 e 1980. Rio de Janeiro: IBGE.

OBS: Os dados para os anos de 1950 e 1960 foram citados, conf. SÁ, Maria Braga de, Os Engenhos Rapadureiros e a Expansão da Agroindústria Açucareira no Município de Areia, Micro-Região do Brejo Paraibano, UFPE, Recife: 1980 (Dissertação de Mestrado) p. 58. Tem como fonte original o Censo Econômico da Paraíba de 1950 e o Censo Agrícola da Paraíba de 1960.

TABELA 2

ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS POR CLASSE DE ÁREA NOS ANOS DE 1950, 1960, 1970 e 1980 NA MICRO-REGIÃO DO BREJO PARAIBANO

CLASSE DE ÁREA (ha)	1950		1960		1970		1980	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
> 0 ≤ 10	19.379	12,95	33.590	20,99	21.346	19,63	23.098	21,36
> 10 ≤ 20	10.535	7,04	10.258	6,41	7.861	7,23	6.841	6,33
> 20 ≤ 50	13.467	9,00	12.989	8,12	8.261	7,59	8.316	7,69
> 50 ≤ 100	10.204	6,82	11.604	7,25	7.546	6,94	7.780	7,19
> 100 ≤ 200	14.653	9,79	17.482	10,94	12.781	11,75	13.688	12,66
> 200 ≤ 500	33.267	22,25	40.822	25,21	29.005	26,67	26.673	24,67
> 500	48.102	32,15	33.221	20,78	21.954	20,19	21.737	20,10
TOTAL	149.607	100,00	159.966	100,00	108.754	100,00	108.133	100,00

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário da Paraíba, anos de 1970 e 1980. Rio de Janeiro: IBGE.

OBS: Os dados para os anos de 1950 e 1960 foram citados conf. SÁ, Maria Braga de, Os Engenhos Rapadureiros e a Expansão da Agroindústria Açucareira no Município de Areia, Micro-Região do Brejo Paraibano, UFPE, Recife: 1980 (Dissertação de Mestrado) p. 58. Têm como fonte original o Censo Econômico da Paraíba de 1950 e o Censo Agrícola da Paraíba de 1960.

Sendo o agave uma lavoura altamente comercial e destinada ao mercado externo, a sua expansão requeria a utilização crescente de terras para atender a demanda em constante expansão.

Na década de sessenta, a lavoura agavieira entra em crise e os reflexos desta se fazem sentir também na estrutura fundiária. Aumenta consideravelmente o número de pequenos estabelecimentos (menores de 10 hectares), que passam de 5.653 para 11.095, o que significa uma elevação percentual em torno de 96%, representando 87% do total dos estabelecimentos. No entanto, a área média desses estabelecimentos não só deixou de acompanhar este crescimento, mas apresentou um leve declínio de cerca de 12%: se em 1950 era de 3,42 ha em 1960 passou para 3,02 ha. É o caso típico da proliferação da pequena unidade, absolutamente não acompanhada de seu desenvolvimento.

Pode-se inferir através dos dados, que a grande propriedade, especialmente aquela cuja área situa-se entre 100 a 500 hectares, teve seu número elevado de 240 para 272 e sua área total aumentada de 47.920 ha para 58.304 ha, o que faz crescer levemente também (7%) a área média destas propriedades, que passa de 200 ha para 214. Já as propriedades maiores de 500 ha têm sua área média reduzida de 943 ha para 790 ha, bem como sua participação na área total: 32% em 1950 para 21% em 1960.

O que pode-se observar é um movimento de expansão/retração, que é também visto por GRAZIANO DA SILVA,²⁷ ao estudar a estrutura fundiária e relações de produção na agricultura brasileira que afirma o seguinte:

"Nas épocas favoráveis de expansão da atividade econômica, o grande estabelecimento prospera e engole os pequenos

^{27/} SILVA, J. Graziano da, "Estrutura Fundiária e Relações de Produção".
In: A Modernização ..., ob. cit., p. 55.

à sua volta. Isso se dá basicamente através do aumento da área de exploração própria das grandes propriedades. Na "crise", ao contrário, o grande estabelecimento se retrai, deixando uma fração de área que antes explorava por conta de terceiros". Importante frisar que o termo crise está aqui colocado não no seu sentido de crise geral do sistema econômico, e sim crise do setor, que pode ser causada por fatores climáticos, oscilações nos preços de mercado, etc..

Em 1970 observa-se uma redução do número de estabelecimentos e da área total em relação aos outros anos analisados. Esta redução se deu por ocasião do processo de desenvolvimento territorial por que passou o Brejo Paraibano, na década de sesenta, principalmente porque, com os desmembramentos, alguns distritos passaram a constituir outros municípios, integrando-se a outras micro-regiões, como foi o caso dos municípios de Solânea e Dona Inês, que tornaram-se independentes nos anos de 1953 e 1959, respectivamente, e passaram a integrar as micro-regiões do Agreste Paraibano e do Curimataú.

Nesse ano, os pequenos estabelecimentos menores de 10 ha, viram seu tamanho médio novamente diminuído (em 2,3%) chegando a 2,95 ha. Porém, apesar de terem diminuído de número em termos absolutos, mantiveram uma participação em termos de número total de estabelecimentos por volta de 85%. Os estabelecimentos maiores de 100 hectares, que em 1960 representavam 2,6% do total de estabelecimentos, mantiveram essa participação em 1970, bem como, continuaram detendo, nos dois anos acima citados, mais da metade da área.

Essa permanência da grande propriedade contrastando com o grande número de pequenos estabelecimentos, é consequên

cia do caráter essencialmente comercial da lavoura canavieira, que passa a se expandir novamente na década de setenta na região e tende a manter o quadro fundiário, em favor da grande propriedade.

O Censo de 1980 registra uma certa constância na área cadastrada e uma substancial elevação (21%) no número total de estabelecimentos, mesmo que não chegue ainda a atingir o nível de 1960. Em 1980 a participação da pequena propriedade de até 10 ha se eleva de 86% para 89% do total dos estabelecimentos, apresentando também uma ligeira elevação na área total apropriada que passa de 20% para 21%. A área média das pequenas propriedades de até 10 ha no entanto, continua a diminuir (14%), atingindo agora 2,53 ha. Já a grande propriedade com área superior a 100 ha, apresenta no período decenal considerado uma situação estável, em torno de 2% do total de estabelecimentos e mais da metade da área total apropriada.

A análise geral dos dados do IBGE apresentados aponta para o fato de que a micro-região do Brejo Paraibano tem sua estrutura fundiária bastante concentrada, onde ao lado de uma elevada densidade de pequenos estabelecimentos se encontra um reduzido número de grandes estabelecimentos em todo o período analisado. Esta análise porém não pode ser considerada como conclusiva pelo fato de que os dados não são precisos o suficiente para assim proceder, por exemplo, eles não registram de maneira alguma, a nítida concentração que significa a propriedade de vários estabelecimentos (estatisticamente considerados separados) por um único dono. Isto porque consideram o critério de administração do estabelecimento e não sua propriedade jurídica.

Os dados do INCRA para os anos de 1972 e 1976 (Tabela 3) baseados nos imóveis rurais,²⁸ confirmam essa situação, quando indicam que os minifúndios representam 89% dos imóveis e se apropriam de apenas 24% da área total, enquanto os latifúndios²⁹ representam aproximadamente 10% dos imóveis e concentram 65% da área total. Os dados do INCRA também traduzem a tendência decrescente da área média dos minifúndios, que passam de 5,23 ha em 1972 para 5,17 ha em 1976.

Esse quadro tende a ser mantido, ainda mais agora, quando a expansão da cana-de-açúcar vem sendo estimulada no país e também na região, por incentivos governamentais, visando a obtenção de álcool. Isto certamente provocará uma maior valorização das terras, uma vez que esta cultura requer a mobilização de extensas áreas, o que acarreta não só o processo de concentração das terras, como também, provoca mudanças nas re

28/ Os cadastros do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) tomam como base o imóvel rural que é definido no Estatuto da Terra no seu artigo 4º, inciso I, da forma a seguir: "prédio rústico, de área contínua qualquer que seja sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada". Como vemos, predomina um conceito de unidade de propriedade jurídica territorial (espacial), e não de unidade econômica de produção, o que aliás seria menos adequado para os objetivos do INCRA. Isso porém diminui a força do conceito, já que não se trata de propriedade econômica, no sentido da Economia Política, tendo fortes traços de propriedade apenas jurídica.

29/ "O imóvel rural, para os efeitos do Estatuto da Terra, classifica-se como: (...) minifúndio, quando tiver área agricultável, inferior à do módulo fixado para a respectiva região e tipo de exploração". E, "latifúndio quando incida em uma das seguintes condições: a) excede na dimensão de sua área agricultável, a seiscentas vezes a área média dos imóveis rurais na respectiva zona; b) não excedendo o limite referido na alínea anterior, mas, tendo área agricultável igual ou superior a dimensão do módulo do imóvel rural na respectiva zona, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja, deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a classificação como empresa rural". (Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, Decreto nº 55.891 de 31 de março de 1965, Art. 6º, incisos II e IV).

TABELA 3

NÚMERO, ÁREA TOTAL E ÁREA MÉDIA DOS IMÓVEIS RURAIS NA
MICRO-REGIÃO DO BREJO PARAIBANO, NOS ANOS DE 1972 e 1976.

CATEGORIAS	1 9 7 2			1 9 7 6		
	Nº DE IMÓVEIS	ÁREA TOTAL (ha)	ÁREA MÉDIA (ha))	Nº DE IMÓVEIS	ÁREA TOTAL (ha)	ÁREA MÉDIA (ha)
Minifúndio	4.974	26.011	5,23	5.214	26.945	5,17
Empresa Rural	57	12.279	215,42	60	11.579	192,98
Lat. por Exploração	558	72.916	130,67	561	72.508	129,25
Lat. por Dimensão	-	-	-	-	-	-
	5.589	111.206	19,89	5.835	111.032	19,03

FONTE: INCRA, Estatísticas Cadastrais nº 1, base: Recadastramento 1972, Brasília: INCRA, 1974.
INCRA, Estatísticas Cadastrais nº 4, Cadastro de 1976, Brasília: INCRA, 1978.

lações de trabalho, onde o trabalho assalariado passa paulatimamente a substituir outras formas de relações de trabalho.

2.3 - A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA

Neste ítem, pretendemos traçar um quadro geral da produção agrícola e pecuária do município de Bananeiras, situando a produção de bananas nesse contexto, antes de analisá-las separadamente.

A Tabela 4 mostra a evolução da área e do rendimento médio das principais culturas, no período 1973/82. A Tabela 5 revela a situação da pecuária nos anos de 1970, 1975 e 1980. É com base nesses quadros que tentaremos expor a evolução da agropecuária na área de estudo.

Dentre as culturas permanentes é notável o avanço (464%) da área plantada com cana-de-açúcar,³⁰ que passa de 550 ha para 3.100 ha, enquanto que o rendimento médio se eleva (25%), de 36.000 Kgs por ha para 45.000 Kgs por ha, no decênio considerado. Este avanço da cana-de-açúcar deve-se aos estímulos do Estado que através do PRO-ÁLCOOL, criado - como já foi dito - em 1975, com o objetivo de desenvolver a produção de álcool no Brasil como forma de contornar a crise energética, forneceu incentivos fiscais e creditícios aos produtores que se dedicam sem à sua produção direta ou à produção de sua matéria-prima, a cana-de-açúcar.³¹

30/ Esta é produzida basicamente nas grandes unidades produtivas e em vastas áreas, uma vez que o rendimento médio desta, ao contrário das culturas alimentares, eleva-se proporcionalmente à extensão da área plantada, é portanto crescimento extensivo.

31/ Ver nota de rodapé nº 20.

TABELA 4

PRINCIPAIS CULTURAS PERMANENTES E TEMPORÁRIAS DO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS,
SEGUNDO A ÁREA COLHIDA E O RENDIMENTO MÉDIO NO PERÍODO 1973/82

ESPECIFICAÇÃO N O S	CULTURAS PERMANENTES						CULTURAS TEMPORÁRIAS									
	Cana de açúcar		Banana		Sisal		Algodão Herb.		Feijão		Milho		Mandioca		Arroz	
	Área (ha)	Rend. Médio (Kg/ha)	Área (ha)	Rend. Médio Cachos/ha	Área (ha)	Rend. Médio (Kg/ha)	Área (ha)	Rend. Médio (Kg/ha)	Área (ha)	Rend. Médio (Kg/ha)	Área (ha)	Rend. Médio (Kg/ha)	Área (ha)	Rend. Médio (Kg/ha)	Área (ha)	Rend. Médio (Kg/ha)
1973	550	36000	620	1000	1000	1000	3100	250	1860	300	800	160	190	4000	150	1000
1974	500	36000	600	1000	1000	1000	3200	250	1860	300	700	150	190	4000	150	1000
1975	550	30000	360	1875	1050	900	2500	274	1000	320	1500	200	190	5473	120	1750
1976	1129	40000	360	2400	950	431	2500	400	2130	95	1500	294	1478	8000	120	1750
1977	1700	43000	310	1200	1000	771	1349	349	2130	300	1606	500	1100	8000	120	300
1978	2946	42620	310	1200	1000	600	3626	297	2130	300	1218	500	2200	10000	130	1876
1979	3000	45000	350	1200	700	600	3590	300	2450	306	1218	500	1500	7000	130	1700
1980	3100	45988	400	1247	700	600	3600	300	2932	216	1924	330	1700	5846	209	1688
1981	3100	45000	400	1200	700	600	3600	300	2600	308	1300	500	1700	7000	180	1700
1982	3100	45000	600	1200	300	600	3600	300	2600	308	1300	500	70	7000	80	1700

FONTE: IBGE, Produção Agrícola Municipal, Anos de 1973 a 1983, Rio de Janeiro.

TABELA 5

REBANHO BOVINO, SEGUNDO O MUNICÍPIO DE BANANEIRAS E A
MICRO-REGIÃO DO BREJO PARAIBANO, NOS ANOS DE 1970, 1975 e 1980

ESPECIFICAÇÕES A N O S	MUNICÍPIO DE BANANEIRAS				BREJO PARAIBANO			
	NÚMERO DE CABEÇAS				NÚMERO DE CABEÇAS			
	CORTE	LEITE	CORTE E LEITE	ANIMAIS DE TRABALHO	CORTE	LEITE	CORTE E LEITE	ANIMAIS DE TRABALHO
1970	5.167	1.573	993	26	9.230	8.915	4.067	257
1975	5.312	2.290	1.634	35	19.495	8.590	4.622	122
1980	14.962	2.450	312	2	36.997	9.644	2.920	47

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário da Paraíba, 1970, vol. II, tomo IX, Rio de Janeiro: 1975.

IBGE, Censo Agropecuário da Paraíba, 1975, vol. II, tomo IX, Rio de Janeiro: 1979.

IBGE, Censo Agropecuário da Paraíba, 1980, vol. II, tomo III, nº XI, R. de Janeiro: 1983.

Também experimentou uma evolução positiva a cultura da banana.³² Após uma tendência declinante apresentada no período 1975/79, devido a proliferação de pragas, que atacavam a principal variedade cultivada naquela época - a Prata - e a dificuldade de combatê-las dado a rusticidade das técnicas agrícolas utilizadas, tende a conquistar posições a partir de 1980. Isso reforça nossa hipótese de que está havendo uma recuperação dos antigos bananais como resposta a ação do Estado na região, desta vez através do PDRI-Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Brejo Paraibano, que introduziu em 1978 uma nova variedade da banana Prata - a Pacovan - que sendo indicada como mais resistente às pragas e tendo maior aceitabilidade no mercado consumidor, tem incentivado os produtores a produzirem essa nova variedade em substituição às anteriormente plantadas e, em alguns casos, abandonadas, em função das pragas que as atacam constantemente.

Os dados permitem inferir, mesmo que de forma muito grosseira e sujeita a contestação, que essa expansão da área não foi acompanhada de uma melhoria dos rendimentos físicos, que afora os anos de 1975 e 1976 onde excedeu 1.800 cachos por ha, tem se mantido em torno de 1.200 cachos por ha ao longo do período.

Afora essa duas culturas permanentes e que estão em expansão, pode-se observar que o sisal, ao contrário, tem passado por um processo gradual de reajustamento da área plantada,

^{32/} Embora se registre uma ligeira elevação no rendimento médio apresentado, e uma constância na área plantada, esses dados nos parecem substituídos, uma vez que dos dados censitários, do mesmo órgão IBGE, (ver Tabela 12) se pode inferir aumentos muito mais substanciais, tanto da área como do rendimento médio, o que reflete com mais aproximação nossa observação direta.

o que é acompanhado pela queda aparente de seu rendimento médio, já que durante o "boom" do sisal que se seguiu à crise do petróleo, abusou-se no corte das folhas sisal. A crise posterior do mercado externo e o avanço do processo de substituição por fios sintéticos, foram fatores explicativos dessa tendência declinante no período considerado, com a retomada dos níveis anteriores.

Também o algodão herbáceo, tem mostrado certa estagnação. As demais culturas temporárias da região, como feijão, milho, mandioca e arroz, têm apresentado aumento de suas áreas e do rendimento médio.

Essas culturas são desenvolvidas basicamente por pequenos produtores independentes, que o fazem em consórcio com a banana, ou parceiros nas grandes propriedades, onde a pecuária e o algodão são predominantes e permitem a consorciação com culturas para subsistência dos produtores.

Paralelamente, observa-se um importante processo de pecuarização que se estende por todo o Brejo, representando um importante fenômeno econômico do período observado.

Depreende-se da Tabela 5, o avanço da pecuária, notadamente a de corte, que cresce 189% no município e chega a atingir 300% de crescimento na micro-região no decênio considerado. Também cresce a pecuária de leite, porém os aumentos são bem menores, 56% e 8% respectivamente no município e na micro-região, refletindo um aumento geral, acompanhado da especialização em corte ou em leite, dado a diminuição relativa e absoluta de gado, simultaneamente, para corte e leite.

Um fato que merece destaque é a diminuição absoluta

e relativa de animais de trabalho. Seu número cai, significativamente, tanto na micro-região, como no município. Isso nos leva a crer que esteja havendo uma substituição do arado de tração animal por tração mecânica. Esse fato pode ser observado, através dos dados da Tabela 24, que serão analisados posteriormente.

2.4 - CONSIDERAÇÕES SOBRE A CULTURA DA BANANA NO ESTADO DA PARAÍBA

A bananeira é uma planta híbrida, herbácea e de difícil delimitação. Tem sua origem nas regiões tropicais e na Malásia.

No Brasil ela é cultivada em todo o país, porém são os maiores produtores os estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

A Paraíba ocupa uma modesta posição em termos de produção absoluta, se comparada aos outros estados brasileiros. (Tabela 6). Em 1973 ocupou o 13º lugar nacional em área colhida (2,2% da área total), atingindo o 12º lugar em 1983 (2,5% da área total).

A quantidade produzida em 1973 foi de 8.925 toneladas (2,5% da produção nacional). Em 1983, sua produção cresceu 52% (13.576 toneladas) e passou a ocupar o 11º lugar nacional (3,3% da produção).

Estes números ganham significação, quando comparados ao tamanho do Estado e população que ele abriga. Em 1970 a Paraíba detinha apenas 4.582.831 ha de área agricultável (1,5%

TABELA 6

QUANTIDADE PRODUZIDA, ÁREA COLHIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DA BANANA, POR ESTADO, NO BRASIL NOS ANOS DE 1973 e 1983

E S T A D O	Quant. Produzida (t)		Área colhida (ha)		Rend. Médio Kg/ha	
	ANO 1973	ANO 1983	ANO 1973	ANO 1983	ANO 1973	ANO 1983
Acre	618	-	412	-	1.500	-
Rondônia	388	-	194	-	2.000	-
Amazonas	1.389	743	1.267	913	1.096	814
Roraima	260	277	170	673	1.529	412
Pará	3.878	13.235	2.250	11.428	1.724	1.158
Amapá	75	388	50	497	1.500	781
Maranhão	12.568	11.121	8.778	9.222	1.432	1.206
Piauí	2.615	3.571	2.159	3.135	1.211	1.139
Ceará	71.800	27.519	40.099	29.750	1.791	925
R. G. Norte	5.248	4.755	4.761	3.449	1.102	1.379
Paraíba	8.925	13.576	6.910	9.464	1.292	1.434
Pernambuco	27.813	28.232	16.021	18.214	1.736	1.550
Alagoas	2.422	10.299	2.316	8.484	1.016	1.214
Sergipe	1.379	2.182	1.184	2.523	1.165	865
Bahia	21.492	75.331	15.943	54.430	1.348	1.384
Minas Gerais	27.740	35.318	41.696	33.889	665	1.042
Espírito Santo	27.392	19.914	22.872	24.437	1.198	794
Rio de Janeiro	29.687	32.429	41.626	31.152	713	1.041
Guanabara	5.487	-	3.292	-	1.667	--
São Paulo	33.957	39.090	31.384	39.653	1.082	986
Paraná	8.695	7.960	7.153	4.960	1.215	1.605
Santa Catarina	16.804	28.993	12.926	19.992	1.300	1.450
Rio Grande do Sul	14.372	6.122	7.904	7.402	1.818	827
Mato Grosso do Sul	-	3.985	-	2.831	-	1.408
Mato Grosso	3.672	12.011	3.654	14.528	1.005	827
Goiás	24.435	30.930	35.595	34.600	686	894
Distrito Federal	480	430	320	430	1.500	1.000
TOTAL	353.591	408.411	310.936	366.056	1.137	1.116

FONTE: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, anos de 1973 e 1983.

Paraíba com relação a população do Brasil cai para 2,3% e o da área agricultável cai para 1,3% da área nacional.³³

Enquanto isso, o crescimento da produção nacional de bananas no período 1973/83 foi de 15,5%, ao passo que a Paraíba apresentou um crescimento na produção na ordem de 52%, nesse mesmo período. (Tabela 6)

Os números refletem portanto, que a Paraíba não só tem acompanhado a produção nacional de banana, mas tem apresentado um índice de crescimento consideravelmente superior a esta.

Também nos índices de rendimentos físicos por ha a Paraíba tem se destacado. No ano de 1973 ocupou o 11º lugar nacional ao atingir 1.292 Kg por ha. Dez anos depois, passa a ocupar o quarto lugar, atingindo 1.434 Kg por ha, superada apenas pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Pernambuco. Este é portanto um indicador claro das potencialidades de expansão dessa cultura no Estado da Paraíba, onde o Brejo Paraibano - no qual está situado Bananeiras - tem se destacado como um grande produtor.

No ano de 1976, as principais culturas do Estado da Paraíba ocupavam uma área de 1.471.399 ha, dessa área 8.138 ha, ou seja 0,55%, foram ocupados com a cultura da banana.

Com relação à formação do valor bruto da produção das principais lavouras cultivadas no Estado, a banana contribuiu com 3,2%, ocupando a sétima posição entre as doze principais culturas do Estado.³⁴

33/ IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil*, 1983, v. 44, Rio de Janeiro:1984.
IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil*, 1975, v. 36, Rio de Janeiro:1976.

34/ CEPA - Comissão Estadual de Planejamento Agrícola, *Diagnóstico da Cultura da Banana*, João Pessoa: CEPA, 1978.

De acordo com dados censitários fornecidos pelo IBGE, na Paraíba a evolução da área cultivada com banana no período 1970/80 foi a seguinte: 6.697 ha em 1970 e 6.227 ha em 1980.

Apesar da estagnação e até mesmo de um ligeiro declínio (7%) da área cultivada, os dados atestam um crescimento na quantidade produzida na ordem de 133%, passando de 3.019 mil cachos em 1970 para 7.029 mil cachos em 1980, o que traduz um considerável aumento de produtividade. (ver Tabelas 7 e 8).

Na Paraíba, a produção é realizada em sua maioria por produtores-proprietários. Em conformidade com o Recenseamento Geral, realizado pelo IBGE em 1980, dos 15.027 produtores que plantam banana, 70% eram proprietários, 11% arrendatários, 16% ocupantes e 2% parceiros. Para o ano de 1970 o percentual de proprietários era de 68%, o que a primeira vista já revela uma constância na participação dessa categoria de produtores na economia da banana na Paraíba. As demais categorias apresentaram alterações significativas no período considerado. Chama a atenção a redução absoluta (-504) e relativa (23%) dos arrendatários, em apenas uma década, o que a primeira vista já reflete o recuo por parte dos grandes proprietários em arrendar suas terras, seja pelo fato de que passaram a dedicar suas terras a produção de cana-de-açúcar, atividade muito mais lucrativa, já começando pelos generosos subsídios estatais, que os capitalizam "a priori", independentemente de seu melhor ou pior desempenho produtivo, seja pela dedicação das terras a outras atividades mais rentáveis, como a pecuária extensiva, ou ainda pelo fato de que os proprietários têm evitado arrendar suas terras, tentando eximirem-se das pressões sindicais, pelo cumprimento do Estatuto da Terra.

TABELA 7

ESTADO DA PARAÍBA

NÚMERO DE PRODUTORES, QUANTIDADE PRODUZIDA, ÁREA CULTIVADA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DA BANANA, SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR E GRUPOS DE ÁREA TOTAL, PARA O ANO DE 1970.

CONDIÇÃO DO PRODUTOR E GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha)	ESPECIFICAÇÃO	Nº DE PRODUTORES	COLHEITA DO ANO DE 1970		
			QUANTIDADE PRODUZIDA (mil cachos)	ÁREA (ha)	RENDIMENTO MÉDIO (cachos/ha)
<u>CONDIÇÃO DO PRODUTOR</u>					
	Proprietário	8.802	2.138.930	4.826	443
	Arrendatário	2.225	379.892	818	464
	Parceiro	417	87.408	236	370
	Ocupante	1.479	412.442	817	504
T O T A L		12.923	3.018.672	6.697	451
<u>GRUPOS DE ÁREA TOTAL</u>					
	Menos de 10	9.070	1.500.006	3.304	453
	10 a menos de 100	3.053	980.017	2.168	452
	100 a menos de 1.000	732	486.882	1.088	447
	1.000 a menos de 10.000	67	50.999	136	375
	10.000 e mais	1	768	1	768
T O T A L		12.923	3.018.672	6.697	451

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário da Paraíba, Recenseamento Geral de 1970, vol. II, tomo IX, Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

TABELA 8

ESTADO DA PARAÍBA

NÚMERO DE PRODUTORES, QUANTIDADE PRODUZIDA, ÁREA CULTIVADA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DA BANANA, SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR E GRUPOS DE ÁREA TOTAL, PARA O ANO DE 1980.

CONDIÇÃO DO PRODUTOR E GRUPOS DE ÁREA TOTAL	ESPECIFICAÇÃO	Nº DE PRODUTORES	COLHEITA DO ANO DE 1980		
			QUANTIDADE PRODUZIDA (mil cachos)	ÁREA (ha)	RENDIMENTO MÉDIO (cachos/ha)
<u>CONDIÇÃO DO PRODUTOR</u>					
	Proprietário	10.500	5.223	4.819	1.083
	Arrendatário	1.721	445	514	865
	Parceiro	349	152	112	1.357
	Ocupante	2.457	1.209	782	1.546
T O T A L		15.027	7.029	6.227	1.128
<u>GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha)</u>					
	Menos de 100	11.198	3.445	3.246	1.329
	10 a menos de 1000	3.114	2.166	1.824	1.187
	100 a menos de 1.000	662	1.210	1.004	444
	1.000 a menos de 10.000	53	208	153	660
	10.000 e mais	-	-	-	-
T O T A L		15.027	7.029	6.227	1.128

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário da Paraíba, Recenseamento Geral de 1980, vol.II, tomo III, nº 11, Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

Com relação a categoria de parceiros, os dados indicam que no período, considerado o seu número, caiu em 16%, ao passo que a área que trabalhavam foi reduzida em 52%.

Fato curioso acontece com a categoria de ocupantes, que embora tenham tido seu número elevado em 66%, tiveram sua área reduzida em 4%, o que indica que está havendo cada vez mais, dificuldades de acesso a terra, principalmente entre os bananicultores.

Importante ressaltar o peso da pequena produção no contexto da bananicultura da Paraíba. Em 1970 (Tabela 7) os produtores que produziam em áreas de até 10 ha contribuíram com metade da produção. Esta participação repetiu-se no ano de 1980 (Tabela 8).

Em 1970 os grupos de 10-100 ha responderam por 32% da produção. Em 1980 (Tabela 8) a participação desse grupo também manteve-se inalterada: 31%. A manutenção da participação deu-se igualmente nos outros extratos de área.

Essa tendência deveria manter-se em favor dos pequenos produtores, uma vez que a implantação de novos pés de banana no Estado, em 1980, foi bem maior nas pequenas propriedades de até 10 ha (71%) que nos extratos maiores, senão vejamos: (Tabela 9)

A participação do Brejo Paraibano na implantação desses novos pés de banana atingiu 1.069.307, ou seja, 22%.³⁵ Daí porque colocamos o Brejo Paraibano como uma área representativa da bananicultura no Estado, pois além de contribuir com par

35/ IBGE, Censo Agropecuário da Paraíba, 1980, vol. II, tomo III, nº 11, Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

TABELA 9

ESTADO DA PARAÍBA

EFETIVO DE PLANTAÇÕES DE BANANA EM DEZEMBRO DE 1980,
SEGUNDO CONDIÇÃO DO PRODUTOR E GRUPOS DE ÁREA TOTAL

ESPECIFICAÇÃO CONDIÇÃO DO PRODUTOR E GRUPOS DE ÁREA TOTAL	PÉS QUE PRODUZIRAM	PÉS EM IDADE PRODUTIVA	NOVOS PÉS	
			TOTAL	PLANTADOS EM 1980
<u>CONDIÇÃO DO PRODUTOR</u>				
Proprietário	3.828.788	7.139.158	3.754.566	1.873.399
Arrendatário	378.933	675.899	300.628	103.380
Parceiro	92.093	181.200	77.184	42.525
Ocupante	932.065	1.289.497	3.046.253	2.861.041
T O T A L	5.231.879	9.285.754	7.178.631	4.880.345
<u>GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha)</u>				
Menos de 10	2.727.377	4.672.455	4.587.059	3.463.472
10 a menos de 100	1.587.318	2.755.967	1.714.195	949.227
100 a menos de 1.000	810 601	1.715.650	840.734	436.420
1.000 a menos de 10.000	106.583	141.682	36.643	31.226
10.000 e mais	-	-	-	-
T O T A L	5.231.879	9.285.754	7.178.631	4.880.345

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário da Paraíba, Recenseamento Geral de 1980, vol. II, tomo III, nº 11,
Rio de Janeiro: 1983.

te considerável da produção e da área plantada, abriga 28% dos bananicultores do Estado da Paraíba.

Os outros índices não revelam tendências ou processos que mereçam maior análise aqui, ou são em si insuficientes para extrair deles maiores conclusões.

2.5 - IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DA BANANA NA MICRO-REGIÃO DO BREJO PARAIBANO

A cultura da banana é identificada como a mais importante frutícola da micro-região do Brejo Paraibano. Excetuando os municípios de Arara e Puxinanã, todos os municípios apresentam áreas cultivadas com banana. No período compreendido entre 1964 e 1973 esta cultura contribuiu com uma média ligeiramente superior a 7% da renda agrícola regional.³⁶

No período acima citado, os maiores produtores foram os municípios de Borborema, Bananeiras, Pilões, Serraria e Alagoa Nova. Estes municípios somavam, em média, 91% da área cultivada na região e 89% da produção de bananas na micro-região. Já nesse período o município de Bananeiras se destacava como o maior produtor, ao contribuir com 52% da produção e 24% da área cultivada à nível de micro-região.³⁷

Em 1978, é criado o PDRI-Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Brejo Paraibano, cuja ação na região se fez sentir num primeiro momento, com a implantação de um dos 32 campos experimentais de produção de mudas previstos no projeto. As

por uma superfície de 1.450 ha, num período de 4 anos, com o que se previa produzir 980 mil mudas e distribuí-las entre 1.700 bananicultores da região.³⁸ Buscava-se o aumento da produção e da produtividade com essa nova variedade, indicada como mais resistente às pragas, e cujo sistema de cultivo seria feito com assistência técnica da EMATER, visando inovar as técnicas de cultivo e acompanhar o desenvolver da nova técnica.

Esta ação estadual provocou mudanças relevantes no cenário da bananicultura regional, onde a orientação para uma determinada variedade - a Pacovan, resultou numa considerável expansão da cultura no município, embora que as estatísticas oficiais não revelem esse fato com tanta clareza como a observação direta e a experiência de campo nos mostraram.

Analisando os dados da década anterior à implantação do PDRI, isto é, de 1968-77 (Tabela 10) constatamos que o nível da micro-região, a produção física apresentou um crescimento constante, porém a taxas diminutas, variando em torno de 1.900 mil cachos por ano, enquanto que a área cultivada e os rendimentos médios apresentaram uma trajetória sumamente irregular. A área cultivada variou em torno de 1.200 ha, e os rendimentos médios obtidos anualmente situam-se em torno de 1.400 cachos por ha.

Segundo a CEPA³⁹, os baixos rendimentos apresentados tinham como motivos, o cultivo de variedades pouco resistentes, a elevada idade da maioria dos cultivos e a falta de modernização na tecnologia de sua exploração.

38/ CEMA-Cooperativa Escola Mista dos Alunos do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, Projeto de Produção de Mudanças, 1978, (mimeo).

39/ CEPA-Paraíba, Diagnóstico..., ob. cit., p. 92.

TABELA 10

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO FÍSICA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA
DA BANANA NA MICRO-REGIÃO DO BREJO PARAIBANO - 1968/82

A N O S	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE PRODUZIDA 1.000 cachos	RENDIMENTO MÉDIO (cachos/ha)
1968	1.045	1.435	1.373
1969	1.264	1.683	1.331
1970	1.295	1.746	1.348
1971	1.415	1.630	1.152
1972	940	1.996	2.123
1973	859	1.421	1.654
1974	1.348	1.422	1.054
1975	1.416	2.600	1.836
1976	1.242	2.980	2.399
1977	1.622	2.607	1.607
1978	2.597	5.226	2.012
1979	3.241	5.987	1.847
1980	3.083	5.345	1.733
1981	3.228	4.010	1.242
1982	3.558	4.374	1.229

FONTE: Departamento Estadual de Estatística - DEE (Citado conforme CEPA, Diagnóstico do PDRI do Brejo Paraibano, vol. 1, João Pessoa: 1977.

FIPLAN-CEI, Estatísticas Agropecuárias - 1973-80, João Pessoa: 1982

IBGE, Anuário Estatístico do Brasil - 1983, vol. 44, Rio de Janeiro: 1984

Também atribue a situação estagnante em que se encontrava a cultura ao aparecimento de pragas, cuja proliferação se viu facilitada pela inadequabilidade e insuficiência de tecnologia empregada.

Consultando as estatísticas para o período seguinte 1978-82 (na mesma Tabela 10), se percebe que houve uma tendência do crescimento da área colhida ao longo do período. A quantidade praticamente estabilizou-se após um considerável salto inicial que duplicou a produção, chegando a atingir uma média de quase 5 milhões de cachos por ano.

Essa tendência de recuperação da atividade, com claro crescimento, não é observada nos rendimentos físicos médios, cujos indicadores não permitem extrair conclusões claras. A expansão deveu-se ao cultivo de novas áreas, já com a nova variedade - Pacovan.

Ao analisar os dados secundários à nível do município de Bananeiras (Tabela 11), podemos ter uma primeira visão do comportamento da produção municipal no período recente (1973-82). Estes dados já devem revelar alguns resultados da ação do Estado no Município a partir de 1978.

Os dados expostos na Tabela 12, corroboram a expectativa, já que evidenciam aumentos de produtividade, principalmente em 1980, quando foram sensíveis os impactos das inovações introduzidas em 1978. A área colhida também reflete o esperado, estando consoante inclusive com nossa observação direta e os depoimentos dos produtores entrevistados, durante a pesquisa, onde declararam acreditar ter havido um crescimento considerável em termos da área plantada.

TABELA 11

ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA
DA BANANA, NO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS - 1973/82

A N O S	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE PRODUZIDA (1.000 cachos))	RENDIMENTO MÉDIO (cachos/ha))
1973	620	650	1.048
1974	600	600	1.000
1975	360	675	1.875
1976	360	864	2.400
1977	310	372	1.200
1978	310	372	1.200
1979	350	450	1.285
1980	400	400	1.000
1981	400	480	1.200
1982	600	720	1.200

FONTE: IBGE, Dados fornecidos pela Coordenação de Estatística e Informática - CEI, da
FIPLAN - Fundação Instituto de Planejamento da Paraíba, em setembro de 1984.

Os resultados dessa primeira análise, vêm-se reforçados, quando se leva em conta as mudanças de outros fatores externos, principalmente climáticos. Não se pode deixar de lembrar-se que o período engloba parte da seca que assolou o Nordeste (1979/83). O município de Bananeiras não ficou imune de seus efeitos desastrosos.

Os dados expostos na Tabela 12 parecem-nos mais confiáveis, uma vez que têm como fonte, os Censos Agropecuários da Paraíba dos anos de 1970, 1975 e 1980. Eles mostram que a nível da micro-região a área colhida com banana cresceu cerca de 10% no quinquênio 1970-75 e 36% para toda a década de 1970-80. As quantidades produzidas apresentaram aumentos mais expressivos, triplicando a produção na micro-região no período 1970-80 e os rendimentos médios duplicaram no mesmo período.

O município de Bananeiras também apresentou crescimento considerável na área colhida, 68% no período 1970-80, enquanto que, a quantidade produzida cresceu 279% e o rendimento médio mais que duplicou-se no período considerado.⁴⁰ Os dados apresentados (Tabela 11), além de contrariar nossa expectativa criada pela experiência de campo, são conflitantes com os dados censitários apresentados a seguir (Tabela 12). Eles não

^{40/} Observe-se que os dados apresentados nas Tabelas 10, 11 e 12 não coincidem, isto porque os dados das Tabelas 10 e 11 não são censitários, uma vez que os mesmos têm sempre como fonte original a Produção Agrícola Municipal, pesquisa realizada anualmente pelo IBGE (ver item 1.5), ao passo que os dados da Tabela 12 foram colhidos diretamente nos anos em que o IBGE realizou seu Censo Agropecuário quinquenal, o que lhes dão maior confiabilidade, daí porque, daqui em diante, optaremos por trabalhar sempre com esses últimos. Apesar de aparentemente termos introduzido um elemento de ambigüidade no nosso trabalho, acreditamos que não teria sido correto "contornar o problema" apenas "optando" por aqueles dados "mais confiáveis", já que os outros também têm seu peso e não podem ser simplesmente ignorados. Entendemos que a realidade deve ser respeitada e exposta como ela é, até nas suas contradições. Esperamos não termos saído mal na interpretação deste problema.

TABELA 12

ÁREA CULTIVADA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DA BANANA, SEGUNDO A MICRO-REGIÃO DO BREJO PARAIBANO E O MUNICÍPIO DE BANANEIRAS, PARA OS ANOS DE 1970, 1975 e 1980

ESPECIFICAÇÃO A N O S	BREJO PARAIBANO			MUNICÍPIO DE BANANEIRAS		
	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE PRODUZIDA (1.000 cachos)	RENDIMENTO MÉDIO (cachos/ha)	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE PRODUZIDA (1.000 cachos)	RENDIMENTO MÉDIO (cachos/ha)
1970	2.006	809	403	413	213	515
1975	2.212	1.700	768	402	313	778
1980	2.737	2.429	887	696	847	1.216

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário da Paraíba - 1970, vol. III, tomo IX, Rio de Janeiro: 1975
 IBGE, Censo Agropecuário da Paraíba - 1975, vol. I, tomo IX, Rio de Janeiro: 1979.
 IBGE, Censo Agropecuário da Paraíba - 1980, vol. II, tomo III, Rio de Janeiro: 1983.

evidenciam claramente as mudanças ocorridas no decorrer da dé cada e apresentam uma situação quase que estagnada se proceder mos a comparação dos dados ano a ano. No entanto, quando se observa por quinquênio (antes e depois de 1978), a evolução apresenta um declínio, tanto na área média colhida (-8%), que cai de 450 ha para 412 ha em média, como na quantidade produzi da (-23%), que passa de 3.161 mil (o que dá uma média anual de 632 mil) para 2.422 mil cachos (em média por ano 484 mil ca chos). Isto reflete-se também negativamente nos índices de rendimentos físicos por ha, que no quinquênio inicial 1973-77 foi de 1.404 cachos por ha, enquanto que no quinquênio seguin te 1978-82 cai para 1.175 cachos por ha.

Então, apesar de seca, pode-se observar que houve uma expansão da bananicultura, tanto à nível da micro-região, como de município. Assim, constata-se que o esforço governamental trouxe resultados positivos, ao menos na fase inicial. No mo mento, não dispomos de evidências para o período mais recente, a não ser os dados da própria pesquisa de campo, que serão pos teriormente analisados.

2.6 - POSSE E USO DA TERRA NA ÁREA DE ESTUDO

Esta caracterização da estrutura agrária da região é baseada nos dados do INCRA, que trabalha com o conceito de i móvel rural.⁴¹

Mesmo que este conceito não seja o indicador ideal para esse tópico, é o melhor disponível, sendo possível empre

41/ Ver nota nº 28.

gã-lo para dar uma idéia aproximada da situação real.

Esta abordagem é aceitável na medida em que o estabelecimento é uma unidade administrativa de produção, onde se processa uma exploração agropecuária, enquanto que o imóvel rural é uma unidade de propriedade, de posse.⁴²

Assim sendo, no nosso entendimento, é o conceito de imóvel o que - apesar de suas limitações - melhor se enquadra para a nossa análise da estrutura agrária, uma vez que exclui as parcelas dos parceiros e arrendatários, como unidades independentes, e inclui todas as áreas, mesmo aquelas que estejam totalmente inexploradas.⁴³ Neste entendimento, o estudo possibilita compreender os grandes desníveis econômicos entre a população rural, bem como o atrelamento do agricultor ao dono da terra, tanto na esfera da produção, como no processo de circulação.

Também trabalhamos com alguns dados do IBGE, que além de fornecer várias informações complementares, servem de elementos de confrontação.

Colocadas as limitações estatísticas, podemos preliminarmente afirmar que, o permanente contraste entre minifúndio e latifúndio é a característica fundamental da estrutura fundiária do município de Bananeiras.

A concentração da propriedade fundiária é demonstrada através dos dados apresentados na Tabela 13, onde os minifúndios, ou seja, os imóveis rurais com área inferior a um mô

42/ Veja-se SILVA, J. F. Graziano e QUEDA, Oriowaldo, "Distribuição da Renda e Posse da Terra na Produção e Consumo de Alimentos". Coleção Estudos Brasileiros nº 7, Ed. Hucitec, São Paulo: 1979.

43/ Idem.

TABELA 13

NÚMERO, ÁREA TOTAL E ÁREA MÉDIA DOS IMÓVEIS RURAIS, SEGUNDO O MUNICÍPIO DE BANANEIRAS, NOS ANOS DE 1972 e 1976

DISCRIMINAÇÃO CATEGORIAS	1 9 7 2			1 9 7 6		
	Nº DE IMÓVEIS	ÁREA TOTAL (ha)	ÁREA MÉDIA (ha))	Nº DE IMÓVEIS	ÁREA TOTAL (ha)	ÁREA MÉDIA (ha)
Minifúndio	839	5.586	6,65	911	5.903	6,47
Empresa Rural	17	4.840	284,70	20	5.084	254,200
Latifúndio por Exploração	123	16.182	131,56	123	14.764	120,03
Latifúndio por Dimensão	-	-	-	-	-	-
	979	26.608	27,18	1.054	25.751	24,43

FONTES: INCRA, Estatísticas Cadastrais nº 1, Base: Recadastramento 1972, Brasília: INCRA, 1974
 INCRA, Estatísticas Cadastrais nº 4, Cadastro de 1976, Brasília: INCRA, 1978.

dulo (que na região era de 25 ha à época dos cadastramentos), predominam em termos de número de imóveis (86% nos anos de 1972 e 1976), apesar de ocuparem nos respectivos anos apenas 21% e 23% da área total apropriada, e os latifúndios por exploração isto é, os imóveis com extensão, entre um e seiscentos módulos, têm predominância em termos de área total apropriada (61% e 57% nos respectivos anos) e está concentrada nas mãos de uma minoria (aproximadamente 12% nos anos mencionados).

Esta é uma característica marcante que constitui o cerne da questão agrária na região.

A área média dos minifúndios é de 7 ha, tanto no ano de 1972, como em 1976, enquanto que a dos latifúndios por exploração em 1972 era de 132 ha, caindo para 120 em 1976.

Especial destaque merecem as empresas rurais, imóveis cuja extensão varia de um a seiscentos módulos regionais e são "racionalmente exploradas", que eram 17 em 1972 e 20 em 1976 (1,7% e 1,9%, respectivamente, do total dos imóveis). Elas de tinham em 1972, 18% da área apropriada, passando a 20%, em 1976. Estas empresas apresentaram em 1972, uma área média de 285 ha, caindo em 1976 para 254 ha, sendo superior em ambos os anos à área média dos latifúndios por exploração.

Essas empresas rurais, se analisadas em termos de número de imóveis, podem ser consideradas inexpressivas, porém, o volume de área de que se apropriam, se aproxima ao conjunto de todos os minifúndios e, tendo as mesmas características concentradoras próximas as do latifúndio, reforçam ainda mais a concentração fundiária no município, quando considerados conjuntamente.

Pelos dados expostos, podemos perceber que a grande maioria dos proprietários não dispõe de muita terra, o que associado ao baixo nível tecnológico, a inexistente capacidade de armazenamento, ao ineficiente processo de seleção de mudas e, sobretudo, a exclusão da maioria dos pequenos produtores da política de crédito rural subsidiado, impossibilita-os de assumirem qualquer atitude modernizante de envergadura.

Se compararmos esses dados com as estatísticas para a micro-região do Brejo Paraibano, na qual se insere o município de Bananeiras, nos deparamos com uma situação semelhante, o que nos leva a acreditar na representatividade do município em termos regionais, no que diz respeito à estrutura agrária.

A nível de Brejo Paraibano (Tabela 3), os minifúndios corresponderam em 1972 a 89% do total dos imóveis cadastrados, mas ocuparam apenas 23% da área total, ao passo que os latifúndios, por exploração ocuparam 66% da área total, e estão representados por 10% dos proprietários. Da mesma forma que a nível de município, as empresas rurais corresponderam a 1% do total de imóveis, porém abrangendo 11% da área; em 1976 essa situação permaneceu.

As áreas médias dos outros imóveis também guardam semelhança. Os minifúndios possuíam uma área média de 5 ha. Os latifúndios por exploração alcançaram uma área média de 131 ha, portanto, quase igual à do município.

Também se destacam, a nível da micro-região, as empresas rurais, que assim como no município, apresentam a maior área média alcançada em todas as categorias, atingindo nada menos que 215 ha em 1972 e 193 em 1976, um pouco inferior à alcan

çada no município, mas nem por isso menos importante em termos de conjunto.

A distribuição desigual da terra condiciona, segundo observamos durante a pesquisa, o tipo de produto a ser cultivado - "o que produzir" - e as formas utilizadas na realização do processo produtivo - "como produzir".

Observamos, preliminarmente, nas entrevistas realizadas, que entre os pequenos produtores há uma preferência clara pela produção de banana, arroz, mandioca, milho e feijão; e afora o primeiro, todos os demais produtos são destinados exclusivamente a alimentação da família e sua produção repousa predominantemente na força de trabalho dos membros do núcleo familiar.

Já entre os grandes proprietários a atividade produtiva tem por base a pecuária, que se faz combinada com a produção de algodão, do milho e do feijão, e onde ainda se observa a relação de parceria. Também se produz banana nas grandes propriedades, mas a ela é dedicada pouca terra e poucos investimentos, e, até o momento, ainda é considerada pelos grandes proprietários apenas como uma cultura complementar.

Nas áreas onde antigamente funcionavam os grandes engenhos, continua a se plantar cana-de-açúcar, com base no trabalho assalariado, embora se observe uma decadência nos engenhos de rapadura, esta é canalizada para a produção de álcool nas grandes usinas da micro-região e do Estado.

A análise do quadro fundiário do município de Bananeiras, com base nos dados do IBGE, se faz tendo como referencial a Tabela 14 a seguir:

TABELA 14

NÚMERO (TOTAL E PERCENTUAL), ÁREA TOTAL E ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS DO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS, POR CLASSE DE ÁREA, NOS ANOS DE 1970 e 1980

CLASSE DE ÁREA	1 9 7 0					1 9 8 0				
	Nº DE ESTABELECIMENTOS	%	ÁREA TOTAL (ha)	%	ÁREA MÉDIA (ha)	Nº DE ESTABELECIMENTOS	%	ÁREA TOTAL (ha)	%	ÁREA MÉDIA (ha)
0 ≤ 10	1.812	85,96	5.728	22,58	3,17	3.207	92,47	6.658	23,76	2,08
> 10 ≤ 20	154	7,31	2.097	8,27	13,62	127	3,66	1.663	5,93	13,10
> 20 ≤ 50	75	3,56	2.340	9,23	31,20	72	2,07	2.087	7,45	28,99
> 50 ≤ 100	28	1,33	1.857	7,32	66,33	30	0,86	1.945	6,94	64,84
> 100 ≤ 200	14	0,66	1.887	7,44	134,79	11	0,32	1.403	5,01	127,55
> 200 ≤ 500	18	0,85	4.920	19,40	273,34	14	0,41	3.713	13,26	265,22
> 500	7	0,33	6.533	25,76	933,29	7	0,21	10.551	37,65	1.507,29
T O T A L	2.108	100,00	25.362	100,00	12,03	3.468	100,00	28.020	100,00	8,08

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário da Paraíba - 1970. vol. II, tomo IX, Rio de Janeiro, IBGE; 1975.

IBGE. Censo Agropecuário da Paraíba - 1980, vol. II, tomo III, nº 11, Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

Conforme Tabela 14, pode-se observar que no município de Bananeiras, os estabelecimentos com menos de 10 ha representavam em 1970, 86% do total de estabelecimentos, elevando essa participação para 92% em 1980, com uma área que correspondia apenas a 23% da total e elevou-se para 24% em 1980. Enquanto isso, os estabelecimentos com mais de 500 ha, que em 1970 representavam 0,33% do total dos estabelecimentos, apesar de manterem-se na casa dos 7 estabelecimentos, tiveram reduzida sua participação para 0,21% do número total de estabelecimentos, no entanto, a área de que se apropriam teve sua participação elevada de 26% em 1970 para 38% em 1980, o que sem dúvida expressa uma nítida concentração de terras.

Isso demonstra que há uma tendência à polarização, onde, de um lado reduz-se a participação relativa do número de estabelecimentos grandes e em contrapartida ocorre um aumento substancial na parcela da área apropriada por eles, e de outro, há um aumento absoluto e relativo do número de pequenos estabelecimentos, sem que haja um correspondente aumento da participação na área total, o que representa uma diminuição de sua área média.

Este fato implica num processo concentracionista, de vez que todos os extratos intermediários tiveram reduzida sua participação, tanto em termos de número de estabelecimentos, quanto em termos de apropriação da área total.

Os dados expostos permitem inferir que, à nível de município, há uma espécie de polarização, onde os extremos accentuam sua diferenciação.

Também à nível da micro-região (Tabelas 1 e 2), se constata um aumento da participação do número de pequenos esta

belecimentos de até 10 ha, que passa de 86% para 89% do número total no período 1970/80. Também se observa uma moderada elevação (1,7%), em termos de participação na área total, passando de 19,6% para 21,3%, no período considerado. Sua área média, porém passa de 2,95 ha para 2,53 ha, isto é, sofre uma redução de nada menos que 14%.

Os grandes estabelecimentos com mais de 500 ha apresentaram nesse período uma situação estável, mantendo sua participação em torno de 20% da área total, mesmo que os estabelecimentos desta classe de área tivessem reduzida sua participação no número total de estabelecimentos, em torno de um quinto, passando de 0,29% para 0,24%, no período 1970/80.

A nível da micro-região a situação se apresenta mais estável, ocorrendo apenas mudanças pouco significativas nos extratos intermediários, mas que não chegam a modificar o cenário global.

Até mesmo o tamanho médio dos estabelecimentos é mantido na micro-região (ver Tabelas 1 e 2), o que não ocorre a nível de município (ver Tabela 14), que registra uma diminuição geral da área média. Em particular destaca-se a diminuição do tamanho médio dos pequenos estabelecimentos, (menores de 10 ha), passando de 3,17 ha para 2,08 ha, no período 1970/80, o que significa uma redução substancial (-34%), mais do dobro do que a redução percentual apresentada pela micro-região em seu conjunto.

Neste mesmo período os grandes estabelecimentos, com mais de 500 ha apresentaram uma elevação significativa em seu tamanho médio, que passa de 933 ha para 1.507 ha. (Tabela 14).

Em conclusão, pode-se afirmar que, a estrutura agrária mostra uma grande concentração de pequenos produtores, conferindo à produção agrícola do município, um caráter atomizado. A carência de condições propícias no que diz respeito a disponibilidade de terra, de irrigação e de armazenamento, e a existência de uma linha específica de crédito subsidiado, dentre outros fatores, tem obstaculizado tecnicamente a modernização da produção.

2.7 - BANANEIRAS: CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO E PECULIARIDADES DE SUA ECONOMIA

Bananeiras é uma cidade de pequeno porte, que fica no município homônimo, situado no sopé da Borborema, na Serra de Cupoaba, na micro-região homogênea do Brejo Paraibano. Tem uma altitude de 552 m, acima do nível do mar, com distância de 94 Km, em linha reta, e de 141 Km, por estradas pavimentadas, da capital do Estado.

Em 1953, sua superfície era de 756 Km², ocupando o 28º lugar entre os municípios então existentes na Paraíba. Com o desmembramento do município de Solânea em 26/11/53, sua superfície ficou reduzida a 377 Km², passando a ocupar o 46º lugar entre os municípios paraibanos restantes. Ao se desmembrar em 1959, os municípios de Dona Inês e Borborema, sua área se reduziu ainda mais, contando atualmente com uma área de 210 Km², o que dá o 70º lugar. Sua população atual é de 25.065 habitantes, sendo que apenas 4.161 habitam em zona classificada como urbana, o que compreende a sede municipal e os povoados de Roma e Vila Maia.

O clima é temperado e úmido, com uma temperatura que oscila entre 16º e 29º centígrados à sombra. O seu relevo é um tanto acidentado, com elevações como o pico de Roma.

O município tem seu abastecimento d'água feito pela CAGEPA-Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba, e o serviço de energia elétrica é realizado através da SAELPA-Sociedade de Eletrificação da Paraíba. O movimento bancário é realizado por agências da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e do Banco Itaú.

No que diz respeito aos meios de comunicação, a cidade conta com uma estação de rádio particular, implantada em 1982. Possui ainda duas repetidoras de televisão (Globo e Manchete) e é servido de rede telefônica pelo sistema DDD-Discagem Direta à Distância.

O comércio é pouco desenvolvido e a indústria, a rigor, não está representada, já que apenas existem uns poucos engenhos de rapadura e aguardente, casas de farinha e um certo número de desfibradores de agave.

Apesar de ter atualmente sua economia agrícola baseada na cultura da banana, inexistem agro-indústrias locais que utilizam esse produto como matéria-prima. Funcionam sim, duas pequenas fabriquetas de fundo de quintal, que empregam apenas de 3 a 6 pessoas cada uma, produzindo doces de banana, em massa ou em barras, em quantidades inexpressivas, que são vendidas no mercado local.

O desenvolvimento econômico de Bananeiras é marcado por vários ciclos,⁴⁴ destacando-se o ciclo da cana, do algodão,

^{44/} "Em Bananeiras foram desenvolvidas, com intensidade, as atividades algodoeira, canavieira e criatória, mas a partir, sobretudo, das duas últimas décadas do século XIX, o café conferiu-lhe importância e riqueza". *Revista de História da Paraíba*, vol. 1, nº 1, p. 10.

do sisal e do café. Foi com o cultivo do café que Bananeiras conheceu e formou uma aristocracia rural, cujas bases tinham começado a se formar com a economia canavieira.⁴⁵ O cultivo do café se mostrou como o melhor sucedâneo da cultura da cana-de-açúcar, que por volta do ano de 1844 foi atacada por uma moléstia (a "gamose") que arrasou os canaviais.

Porém, como afirma MARIZ, em Bananeiras "o café não se desenvolveu com a violência moderna que impulsionou o algodão noutros centros do país e aqui mesmo no Estado".⁴⁶ A cultura do café teve início por volta de 1840, mas só em 1875 o café tomou vulto, conquistando mercados e marcando época econômica no município. Até 1925, este município foi o maior centro produtor da Paraíba, comercializando sua produção, principalmente para e através do Rio Grande do Norte.

Em 1921, na fazenda Tauã, situada entre as cidades de Areia e Guarabira, manifestou-se uma praga que rapidamente se alastrou pela região arrasando em menos de cinco anos a cultura existente e destruindo os cafezais de Bananeiras.⁴⁷

Com a queda do café, tentou-se por algum tempo, a cultura do fumo de estufa, logo abandonada pelos inexpressivos resultados econômicos apresentados. Tentou-se novamente promover a cultura da cana-de-açúcar e de novo os engenhos de rapadura voltaram a fumar. Até os dias atuais, essa cultura per-

45/ "Afora o ciclo da pecuária, Bananeiras conheceu com o café a implantação de uma aristocracia rural, que se iniciara com a cana e povoou os campos e a urbe". (COSTA, Iveraldo Lucena, *Bananeiras Centenária*, João Pessoa: Ed. Universitária, 1979, p. 17).

46/ MARIZ, Celso, *Bananeiras, Antes de Depois do Café* (Conferência proferida na sede do Bananeiras Clube, no dia 26 de março de 1944) (mimeo).

47/ O povo, na época, apelidou de "vermelho" aquela praga dos cafezais, a qual os entomologistas classificaram como "*Cerocochs Parahybensis*".

manece, porém tem perdido a condição de atividade principal.

Paralelamente a cultura da cana, surgiu uma nova: a do agave. Apesar de já ser conhecida na Paraíba desde 1916, só tomou vulto a partir de 1940, quando o mercado das fibras abriu novas e promissoras perspectivas. Em 1940 a Paraíba exportou cerca de 40 toneladas de fibra bruta, no ano seguinte, quase 270 toneladas e em 1951 a exportação já atingiu 51.765 toneladas. "Daí em diante, com o retraimento dos mercados compradores, entrou em crise a lavoura agavieira, acarretando graves reflexos para a economia do Estado, e mais ainda para os agricultores da zona do Brejo, já castigados por tantos reveses econômicos"⁴⁸ Desde então, o agave perdeu seu lugar relevante, tornando-se apenas uma dentre as demais culturas de região, com baixa rentabilidade e quase nenhuma força econômica.

O algodão, a agricultura de subsistência, a cana-de-açúcar e a fruticultura constituem atualmente a base da economia rural, complementada por um rebanho bovino significativo em termos locais.⁴⁹ No cultivo de frutas, tem se destacado a produção de bananas que, além de abastecer o mercado local, tem contribuído no abastecimento do mercado do Rio Grande do Norte para onde é transportada em quase toda sua totalidade. Através da CEASA-Central de Abastecimento S.A., é redistribuída tanto para o consumo in natura como para servir de matéria-prima para a agro-indústria riograndense.

Um dos motivos que em boa medida podem explicar a expansão da bananicultura no município foi a intervenção estatal,

^{48/} ALMEIDA, *Horácio de*, Brejo de Areia, Ed. Universitária, João Pessoa: 1980, p. 109.

^{49/} COSTA, *Iveraldo Lucena*, Bananeiras Centenária, João Pessoa: Ed. Universitária, 1979, p. 18.

iniciada em 1978, através do PDRI do Brejo Paraibano, antes mencionado. Os executores dessa ação foram a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado da Paraíba, através da EMATER, e o colégio Agrícola Vidal de Negreiros-CAVN, órgão vinculado à Universidade Federal da Paraíba-UFPB.

Atualmente, pode-se caracterizar a bananicultura no município como uma cultura em expansão, com tendências a transformar mais uma vez o cenário da economia do município, talvez até inaugurando um novo ciclo econômico local - o ciclo da banana - processo cujos efeitos tentamos problematizar ao longo deste trabalho.

TERCEIRA PARTE - ESTRUTURA DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA BANANA NO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS

3.1 - AS UNIDADES PRODUTIVAS E CONDIÇÃO DE POSSE DAS TERRAS

Neste ítem, analisaremos o caso concreto da estrutura da economia da banana no município de Bananeiras. Cabe-nos mostrar, à luz do referencial teórico, anteriormente exposto, e das informações secundárias e dados empíricos coletados durante a pesquisa de campo, em que tipo de unidade produtiva; como se realiza a produção de banana e quais são as condições sócio-econômicas de produção.

Tomaremos as relações de propriedade da terra como elemento essencial para explicar a organização da produção, sem por isso desprezar outros fatores relevantes.

Para tanto, a análise terá como referência determinante o tamanho da unidade produtiva, o qual deriva-se das condições específicas da região, em que a falta de terra disponível implica numa grande pressão por cada parcela de terra, sendo que, praticamente toda a terra - principalmente das unidades médias e pequenas - está aproveitada com agricultura ou pecuária, existindo uma correlação visível entre o tamanho da área e o poder econômico do produtor e/ou proprietário. Servimo-nos deste elemento como instrumento para analisar a organização da produção nos diferentes estratos de área, que são, simultaneamente, estratos sociais diferentes. A diferenciação dos produtores, expressa em suas respectivas áreas, é um indicador bastante relevante, além de ser de mais fácil operacionalização. É também mais seguro de levantar que, por exemplo, os de volu

me de produção ou de valor da produção, uma vez que a grande maioria dos produtores não possui nenhum registro contábil de suas transações, e as suas informações referem-se a estimativas pouco confiáveis do produzido e não a dados concretamente verificados.

Entendemos a complexidade e as controvérsias existentes em torno da conceituação de pequeno, médio e grande produtor. No entanto, neste trabalho apenas definimos os produtores como pequenos, médios e grandes em relação a área de estudo, conforme critérios especiais. Tomaremos como referência as condições específicas que se expressam no Módulo Rural Regional,⁵⁰ objetivando com isso estabelecer denominações que facilitassem o desenvolvimento do trabalho e, eventualmente, também uma comparação com os dados oficiais.

Os resultados da pesquisa permitem afirmar que em Bananeiras a produção de bananas é efetivamente desenvolvida por todos os três tipos de produtores: pequenos, médios e grandes. Isto confirma a impressão dada pelos dados analisados no item 2.4.

Como podemos observar na Tabela 15, há uma grande concentração de produtores proprietários no intervalo de 0 a 25ha, 4 de cada 5 do total de produtores. Estes são considerados pequenos produtores. Já os proprietários que ultrapassam o módulo

50/ O conceito de módulo rural corresponde à área da "propriedade familiar", definida como "o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalha com ajuda de terceiros". (Art. 4º inciso III, da lei nº 4.504 de 30.11.64, conhecida como "Estatuto da Terra"). O módulo na micro-região do Brejo Paraibano é fixado em 25 ha.

TABELA 15

DISTRIBUIÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DE TERRA, PRODUTORES DE BANANA,
POR EXTRATO DE ÁREA NO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS - 1984

GRUPOS DE ÁREAS DAS PROPRIEDADES (ha)	CLASSIFICAÇÃO DO PRODUTOR	Nº DE PRODUTORES DA AMOSTRA	
		TOTAL	%
0 até 25	Pequeno	42	80,7
mais de 25 até 100	Médio	7	13,5
acima de 100	Grande	3	5,8
T O T A L	-	52	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo, Out. 1984.

lo rural regional até atingir os 100 ha, são considerados médios produtores e estão na proporção de 1 para cada 8. Os grandes produtores, aqueles que possuem áreas superiores a 100 ha, são quantitativamente pouco importantes, 1 de cada 17 entrevistados.

Dentre os pequenos produtores entrevistados, 28 possuem áreas de até 10 ha e 14 possuem entre 11 e 25 ha. O tamanho médio das unidades produtivas, é de 4 ha para o primeiro grupo, enquanto para o segundo grupo, é de 15 ha.

A representatividade dessa amostra é elevada, uma vez que os dados da pesquisa, quando comparados com a distribuição fundiária de Bananeiras (item 2.6), revelam que a amostra se enquadra estatisticamente no quadro geral do município. Além disso, a seleção dos componentes da amostra obedeceu também a critérios de distribuição espacial.

Os dados agrupados para a faixa de até 25 ha⁵¹ indicam que 80% dos produtores de banana são pequenos proprietários e que o tamanho médio de suas unidades produtivas é de 8 ha. O tamanho médio das unidades produtivas dos médios produtores é de 42 ha, isto é, quase duas vezes o módulo rural regional e acima de cinco vezes mais do que a média dos pequenos produtores.

Os grandes produtores analisados, apesar de constar na Tabela 15, genericamente, como possuidores de áreas maiores

51/ Lamentavelmente os dados do IBGE atendem a outros critérios e a divisão por área permite apenas agrupar de 0 a 20 ha (e não 25), dificultando a comparação. Por outro lado, na II Parte desta Dissertação usamos mais o extrato de 0 a 10 ha quando falávamos dos pequenos produtores, por ser o extrato mais afetado. Finalmente, o nível de agregação do IBGE é tal, que encobre desproporções enormes. (por exemplo: que uma mesma área tem sentido muito diferente, conforme esteja no Brejo ou no Sertão).

de 100 ha, na verdade possuem unidades produtivas com mais de 300 ha e tamanho médio de 807 ha. Sua representatividade en contra-se porêm ameaçada pelo fato de tratar-se apenas de 3 produtores, o que limita as possibilidades de generalização.

É nesses três tipos de unidades produtivas que se organiza a produção de bananas no município de Bananeiras.

A participação relativa de cada grupo no contexto geral dessa atividade produtiva será agora evidenciada pela respectiva contribuição em termos de área plantada com bananas e volume produzido.

Com efeito, os dados da Tabela 16 revelam que os pequenos produtores, embora se constituem na maioria, respondem por 36% da produção, ao passo que os médios contribuem com 31% e os grandes com 33%, isto é, praticamente cada grupo contribui com igual parcela absoluta: 1/3 cada. Com relação à área cultivada com bananas, os dados mostram que os pequenos produtores detêm 34% da área total, os médios 23% e os grandes 43%, revelando um aparente melhor aproveitamento relativo da terra por parte dos médios, pelo menos no que diz respeito à parte cultivada com bananas (este indicativo aliás, não pode transformar-se em afirmativa geral, devido o que não inclui o resto da produção, o qual provavelmente poderia modificar o quadro). Esse melhor desempenho situa-se em torno de 25% acima da média dos pequenos produtores e 69% acima dos grandes.

Um dos motivos que poderiam explicar este melhor desempenho do médio produtor de bananas, com relação ao pequeno e ao grande, seria a maior dedicação do mesmo a essa atividade produtiva, associada a uma melhor utilização das técnicas de

TABELA 16

ÁREA CULTIVADA, VOLUME MENSAL E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DA BANANA,
SEGUNDO O TAMANHO DA UNIDADE PRODUTIVA NO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS - 1984

ESPECIFICAÇÃO GRUPO DE ÁREA DAS UNIDADES PRODUTIVAS (ha)	Nº DE PRODUTORES	ÁREA TOTAL CULTI VADA COM BANANAS		PRODUÇÃO TOTAL		RENDIMENTO MÉDIO
		ha	%	MILHEIROS DE FRUTOS	%	MILHEIROS DE FRU TOS/ha (mensal)
0 até 25	42	128	34,1	258	35,8	2,02
mais de 25 a 100	7	88	23,4	223	31,0	2,53
acima de 100	3	160	42,5	240	33,2	1,50
T O T A L	52	376	100,0	721	100,0	1,92

FONTE: Pesquisa de Campo, Out. 1984.

cultivo. Isto é, maior especialização conjuntamente, com a aplicação dos recursos necessários.

Os dados da Tabela 17 revelam o grau de participação, em termos de área plantada com bananas, por condição do produtor. O aproveitamento das terras pelos três grupos reflete o caráter da produção de bananas em cada um deles. Os dados mais elucidativos são os referentes à área cultivada com banana, o que indicam que à medida que aumenta o tamanho das unidades produtivas, a dedicação à banana é proporcionalmente menor, o que significa que a banana ainda não se constitui como cultura substitutiva das culturas comerciais mais tradicionais, bem como da pecuária na grande unidade produtiva, embora já tenha assumido um papel relevante no que diz respeito à substituição da chamada agricultura para auto-consumo, desenvolvida basicamente na unidade de produção familiar.

Vale salientar ainda que, os dados apresentados na Tabela 17, podem levar a falsa impressão de que na grande unidade produtiva o aproveitamento da terra é melhor do que pequena e, principalmente, na média. Os dados mostram que, enquanto a grande unidade produtiva utiliza 85% de sua área total, a pequena utiliza 81%, e a média só 75%. Esta alta margem de aproveitamento da grande unidade produtiva não significa a área efetivamente cultivada. É mister destacar que nestas predomina a pecuária extensiva e, em consequência, a área declarada pelo proprietário como utilizada inclui os campos de pastagens naturais e plantadas.⁵²

^{52/} É bom destacar que, no período 1970/80 a área com pastagens naturais no município se elevou de 4.883 ha para 7.588 ha (+55,3%) e as pastagens plantadas tiveram sua área aumentada de 2.097 ha para 5.753 ha (+174,3%). Nesse mesmo período a área das terras em descanso, ou terras produtivas não utilizadas, passa de 5.697 ha para 1.774 ha. (IBGE, Censo Agropecuário da Paraíba - 1970. Vol. III, tomo IX, Rio de Janeiro; Censo Agropecuário da Paraíba - 1980, Vol. II,

TABELA 17

ÁREA TOTAL, ÁREA APROVEITADA E ÁREA CULTIVADA COM BANANA, POR
 POR EXTRATO DE ÁREA, NO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS - 1984

ESPECIFICAÇÃO	Nº DE PRODUTORES DA AMOSTRA	ÁREA TOTAL	ÁREA APROVEITADA		ÁREA CULTIVADA COM BANANA		
		(A) Nº DE HECTARES	(B) Nº DE HECTARES	$\frac{B}{A}$ % SOBRE A ÁREA TOTAL	(C) Nº DE HECTARES	$\frac{C}{A}$ %% SOBRE A ÁREA TOTAL	$\frac{C}{B}$ % SOBRE AA ÁREA APROVEITADA
de 0 a 25	42	333	270	81,0	128	38,4	47,4
de 25 a 100	7	296	221	74,7	88	29,7	39,8
de 100 a 250	3	2.422	2.052	84,7	160	6,6	7,8
TOTAL	52	3.051	2.543	83,3	376	12,3	14,8

Fonte: Pesquisa de Campo, Out. 1984.

Nos dados até aqui expostos, trabalhamos com extratos de área das unidades produtivas onde se cultivava a banana. Esta forma de classificação das unidades produtivas, embora operacionalmente seja aceitável, apresenta a desvantagem de considerar as unidades produtivas pelo seu aspecto externo, minimizando a importância da organização interna da produção. A limitação desse método consiste no fato de que, podem estar reunidas unidades produtivas que são semelhantes pelo tamanho, mas que, nem sempre se igualam em termos de volume de produção, productividade, e, principalmente, na organização do processo produtivo.

Os dados da pesquisa expostos nas Tabelas 15 e 16 permitem inferir que, de forma geral, a produção de bananas é bastante dispersa.⁵³

Nas pequenas e médias unidades produtivas, a banana destaca-se entre as demais culturas, representando respectivamente 47% e 40% da área total aproveitada. Entre os grandes produtores, sua participação cai para 8% da área utilizada. Isso a caracteriza como cultura principal na pequena e na média propriedade, e como atividade secundária, quando não, marginal, na grande propriedade.

A preferência dada à produção de banana pelos pequenos produtores, pode ser explicada pelos seguintes motivos:

- a) a produção de banana não requer grande extensão de terra, nem muita mão-de-obra;

53/ Ao se comparar o volume de produção obtido pelos 42 pequenos produtores da amostra com o volume obtido pelos médios e grandes produtores, têm-se uma idéia aproximada do caráter fragmentário desta produção, uma vez que 36% desta é advinda de 81% dos produtores.

- b) dada a fertilidade natural do solo na região, a bananicultura pode ser realizada sem necessariamente ter que se utilizar de qualquer tipo de adubação, o que dispensa grandes investimentos;⁵⁴
- c) a facilidade de comercialização da produção;
- d) a possibilidade de auferir uma renda monetária mensal que lhes permite um nível de vida superior ao que poderiam alcançar com uma agricultura voltada para o auto-consumo;
- e) a expectativa de melhoria criada em torno da cultura, particularmente quando da implantação do PDRI do Brejo Paraibano.

Nesse contexto, situa-se o pequeno produtor de banana que só na aparência é independente, como teremos oportunidade de ver, posteriormente. Porém importa aqui assinalar o grande peso dos intermediários e dos comerciantes.

O capital comercial, através da pressão que exerce pelo domínio da comercialização, reorienta a produção e apropria-se do sobretrabalho e muitas vezes também de parte do "trabalho socialmente necessário" dos pequenos produtores, através da "tesoura de preços", dos juros extorsivos, dos fretes espoliativos, etc. (desenvolveremos este aspecto no item 3.4).

54/ Isso não significa porém que obtêm rendimentos físicos elevados. É sabido (ver Anexo II) que a utilização de adubos e fertilizantes, bem como tratamentos culturais, irrigação, etc., provocam um maior rendimento físico de bananas por ha. No entanto, dada as propícias condições de clima e solo da região, a cultura pode ser efetivada sem utilização dos mesmos. Porém, caso os utilizassem, poderiam apresentar rendimentos físicos muito mais elevados, principalmente, se observadas devidamente as normas técnicas indicadas.

Com vistas a atender as especificações dos comerciantes, que impõem suas condições sobre o tipo de produto (aparência agradável, tamanho grande, etc.), os produtores vêm substituídos os pomares antigos,⁵⁵ formados por espécies variadas de banana, pela variedade Pacovan, que mesmo sendo de sabor menos agradável, atende as exigências dos comerciantes, dada a aceitabilidade que tem no mercado.

Nas médias unidades produtivas, o processo técnico de produção é menos rudimentar, sem no entanto chegar a ser considerado "moderno". Daí porque, nessas unidades de produção, o rendimento físico por ha é superior tanto ao da pequena, como ao da grande propriedade (ver Tabela 16). As razões desse fato serão discutidas mais adiante (Ítem 3.3).

Nas grandes unidades produtivas, o nível técnico de produção de banana, embora seja superior ao da pequena exploração, não se iguala ao da média unidade produtiva, dada a pouca importância relativa a ela atribuída por se constituir nelas uma atividade marginal. Os maiores investimentos se destinam prioritariamente a pecuária, uma vez que nos últimos anos estão obtendo maiores rendimento nessa atividade do que poderiam obter com a economia bananeira. No entanto, dadas as perspectivas apresentadas de melhoria dos rendimentos da cultura da banana derivadas da introdução da variedade Pacovan, também na grande unidade produtiva tem alargado-se a faixa de área desti-

55/ Segundo a CEPA até 1978, ano base de implantação do PDRI do Brejo Paraibano, as variedades mais comumente encontradas na região eram: nânica, prata e a maçã, sendo as duas últimas de menor expressão na área pela sua susceptibilidade às doenças. Com o PDRI foi introduzida uma variedade da prata, a "Pacovan", que sendo mais resistente às doenças e tendo maior aceitabilidade no mercado, foi facilmente difundida na região.

nada a seu cultivo.⁵⁶ No entanto, pelo momento os rendimentos físicos por ha obtidos nessas unidades produtivas se apresentam, de acordo com os dados da pesquisa (ver Tabela 16), bem inferiores aos obtidos na pequena e média unidade produtiva. Porém, caso a expansão da cultura aponte para sua boa rentabilidade, é possível que os grandes proprietários venham a investir maciçamente e revertam o quadro de baixos rendimentos físicos.

Mesmo assim, parece-nos que são esses, os grandes proprietários, os que conseguem obter a maior margem de lucros na atividade bananeira, uma vez que são os únicos que, já capitalizados, têm poder econômico suficiente para conseguir reter parte substancial do excedente gerado. No entanto, a sua capitalização nem de longe pode ser atribuída unicamente e preponderantemente ao fato de produzirem banana, uma vez que, sua produção, em volume de recursos movimentados e em valor da produção, ocupa uma parcela minoritária nessas grandes unidades produtivas.

Além das atividades principais ali desenvolvidas (como pecuária de corte, cana-de-açúcar e algodão), o fato de pertencerem a grandes proprietários que podem apresentar garantias suficientes, permite a seus donos beneficiarem-se de outras vantagens diversas que lhes propiciam, das mais variadas formas, oportunidades adicionais de fácil capitalização. Nesse sentido GRAZIANO DA SILVA⁵⁷ sentenciou que: "a terra, ou melhor, a propriedade desta, se configura como o principal mecanismo de apropriação e acesso a outras formas de riqueza na agricultura brasileira".

^{56/} Este fenômeno tem sido percebido pelos pequenos produtores, que chegam a afirmar que "até os ricos já estão plantando banana".

^{57/} SILVA, J.F. Graziano da (Coord.), Estrutura Agrária e..., ob. cit., p.254.

Elas se operam através, p. ex. do crédito agrícola subsidiado, da assistência agrônômica, da garantia de preços mínimos, etc..

Os aspectos anteriormente descritos, e que dizem respeito a organização técnica interna das unidades produtivas, têm estreita ligação com a questão da distribuição desigual da terra entre os produtores de banana. Senão vejamos: dos 52 informantes, 81% (pequenos produtores) ocupam 11% da área total ocupada pelo conjunto; 13% (médios produtores) ocupam 10% da área declarada, ao passo que apenas 6% (grandes produtores) se apropriam de 79% da área total declarada. (Tabela 18).

A situação acima descrita reflete, segundo observamos durante a pesquisa, o perfil de atividades desenvolvidas. Os dados da Tabela 17 mostram que nas pequenas unidades produtivas há uma elevada utilização, de 81%, da área total, e desta, nada menos que 47% é dedicada a produção de banana, complementada geralmente com o cultivo de mandioca, milho, e feijão que, em grande parte, é destinada para auto-consumo. Vale destacar que, o percentual de 19% de terras não trabalhadas corresponde a terras em descanso, devido a rotatividade de culturas e a recuperação das terras, ou de terrenos muito acidentados, imprestáveis ao cultivo, e não a que existam terras sobrando.

Nas grandes unidades produtivas, 85% das terras são utilizadas, mas apenas 8% destas é dedicada à cultura de banana. Uma boa parte dessas terras utilizadas é dedicada à pastagens do gado, tendo uma utilização nitidamente extensiva.

Enquanto nas pequenas e médias unidades produtivas a produção de banana tem peso significativo, nas grandes unidades

TABELA 18

RESUMO SUMÁRIO DE CARACTERÍSTICAS COMPARADAS DO CONJUNTO DOS PRODUTORES DE BANANA,
POR EXTRATO DE ÁREA (TIPO DE PRODUTOR) NO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS - 1984

TIPO DE PRODUTOR E GRUPO DE ÁREAS DAS UNIDADES PRODUTIVAS(ha)	PEQUENO PRODUTOR 0 a 25 ha	MÉDIO PRODUTOR MAIS DE 25 a 100	GRANDE PRODUTOR ACIMA DE 100 ha
CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS			
- Número de produtores proprietários escolhidos para a amostra	42	7	3
- Participação dos produtores proprietários no total da amostra	81%	13%	6%
- Participação dos produtores proprietários no total da área declarada	11%	10%	79%
- Tamanho médio das unidades produtivas	8 ha	42 ha	807 ha
- Aproveitamento da área disponível (com agricultura e pecuária)	81%	75%	85%
- Participação da área cultivada com banana no total da área da unidade produtiva	38%	30%	7%
- Participação da área cultivada com banana no total da área aproveitada	47%	40%	8%
- Participação no volume total de produção de bananas	36%	31%	33%
- Produção média mensal do conjunto dos produtores (milheiros)	258	223	240
- Rendimento Médio (milheiros/ha)	2,02	2,53	1,50

FONTE: Pesquisa de Campo, Out. 1984.

produtivas, o que se destaca como principais atividades são a pecuária extensiva (consoziada com algodão, e complementada com algumas culturas tidas como de "subsistência"⁵⁸ e a cana-de-açúcar. Isso explica-se:

- a) porque há grande disponibilidade de terra que por si só, constitui-se em fator favorável à pecuária extensiva que, associada à cultura do algodão, permite um rendimento superior ao que poderia adquirir, dedicando essa parcela de recursos à cultura da banana; e
- b) porque os incentivos dados pelo Estado para a produção de cana-de-açúcar, são captados pelos grandes proprietários, que dispõem de grandes áreas, onde pode expandir-se a cultura canavieira.⁵⁹

Em resumo, observamos que os processos que recebem maior apoio e incentivo são os de expansão da pecuária e da cana-de-açúcar, por lógica coincidência, aqueles que estão mais ao alcance e nas possibilidades dos grandes proprietários, que se capitalizam ainda mais com estas atividades.

Já o processo de expansão da bananicultura não goza das mesmas facilidades e estímulos, e após um impulso inicial, dado pelo PDRI do Brejo Paraibano, com a introdução da variedade Pacovan e a abertura de uma linha específica de crédito pa

^{58/} Ao lado da pecuária, desenvolve-se a cultura do algodão e culturas de "subsistência", que são implantadas nos períodos em que a precipitação pluviométrica é mais intensa. Porém, essa agricultura cresce em função da pecuária, pois seu objetivo é que ao cessarem as chuvas a diminuição do pasto seja compensada com os restolhos dessas culturas.

^{59/} Com base em dados do INCRA, GRAZIANO DA SILVA afirma que "em geral, a produção por ha é maior nas propriedades de menos de 10 ha e menor nas propriedades de mais de 500 ha. Uma exceção é a cana-de-açúcar, pois a sua produtividade cresce em função da área total do imóvel". (Grifo nosso) (SILVA, J. Graziano da, "Agricultura e Crescimento...", ob. cit., p. 25).

ra os pequenos produtores, nos fins dos anos setenta, teve um momento de impulso, mas sem chegar a alcançar grandes proporções. A esta atividade dedicam-se, fundamentalmente, os pequenos e médios produtores, sendo que, para os grandes produtores, a bananicultura é apenas uma atividade secundária, quase marginal.

Isto traz importantes implicações a nível da organização social interna das unidades produtivas, como veremos na continuação.

3.2 - RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E DE TRABALHO

O estudo das relações de trabalho, ou seja, das relações que se estabelecem entre os agentes envolvidos na produção e que determinam a(s) forma(s) do processo de trabalho, pressupõe a análise das relações de propriedade concretas imperantes no processo de produção em questão. Isto, na medida em que a função exercida pelos homens no processo social de produção, está diretamente relacionada às modalidades de propriedade vigentes, particularmente, as relativas aos meios de produção.

Deste modo, a análise da organização da produção e das relações de trabalho que existem no meio rural, passa pelo estudo do sistema de posse e uso da terra, em torno da qual, gira o trabalho humano na região.

Em nossa pesquisa, ficou patente que, as relações de trabalho vigentes estão intimamente ligadas a estrutura fundiária. Aos diversos tipos de produtores (pequenos, médios e grandes), correspondem diferentes modalidades de relações de

produção e de trabalho, com as implicações que estas significam.

A pesquisa revelou que, o que caracteriza e diferencia entre si os diversos tipos de produtores, não é o produto, mas a forma de organização, no interior das respectivas unidades produtivas, que é logicamente reflexo do sistema de posse e uso da terra.

Nas grandes unidades produtivas há um predomínio de relações de trabalho com base no assalariamento, enquanto que nas pequenas, é o trabalho familiar que se constitui no sustento das relações de trabalho. Nas médias unidades produtivas, há uma conjugação das duas formas de trabalho, sendo que, as relações fundadas no assalariamento têm um maior peso no total das atividades desempenhadas.

A oposição trabalho familiar versus trabalho assalariado a rigor não é justa, no caso concreto estudado, ela justifica-se pelo fato da mão de obra familiar não ser remunerada monetariamente. Feita essa observação metodológica, vemos que nas pequenas unidades produtivas, 31% é só da mão-de-obra familiar, 26% só de assalariados, e o resto (43%), conjuga os dois tipos de trabalho: da família (não assalariado) e de fora da família (assalariado) sejam diaristas, permanentes ou por empreitada.

Essa predominância do trabalho familiar pode ser explicada por dois motivos:

- a) pela pouca disponibilidade de terra para trabalho, como mostra a própria configuração da estrutura fundiária regional, onde os minifúndios têm peso significativo; e,

- b) pela incapacidade de acumulação - e intensificação da produção-- apresentada pelos pequenos produtores, acarretando uma sobre-utilização do trabalho familiar para manter o nível de subsistência.

Dentre os pequenos produtores, identificamos um fenômeno que atinge uma fração mínima desta categoria, mas que de forma constante. Trata-se da utilização regular do trabalho assalariado (diaristas e/ou permanentes), por uma minoria desses produtores que fundamentalmente se desempenham como profissionais liberais. Estes, nem sua família se envolvem diretamente com o trabalho braçal da agricultura e dão preferência a utilização de um administrador, que comanda o processo produtivo e os demais trabalhadores assalariados (diaristas ou temporários), que nele se envolvem. A propriedade de uma pequena área de terra assegura-lhes uma renda, independentemente da participação pessoal no processo de trabalho. Daí porque, não podemos afirmar que o trabalho assalariado seja o sustentáculo das relações de trabalho na pequena unidade produtiva, uma vez que esse reduzidíssimo grupo se constitui numa situação particular entre os pequenos proprietários.

Quanto aos pequenos produtores que se dedicam exclusivamente à agricultura, podemos dizer que a propriedade de uma pequena área lhes assegura autonomia no trabalho, fato que os distingue dos trabalhadores sem terra própria, e os identifica nesse sentido com os proprietários em geral. Por outro lado, sua situação assemelha-se à dos não-proprietários, ao se assalariarem temporariamente, nas grandes propriedades, nas mesmas condições destes. Também com os moradores mantêm certa identidade, ao produzir os mesmos produtos de subsistência, desta

cando-se o milho, feijão e a mandioca, que geralmente fazem consorciados no primeiro ano de implantação dos pomares e, nos anos seguintes, nas áreas menos propícias à cultura da banana.

O assalariamento do pequeno produtor proprietário se dá pelo fato de que, sendo a renda gerada insuficiente, a própria reprodução da unidade familiar vê-se ameaçada e parte dos membros da família fica obrigada frequentemente a vender sua força de trabalho (principalmente a do homem adulto), a fim de que esta reprodução seja possibilitada com recursos complementares. O assalariamento dos pequenos produtores se faz geralmente nos momentos em que sua própria produção também requer maiores cuidados, no caso, nos meses de julho a outubro, épocas de maior demanda de força de trabalho. Assim, a unidade produtiva fica entregue à mulher e as crianças, que passam a trabalhar de forma mais intensa para compensar a ausência dos trabalhadores homens, o pai e os filhos maiores. Isso faz crer que a contribuição da pequena produção em termos da cultura da banana se faz às custas do esforço desmensurado de trabalho familiar.

Essa sistemática está na base dos "custos" relativamente menores nas unidades produtivas apoiadas no trabalho familiar. Porém, segundo aponta Kautsky, a intensificação da atividade do pequeno proprietário e de sua família não pode ser apresentada como uma vantagem da pequena exploração em relação à grande exploração. Reforça esta posição declarando que "a pequena exploração é mais lastimável quando não chega nem mesmo a nutrir o seu dono, que se vê obrigado a apelar para um trabalho a fim de subsistir".⁶⁰ Isso traz implicações

60/ KAUTSKY, K, A Questão Agrária, São Paulo: Proposta, 1980, p. 129.

importantes, como teremos oportunidade de ver mais adiante.

Quanto à organização do trabalho na unidade produtiva familiar, as tarefas são divididas entre os membros, de modo que as mais "pesadas", como as de cavar os sulcos e plantar as mudas, são destinadas aos homens adultos, ao passo que, os tratos culturais são feitos geralmente por mulheres e crianças.

Com relação aos produtores não-proprietários, a pesquisa revelou que na produção de banana, as figuras do posseiro e arrendatário não têm expressão no contexto dessa atividade produtiva, já que não foi detectado nenhum caso. Os "outros assalariados" que prestam serviços de forma permanente ou por empreitada, são requisitados na cidade e nos arredores desta, e não dentre parceiros ou arrendatários.

Ainda se encontra nas médias e grandes unidades produtivas, o trabalhador morador. Este trabalhador recebe uma casa para morar e um pedaço de terra de inferior qualidade para cultivar lavouras de subsistência, a fim de que, parcialmente, se auto-sustente, possibilitando uma remuneração inferior pelo trabalho na banana. Mas este sistema está se tornando raro, devido à expansão da produção de banana e a penetração dos grandes proprietários nessa atividade, nos últimos anos. A este trabalhador morador, quando requisitado para prestar serviços em área do proprietário, também se paga uma diária inferior a dos trabalhadores não residentes, o que não deixa de ser uma forma eficiente encontrada pelos proprietários para aumentar o nível de exploração do trabalho.

No contexto geral, os dados da Tabela 19 permitem inferir que há uma larga utilização do trabalho familiar. Um

TABELA 19

TIPOS DE TRABALHADORES EMPREGADOS NAS UNIDADES PRODUTIVAS DE BANANA NO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS POR EXTRATO DE ÁREA

ESPECIFICAÇÃO GRUPO DE ÁREA DAS UNIDADES PRODUTIVAS (ha)	CLASSIFI CAÇÃO DO PRODUTOR	NÚMERO DE PRODUTORES DA AMOSTRA	TIPO DE TRABALHADOR EMPREGADO							
			SÓ DA FAMÍLIA		DA FAMÍLIA E DIARISTAS		SÓ DIARISTAS		OUTROS ASSALARIADOS PERM. E POR EMPREITADA	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0 até 25	Pequeno	42	13	31,0	18	42,9	07	16,7	04	9,6
mais de 25 a 100	Médio	07	0	-	03	42,9	03	42,9	01	14,2
acima de 100	Grande	03	0	-	01	33,3	02	66,7	-	-
T O T A L	-	52	13	25,0	22	42,3	12	23,1	05	9,6

FONTE: Pesquisa de Campo, Out. 1984

quarto das unidades produtivas (no total de 52) trabalham unicamente a base deste; aproximadamente dois quartos combina o trabalho familiar com o assalariamento na forma de diaristas, mais um quarto, aproximadamente, trabalha unicamente com diaristas e apenas um décimo dos produtores utilizam outras formas de assalariados (permanentes ou empreitada). Estes dados refletem sobremaneira a heterogeneidade das relações de trabalho que se estabelecem na produção da banana, onde o trabalho familiar pesa significativamente, e embora os dados da Tabela apontem para uma maior utilização do trabalho assalariado, combinado com o trabalho familiar, vale ressaltar, que esta combinação só se faz de forma esporádica na pequena unidade produtiva, bem como na média. O que realmente predomina na pequena, é o trabalho familiar, e na média e grande, o trabalho assalariado. Evidentemente, em todos os casos, as combinções se fazem, no entanto, o que diferenciam as unidades produtivas entre si, é a frequência com que procedem a utilização de uma ou de outra forma, o que sem dúvida, vai depender da disponibilidade de terra para cada grupo e da época de demanda de trabalho exigida pela cultura.

Os dados da Tabela 20 servem como indicativo da composição da força de trabalho no município de Bananeiras e permitem estabelecer um comparativo com os referentes àquela que especificamente está engajada na produção de banana naquele município.

Os números da Tabela 20 evidenciam que no período compreendido entre 1970-80 há uma certa estabilidade na composição da força de trabalho no município de Bananeiras. Afora o ano de 1975, que apresenta uma elevação substancial do traba

TABELA 20

COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS, NOS ANOS DE 1970, 1975 e 1980.

A N O S	RESPONSÁVEL E MEMBROS NÃO REMUNERADOS DA FAMÍLIA	EMPREGADOS EM TRABALHO PERMANENTE	EMPREGADOS EM TRABALHOS TEMPORÁRIO	PARCEIROS	OUTRA CONDIÇÃO	T O T A L
1970	8.277	327	1.375	84	7	10.070
1975	13.685	679	883	56	9	15.312
1980	9.898	323	682	123	15	11.041

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário da Paraíba, 1970, vol. III - tomo XI, Rio de Janeiro: 1975.

IBGE. Censo Agropecuário da Paraíba, 1975, vol. I - tomo IX, Rio de Janeiro: 1979.

IBGE. Censo Agropecuário da Paraíba, 1980, vol. II - tomo III, número 11, Rio de Janeiro: 1983.

lho familiar não remunerado (+65%), e do trabalho assalariado permanente (que chegou a duplicar), tem-se uma redução de 36% do trabalho temporário e a parceria que já era pouco representativa em 1970, reduz-se ainda mais em 1975 (-33%). No total, há uma elevação geral de utilização da força de trabalho no quinquênio 1970-75 (+52%). Esta elevação, no entanto, é apenas conjuntural e pode ser explicada por ter sido um bom ano de inverno em 1975 e coincidentemente, o ano da implantação do PRO-ÁLCOOL. Isso fez elevar, simultaneamente, o trabalho familiar e o assalariamento (na sua forma permanente) e de crescer a parceria, fato muito comum por ocasião do incentivo à plantação de cana-de-açúcar e a conseqüente expulsão dos trabalhadores das áreas em que cultivavam agricultura de subsistência no sistema de parceria.

Em 1980, a utilização da força de trabalho volta a estabilizar-se e apresenta um crescimento de apenas 10% em relação a 1970. Neste intervalo de tempo, observa-se que a proporção do trabalho familiar com relação ao total da força de trabalho utilizada continua crescente, passando de 82% em 1970 a 89% em 1975 e atingindo 90%, em 1980. É uma proporção semelhante, portanto, à da produção de banana no momento atual.

No decorrer desta década, pode-se observar que a utilização do trabalho assalariado (permanente + temporário) não tem acompanhado na mesma proporção o crescimento do trabalho familiar, inclusive tem apresentado uma participação relativa decclinante. Se em 1970 o trabalho assalariado representava 17% de toda a força de trabalho utilizada no município, em 1975 essa participação caiu para 10% e em 1980 para 9%. Também em termos absolutos tem diminuído o número de trabalhadores assa

lariados que em 1970 era de 1.702, passando para 1.562 em 1975 e atingindo apenas 1.005 trabalhadores em 1980. Um dos motivos que explicam esta situação, mesmo que de forma parcial, é a crescente proliferação das pequenas unidades produtivas naquele município, onde o trabalho familiar é mais que suficiente para exploração das pequenas áreas (ver Tabela 14). Por outro lado, na grande unidade produtiva que utiliza basicamente o trabalho assalariado, tem havido um crescente processo de substituição de culturas alimentares pela pecuária de corte, cuja quase triplicação do rebanho entre 1970 e 1980 (Tabela 5), em criação extensiva, dispensou grande parte da mão-de-obra.

Já na produção de banana especificamente, o assalariamento, vem assumindo importância crescente nas relações de trabalho. No entanto, a utilização da força de trabalho assalariada pelos proprietários fundiários se faz de maneira diferenciada, existindo uma correlação com o tamanho das unidades produtivas. Enquanto nas pequenas sua utilização é esporádica e reduzida, nas médias e grandes, ela se constitui na principal forma de relação de trabalho. A quantidade desses assalariados, residentes ou não, varia em conformidade com as necessidades do processo produtivo, que ora absorve mais mão-de-obra que a disponível permanentemente, ora dispensa até mesmo os trabalhadores do quadro, de acordo com as conveniências momentâneas do processo de produção e acumulação. De modo que, como os grandes proprietários já começam a se interessar pela banani cultura no município, há possibilidades de que sua inserção nesse processo de forma mais contundente leve a um aumento do trabalho assalariado na região.

Acreditamos que a explicação desse perfil das rela

ções de trabalho na bananicultura está relacionada ao fato de que, a bananeira é uma cultura permanente, o que gera direito do eventual morador, que não pode ser expulso antes da conclusão da colheita. Por esse motivo, os proprietários então não aceitam determinadas relações de trabalho, tais como, parceiros ou arrendatários para eximirem-se do cumprimento da Lei.⁶¹

Apesar disso, nas grandes propriedades ainda se recorre a relações de trabalho como a moradia, embora restringindo seu envolvimento na produção de bananas a determinados períodos do ano, mediante o pagamento de salário. Mesmo assim, sua participação não é tão alta. Identificamos que das 52 unidades produtivas, 17% recorriam a moradores. Acreditamos que esta situação seria explicada pelo fato de que o cultivo da banana, nos moldes como vem tradicionalmente acontecendo no município, não exige uma dedicação permanente do trabalhador: ao contrário, as fases de pique de trabalho são intercaladas por outras de recesso. Este mecanismo permite a alguns proprietários e aos trabalhadores moradores, dedicarem-se em determinados períodos às culturas de subsistência, ao tempo em que, os grandes proprietários passam a dispensar os assalariados temporários, o que implica na redução substancial dos custos de produção e, conseqüentemente, melhor lucratividade.

Neste caso, os trabalhadores assalariados temporários não-residentes, além de não terem acesso a plantar roça e criar animais para subsistência - hábito comum entre os trabalhadores da região - ficam sujeitos a passar longos períodos do ano sem trabalho, o que implica em piorar suas condições de vida.

^{61/} Estatuto da Terra - promulgado pela Lei nº 4.504 de 20.11-1964, art. 96.

Trabalhando geralmente sob o comando direto do proprietário ou, em menor escala, de um administrador, este tipo de força de trabalho - o morador - se apresenta na conjuntura atual como uma boa opção para os grandes proprietários nas suas investidas por melhores lucros.

Essas particularidades do processo produtivo fazem com que seja economicamente irracional e ineficiente para o proprietário manter assalariados permanentes, e diante das dificuldades de encontrar trabalhadores na época de pique (que há demanda generalizada), uma fórmula mágica é a moradia. Esta combina diversas modalidades que otimizam a exploração; a propriedade da terra permite ceder parcelas a moradores no sistema de parceria, com o qual os proprietários auferem uma renda, comprometendo-os a trabalhar para eles no momento de pique, o que lhes garante trabalhadores estáveis e submissos.

O fato de que, em 1970 e em 1980 a quase totalidade dos estabelecimentos no município de Bananeiras eram administrados pelos próprios proprietários (que o censo chama de produtores), tem sua explicação maior na configuração da estrutura fundiária, onde o número de pequenos proprietários é largamente maioritário. Embora o peso dos administradores tenha diminuído em mais de 10%, qualitativamente, a evolução da área controlada por eles tem sido favorável, de vez que a parte da terra que administram duplicou-se em termos absolutos, passando de 21% a 39% da área total, após uma década. Isso viria a mostrar o avanço desse tipo de relação. (Tabela 21)

A pesquisa revela que também entre os produtores de banana, há uma predominância nítida de unidades produtivas organizadas pelos próprios proprietários, sendo pouca a prática

TABELA 21

FORMA DE ADMINISTRAÇÃO DA PROPRIEDADE, SEGUNDO O NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E A ÁREA TOTAL (EM TERMOS ABSOLUTOS E PERCENTUAIS) NO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS, NOS ANOS DE 1970 e 1980.

FORMA DE ADMINISTRAÇÃO	1970				1980			
	ESTABELECIMENTO		ÁREA		ESTABELECIMENTO		ÁREA	
	Nº	%	ha	%	Nº	%	ha	%
Produtor	2.009	95,30	20.060	79,09	3.382	97,52	17.165	61,24
Administrador	99	4,70	5.302	20,91	86	2,48	10.862	38,76
T O T A L	2.108	100,00	25.362	100,00	3.468	100,00	28.027	100,00

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário da Paraíba - 1970, vol. II, tomo IX, Rio de Janeiro: 1976.

IBGE, Censo Agropecuário da Paraíba - 1980, vol. II, tomo III, nº 11, Rio de Janeiro: 1983.

TABELA 22

NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS, DISTRIBUÍDOS PELA CONDIÇÃO DO PRODUTOR, NO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS, NOS ANOS DE 1970 e 1980 (EM NÚMEROS ABSOLUTOS E RELATIVOS)

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	1 9 7 0				1 9 8 0			
	Nº	%	ÁREA	%	Nº	%	ÁREA	%
Proprietário	1.097	52,03	19.750	77,81	1.723	49,68	24.880	88,77
Arrendatário	403	19,12	1.409	5,56	402	11,60	941	3,36
Parceiro	388	18,41	1.497	5,90	304	8,76	738	2,63
Ocupante	220	10,44	2.724	10,73	1.039	29,96	1.468	5,24
T O T A L	2.108	100,00	25.380*	100,00	3.468	100,000	28.027	100,00

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário da Paraíba, 1970, vol. II, tomo IX, Rio de Janeiro: 1976.

IBGE, Censo Agropecuário da Paraíba, 1980, vol. II, tomo III, nº 11, R. de Janeiro:1983.

* Os dados relativos a área total dos estabelecimentos do ano de 1970, nas Tabelas 21 e 22, não se correspondem. O IBGE não nos forneceu nenhuma explicação para esclarecer esta distorção.

de administração por não proprietários. No conjunto dos produtores de banana, constatou-se que 87% das unidades produtivas eram administradas por seus próprios proprietários e 13% por administradores.

Também com relação à condição do produtor (Tabela 22), os dados permitem inferir que a organização da produção nos moldes anteriormente descritos não se constitui numa peculiaridade da produção de banana, mas da organização da produção agrícola do município como um todo. Com efeito, os dados do Censo Agropecuário de 1980 mostram que metade dos produtores são simultaneamente proprietários, quase um terço são ocupantes, 12% são arrendatários e 9% são parceiros. Esses dados, comparados aos da década anterior, refletem que houve um aumento de 57% dos produtores proprietários. Este aumento dos produtores proprietários contrapõe-se à redução relativa das categorias de arrendatário e parceiro, que embora tivessem seu número praticamente mantido no correr da década, apresentaram uma participação relativa bem menor no ano de 1980. No conjunto, essas duas categorias reduziram sua participação de 38% em 1970 para 20% em 1980. A área que trabalhavam apresentou uma redução bem maior, tanto em termos absolutos como relativos. Se em 1970 essas duas categorias utilizavam uma área de 2.906 ha (11% do total), em 1980 essa área é reduzida para 1.679 ha (6% do total). Os dados expostos evidenciam com clareza o interesse dos proprietários em arrendarem suas terras ou as colocarem à disposição dos trabalhadores sem terra no sistema de parceria. A própria composição da produção agrícola e pecuária da região, (ver item 2.3) associada a estrutura agrária dominante, já é um fator explicativo do fato. Além do mais, há entre

os proprietários uma preocupação generalizada de não adotarem condições que gerem vínculo dos trabalhadores à terra em que trabalham, como forma de eximirem-se das pressões sindicais pelo cumprimento da Lei (nomeadamente, o Estatuto da Terra).

Quanto aos ocupantes, pode-se observar que o seu número aumentou quase cinco vezes, embora a área total que ocupam fosse reduzida pela metade aproximadamente, bem como sua participação relativa na área total que caiu de 11% para 5% em 1980. Este fato resultou de uma maior pressão sobre a terra e na redivisão de uma área menor por um maior número de trabalhadores sem terra. É provável que a própria diminuição da área posta à disposição dos parceiros e arrendatários tenha contribuído para o acirramento do problema.

Na pesquisa, entrevistamos 36 trabalhadores assalariados, dos quais 25 (69%) eram "diaristas" ou "alugados" e 11 (31%) eram assalariados permanentes.⁶²

Os assalariados permanentes geralmente moram no interior da unidade produtiva e recebem uma remuneração fixa mensal ou semanal. Por esta remuneração cuidam do gado, dos pequenos animais e trabalham na cultura da banana. Recebem salários muito baixos e complementam o "produto necessário" à sua reprodução, cultivando alguns produtos alimentares em terra doada pelo proprietário ou sob regime de parceria. Esta atividade complementar é feita conjuntamente por toda a família.

Já os assalariados temporários ("alugados", "diaristas", etc.) nem sempre moram na unidade produtiva. Dos 25 en

^{62/} Isto não é uma amostra representativa, em consequência seus resultados não mostram frequência estatística, mas apenas características da categoria.

trevistados, 10 (40%) residem nos arredores da cidade e se deslocam para o trabalho diariamente, os 15 (60%) que residem no interior da unidade produtiva auto-denominam-se moradores e tinham condições semelhantes às dos assalariados permanentes, embora seu salário fosse pago em função dos dias trabalhados na cultura da banana ou em outras atividades econômicas. Há nesses casos, um compromisso tácito do trabalhador de servir ao proprietário sempre que requisitado. Na região ainda usam a expressão "trabalhador cativo", que bem caracteriza essa relação de imposição e exploração, onde o simples fato de fornecer uma casa para morar, garante ao proprietário a disponibilidade de mão-de-obra a qualquer momento, sem no entanto ter que pagar salário fixo, o que contribue para aumentar sua lucratividade.

Mesmo com essas condições, os trabalhadores temporários residentes apresentavam melhores condições de vida (ou menos precárias) do que os não residentes, uma vez que para estes, sem casa para morar e terra para plantar sua roça, ficava ainda mais difícil a sustentação própria e da família.

Os salários pagos aos trabalhadores assalariados da banana, em geral, são inferiores aos que percebem os trabalhadores urbanos. O preço médio da diária (em outubro de 1984) era de 3 mil cruzeiros. Comparando-se com o salário mínimo da aquela época (97 mil cruzeiros), seria necessário que um diarista trabalhasse 32 dias e meio por mês para conseguí-lo, o que é impossível.

Embora se mostrem insatisfeitos com a situação e receosos de perderem inclusive o direito de moradia e de culti

var agricultura de subsistência, esses trabalhadores ainda têm uma visão bastante limitada e confusa sobre o sindicalismo e leis trabalhistas.

Os números da Tabela 23 mostram que muitos trabalhadores são sindicalizados, no entanto apenas uma parte dos mesmos participa do sindicato. É bom ressaltar que essa participação quando se dá está voltada para o aspecto assistencialista, embora haja uma pequena parcela de trabalhadores que encara o sindicato como órgão classista e que luta pela defesa dos trabalhadores rurais.

De todos os trabalhadores entrevistados, apenas 1 tinha carteira de trabalho assinada, o que revela, sem sombra de dúvidas a instabilidade e desproteção de emprego em que se encontram, e o estado deplorável de suas condições de trabalho.

Essa categoria de trabalhadores tem sido motivo de grandes discussões de estudiosos do problema agrário no Brasil,⁶³ na medida que tem havido uma expansão considerável dos trabalhadores rurais não residentes, devido as pressões pela aplicação da legislação trabalhista no campo, o que tem levado os proprietários a expulsar os residentes, para evadir-se do cumprimento da Lei - O Estatuto da Terra e o Estatuto do Trabalhador Rural. A conclusão geral desses estudos é de que, a contratação de diaristas, residentes ou não, torna-se um modo bastante cômodo do proprietário desincumbir-se das obrigações trabalhistas para com o trabalhador rural, mantendo na proprie

63/ Veja-se dentre outros: SILVA, J. Graziano da, "Os trabalhadores da Agricultura Brasileira", in: A Modernização..., ob. cit. p.p. 142 a 161.

ANDRADE, M. Correia de, Tradição e Mudança, Rio de Janeiro: Zahar Edições, 1983.

TABELA 23

CONDIÇÃO DOS TRABALHADORES ASSALARIADOS NA CULTURA DA BANANA, SEGUNDO REGIME DE TRABALHO

DISCRIMINAÇÃO	Nº DE TRABALHADORES ENTREVISTADOS	TÊM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA	MORAM NA PROPRIEDADE	SÃO SINDICALIZADOS	PARTICIPAM DO SINDICATO
Assalariados Temporários	25	1	15	17	6
Assalariados Permanentes	11	0	11	8	3
T O T A L	36	1	26	25	9

FONTE: Pesquisa de Campo, Out. 1984.

dade apenas a mão-de-obra indispensável ao trabalho cotidiano, também ameaçado de substituição, caso reivindique seus legítimos direitos.

No caso dos produtores de banana em Bananeiras, observamos que dadas as peculiaridades da cultura da banana, torna-se mais vantajoso para os produtores-proprietários, contratar essa mão-de-obra nos piques de demanda de trabalho daquela cultura, o que se adequa muito mais aos trabalhadores não residentes que, por falta de outra opção, ou migram para outros centros, nos momentos de retração de demanda da força de trabalho ou ficam permanentemente à disposição, esperando a eventual demanda de trabalho, o que os faz passar longos períodos do ano desempregados.

3.3 - A BASE TÉCNICA E OS RENDIMENTOS DA PRODUÇÃO DE BANANAS

Nesta altura do trabalho, impõe-se analisar alguns aspectos da base técnica, sob a qual se desenvolve a agricultura na área de estudo, em especial, no caso da produção de bananas. Já aqui aborda-se-ão alguns aspectos relativos à ação do Estado na região, dado que, na atual conjuntura, não se pode discursar sobre a base técnica sob a qual se desenvolve a agricultura e as transformações por que tem passado, sem fazer referência à política do Estado, que tem criado mecanismos diversos que favorecem a chamada "modernização da agricultura".

É inegável a potencialidade de absorção de implementos agrícolas em geral e insumos agrícolas de origem industrial na área de estudo. Entretanto esse avanço somente pode ser devidamente compreendido e interpretado se considerarmos o per

fil dos beneficiados, no fundo, o direcionamento seletivo e classista de tal processo.

Os dados censitários da Tabela 24, mostram que nos anos de 1970, 1975 e 1980, houve considerável aumento da mecanização agrícola na região. No decênio 1970-80, o número de tratores cresceu 55% na micro-região, mais que duplicou o número de arados de tração animal e o de tração mecânica quase quadruplicou. As máquinas colhedeiras e para plantio tiveram um trajeto um tanto quanto irregular, apresentando um crescimento na ordem de 343% no quinquênio 1970-75, caindo no período seguinte, 1975-80, em 39%. Porém se considerarmos o ano de 1970 como base, verifica-se na década de 1970-80 um crescimento na ordem de 171%.

Essa constatação também é válida para o município de Bananeiras, cujos aumentos, em termos relativos, foram superiores aos observados à nível da micro-região. É sabido que a mecanização da agricultura funciona como elemento possível de fazer reduzir, até substancialmente, o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um ou outro produto, e ainda, aumentar a intensidade do trabalho, o que resulta num maior volume de produção no mesmo espaço de tempo. Assim sendo, a mecanização da agricultura pode significar uma forma de capitalização desta, ao contribuir diretamente para o processo de valorização do capital naquelas unidades produtivas que funcionam numa base fundamentalmente capitalista. No caso, a observação na área mostrou que efetivamente estes processos aconteceram, beneficiando boa parte das 20 unidades produtivas que existem no município com o status de "empresa rural", as quais recebem grande parte dos benefícios e das melhorias técnicas. O

TABELA 24

ARADOS, TRATORES, MÁQUINAS E INSTRUMENTOS AGRÍCOLAS, SEGUNDO A MICRO-REGIÃO DO BREJO PARAIBANO E O MUNICÍPIO DE BANANEIRAS, PARA OS ANOS DE 1970, 1975 e 1980

Especificação A N O S	BREJO PARAIBANO				MUNICÍPIO DE BANANEIRAS			
	TRATORES	ARADOS		MÁQUINAS COLHEDEIRAS PARA PLANTIO	TRATORES	ARADOS		MÁQUINAS COLHEDEIRAS PARA PLANTIO
		DE TRACÇÃO ANIMAL	DE TRACÇÃO MECÂNICA			DE TRACÇÃO ANIMAL	DE TRACÇÃO MECÂNICA	
1970	71	103	23	7	4	78	1	1
1975	83	145	60	31	19	77	22	13
1980	110	237	85	19	33	81	24	6

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário da Paraíba - 1970, vol. II, tomo IX, Rio de Janeiro; 1975

IBGE, Censo Agropecuário da Paraíba - 1975, vol. I, tomo IX, Rio de Janeiro: 1979

IBGE, Censo Agropecuário da Paraíba - 1980, vol. II, tomo III, Nº 11, R. de Janeiro: 1983

mesmo fenômeno observamos no que se refere à utilização de defensivos (pesticidas, inseticidas e herbicidas), que também apresentaram aumentos substanciais de consumo.

À nível da micro-região, observa-se que em 1975, menos de três mil estabelecimentos agrícolas utilizavam defensivos, enquanto que cinco anos depois, esse número chega quase a duplicar-se, ultrapassando cinco mil. Os incentivos do PRO-ALCOOL e a expansão da cana-de-açúcar na micro-região naquele período explicam esse aumento. No município de Bananeiras, o crescimento do número de estabelecimentos que passou a utilizar defensivos foi de 56%, em parte devido à orientação do crédito agrícola.⁶⁴

Essa prática significa um controvertido avanço na agricultura. Sua adoção, além de reduzir o tempo de trabalho (dispensa ou diminui o trabalho de capinagem), possibilita uma redução das "perdas naturais" na produção (ocasionadas pelo ataque de pragas e doenças), possibilitando aumentos de produtividade do trabalho. No caso da agricultura capitalista, os acréscimos nos rendimentos se revertem em favor do capital, ou seja, de sua valorização. Por outro lado, o uso inadequado, indiscriminado e excessivo de tais recursos traz incalculáveis prejuízos ecológicos e a saúde dos consumidores.

Um outro indicador das transformações da base técnica, é a adubação. Esta também age no sentido de aumentar os

^{64/} Este período engloba três anos de atuação do PDRI do Brejo, em que havia linha específica de crédito para os pequenos produtores agrícolas, cujos projetos para aquisição de defensivos estavam vinculados à assistência técnica da EMATER e, conseqüentemente, aos pacotes tecnológicos a ela vinculados. (Veja Anexo IV sobre a distribuição do crédito agrícola orientado pelo PDRI do Brejo Paraibano no Município de Bananeiras).

rendimentos, elevando a fertilidade natural do solo, o que vai permitir que a mesma quantidade de trabalho aplicado numa determinada área se reverta num maior volume de produção. No entanto, durante o período 1970-80, o número de estabelecimentos que utilizavam fertilizantes manteve-se estacionário no município, embora tenha duplicado na micro-região como um todo. Isso deveu-se ao fato de que, à nível da micro-região a expansão da cana-de-açúcar, altamente subsidiada pelos incentivos estatais, levou os produtores de cana, geralmente grandes proprietários, a fazerem uso da adubação, uma vez que os preços elevados da cana-de-açúcar e a garantia de crédito subsidiado para esse fim, tornavam rentáveis a utilização de fertilizantes. Já no município o fato não ocorreu da mesma forma, visto que os incentivos dados à bananicultura e os preços que essa atinge no mercado, não foram suficientes para tornar economicamente viável o uso da adubação (principalmente a química). Este fato não ocorre só entre os bananicultores, mas é comum a produção de alimentos básicos em geral, onde não se utiliza adubação, uma vez que os altos preços dos fertilizantes, comparados à rentabilidade econômica dos mesmos, impossibilita muitos de os usarem.⁶⁵

Com base nos dados da Tabela 25, pode-se observar que houve uma evolução favorável do número de estabelecimentos que utilizam práticas de conservação do solo. Considerando o período

65/ *Esse fato se estende por toda a região Norte/Nordeste, e sabemos que não são estas as regiões mais férteis do país, muito pelo contrário. Durante o período 1965-74 o consumo de fertilizantes no Brasil aumentou 581%. Nesse mesmo período a participação das regiões Norte e Nordeste manteve-se em torno de 8 a 10% do consumo nacional. (CORADINI, Odacir Luiz e ANTOINETTE, Frederica, Agricultura..., ob.cit., p. 37.*

TABELA 25

USO DA IRRIGAÇÃO, ÁREA IRRIGADA, USO DE FERTILIZANTES, DEFENSIVOS E PRÁTICAS DE CONSERVAÇÃO DO SOLO, SEGUNDO A MICRO-REGIÃO DO BREJO E DO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS NOS ANOS DE 1970, 1975 e 1980.

ESPECIFICAÇÃO A N O S	BREJO PARAIBANO					MUNICÍPIO DE BANANEIRAS				
	ESTAB. QUE USAM IRRIGAÇÃO	ÁREA IRRI GADA (ha)	Nº ESTABELECIMENTOS ONDE SE UTILIZA:			ESTAB. QUE USAM IRRIGAÇÃO	ÁREA IRRI GADA (ha)	Nº DE ESTABELECIMENTOS ONDE SE UTILIZA:		
			FERTILI ZANTES	DEFEN SIVOS	PRÁTICAS DE CON SERVAÇÃO DO SOLO			FERTILI ZANTES	DEFEN SIVOS	PRÁTICAS DE CON SERVAÇÃO DO SOLO
1970	77	456	906	-	-	32	89	377	-	-
1975	166	413	689	2.888	824	128	200	281	1.709	576
1980	119	398	1.847	5.375	1.454	74	69	385	2.667	1.109

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário da Paraíba - 1970, vol. II, tomo IX, Rio de Janeiro: 1975.

IBGE, Censo Agropecuário da Paraíba - 1975, vol. I, tomo IX, Rio de Janeiro: 1979.

IBGE, Censo Agropecuário da Paraíba - 1980, vol. II, tomo III, nº XI, Rio de Janeiro: 1983.

do de 5 anos, a partir de 1975, quase que chega a duplicar esse número, tanto à nível de micro-região como, em especial, no município de Bananeiras isoladamente.

Observa-se também que a utilização da irrigação não tem acompanhado o desenvolvimento da base técnica da agricultura na região. Os estabelecimentos que usam irrigação apresentaram, tanto na micro-região como no município de Bananeiras, um crescimento considerável no período 1970-75, chegando a quadruplicar no município e mais que duplicar na micro-região. No entanto, esse crescimento não se manteve no quinquênio seguinte 1975-80, e inclusive caiu substancialmente, embora em ambos os casos continuasse superior ao número apresentado em 1970. Se levarmos em conta a evolução da área irrigada, podemos constatar que à nível da micro-região houve uma diminuição paulatina no período mencionado, e à nível do município, embora se registre um aumento relevante no período 1970-75, o quinquênio seguinte, apresentou uma diminuição muito grande, de modo que, se considerarmos o comportamento apresentado na década 1970-80, veremos que realmente a irrigação não tem acompanhado a evolução da base técnica da região, seja porque é uma região de chuvas abundantes e regulares, seja porque economicamente a irrigação nem sempre é rentável, dada a própria composição dos produtos agrícolas cultivados na região, e sua rentabilidade, que não compensa grandes investimentos.

Em primeira instância, o resultado lógico dessa absorção de capital sob a forma de máquinas, implementos agrícolas e defensivos é o fortalecimento da empresa rural capitalista. Isto não deixa de ser uma verdade na área do Brejo, onde as empresas rurais têm assumido cada vez mais papel de desta

que, substituindo, inclusive, os chamados latifúndios por exploração. À nível de ilustração, vejamos o seguinte: mesmo se de 1972 a 1976 o número de empresas rurais aumentou apenas de 57 para 60 no Brejo e de 17 para 20 no município de Bananeiras, paralelamente, com uma diminuição nas áreas médias (de 215 ha por empresa para 192 ha no Brejo e de 284 ha para 254 ha em Bananeiras), continuam ainda com uma área média bem superior à dos latifúndios por exploração (que também tiveram suas áreas médias reduzidas de aproximadamente 130 ha em ambos os casos para 129 ha e 120 ha no Brejo e em Bananeiras respectivamente.

As modificações que ocorreram na base técnica no entanto não se fizeram na região de forma indistinta, indiscriminada. Podemos observar através dos números sobre as empresas rurais, que estas geralmente são grandes unidades produtivas . Deste modo, fica patente que a introdução de novos processos produtivos, bem como de tecnologia melhorada, depende portanto, das condições estruturais em que se situa a produção em questão, e esta está também submetida a condicionamentos mais gerais como o grau e as formas de intervenção estatal, o tipo de produção e mercado, a estrutura fundiária de propriedade e uso da terra, etc..

No caso da produção de banana em Bananeiras, verificamos durante nossa pesquisa de campo, que a base técnica sobre a qual se desenvolve ainda é predominantemente rudimentar, embora já possam ser observadas algumas unidades produtivas , principalmente as de médio porte, onde se conseguiu avançar um pouco tecnicamente.

Os produtores de banana em sua maioria não utilizam máquinas e insumos industriais modernos. Dos 52 componentes

TABELA 26

UTILIZAÇÃO DE MEIOS DE TRABALHO E INSUMOS AGRÍCOLAS, PELOS PRODUTORES DE BANANA DO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS, POR EXTRATO DE ÁREA, EM 1984

ESPECIFICAÇÃO GRUPO DE ÁREA DAS UNID. PRODUTIVAS (ha)	NÚMERO DE PRO DUTORES DA AMOS TRA	MEIOS DE TRABALHO UTILI ZADOS NA CULTURA DA BANANA			INSUMOS AGRÍCOLAS UTILIZADOS NA CULTURA DA BANANA						
		TRATOR	CULTI VADOR(OU ARADO)	ENXADA	USAM	NÃO USAM	ADUBO ORGÂNICO	ADUBO QUÍMICO	DEFEN SIVOS	IRRI GAÇÃO	MUDAS SELECI ONADAS
0 até 25	42	2	2	38	15	27	15	0	5	0	2
mais de 25 a 100	7	0	0	7	3	4	3	0	1	0	0
acima de 100	3	2	0	1	2	1	2	0	0	1	2
T O T A L	52	4	2	46	20	32	20	0	6	1	4

FONTE: Pesquisa de Campo, Out. 1984.

de nossa amostra, apenas 4 utilizavam trator na produção de banana, 2 utilizavam o cultivador e 46 tinham como principal instrumento de trabalho a enxada.

Os insumos agrícolas e as práticas modernas de cultivo são raramente utilizadas: 32 dos 52 componentes da amostra não utilizam nenhuma prática moderna no cultivo da banana, nem mesmo a adubação orgânica. Nenhum dos entrevistados declarou utilizar adubo químico. Os defensivos agrícolas são utilizados por apenas 6 produtores. Apenas 1 deles utiliza a irrigação artificial e 4 costumam usar mudas selecionadas.

Observamos que predomina na produção de banana a rusticidade das técnicas agrícolas e que esse fato pode ser a causa da baixa produtividade e escasso poder de concorrência, e assim, um dos motivos explicativos do baixo padrão de vida que possuem os bananicultores, principalmente, aqueles menores e que se dedicam quase exclusivamente a esta cultura.

A deficiência na tecnologia começa na aquisição das mudas para plantio. Apenas nos anos de 1978 e 1979, se utilizaram mudas selecionadas, adquiridas no Colégio Agrícola Vidal de Negreiros da Universidade Federal da Paraíba. Naqueles anos, as mudas eram subvencionadas pelo Estado, através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, fato que possibilitou sua utilização de forma mais abrangente e estimulou a cultura, no momento que esta passava a gozar um maior apoio do Estado, através do PDRI do Brejo Paraibano, inclusive com a concessão de crédito subsidiado para os pequenos produtores. A partir de então, se passou a aproveitar a "fiação" do próprio cultivo, voltando-se ao sistema anteriormente utilizado. A prática de aproveitar a "fiação" do próprio cultivo, se constitui num fa

tor de grande risco, devido à susceptibilidade de doenças e pragas que apresenta a bananeira e que podem ser transmitidas através das mudas já infectadas.

A atividade de desbaste⁶⁶ é pouco realizada, e quando é feita o é de forma bastante precária. Daí porque encontramos facilmente sítios de banana, principalmente nas pequenas áreas, onde o espaçamento entre as plantas é mais reduzido que o recomendado, uma vez que, cada touceira conta com 4 ou mais plantas no lugar das 3 aconselhadas.

Entendemos que esse nível tecnológico que caracteriza a grande maioria das unidades produtivas, onde o principal produto é a banana, pode ser explicado fundamentalmente pela própria estrutura fundiária, que repousa no binômio latifúndio/minifúndio, sendo que a maioria dos produtores de banana são minifundistas com uma parcela de terra insuficiente, até mesmo para a simples reprodução da unidade familiar. Aliado a esse fator básico, podemos citar o extremamente difícil acesso ao crédito institucional, particularmente, para os pequenos produtores.⁶⁷ Esses, sem maiores recursos próprios, ficam impossibilitados de adquirir os insumos agrícolas necessários para modernizar as técnicas de produção.

66/ O desbaste visa a eliminação do excesso de rebentos da planta procurando-se permitir o desenvolvimento da família (mãe, filha e neta), de modo que se evite o esgotamento do solo na área que foi destinada a cada planta.

67/ Cabe-nos destacar que no período compreendido entre 1977-82, foram beneficiados com o crédito rural, através do PDRI do Brejo Paraibano e via bancos oficiais, 3.464 produtores rurais da micro-região do Brejo Paraibano, cujo montante total de recursos foi de R\$ 173.000 (a preços correntes). No entanto, a descontinuidade do programa, em termos de crédito rural, inviabilizou a aceitação das outras metas, pelo menos por parte dos produtores de banana. A esse respeito, ver: CEPA-Comissão Estadual de Planejamento Agrícola & Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Avaliação Ex-Post do PDRI do Brejo Paraibano, João Pessoa, Janeiro/1983.

Além desses aspectos, também pode-se destacar, preliminarmente, o efeito da estrutura de comercialização a que estão submetidos os pequenos produtores, onde os estímulos de preços de mercado não os atingem, uma vez que se deluem por uma cadeia de intermediários.

A junção de todos esses fatores nos leva a crer que parece pouco provável que a produção de bananas se modernize a curto ou a médio prazo, mesmo que as tecnologias difundidas pelas políticas oficiais sejam consideradas "adaptáveis às condições dos produtores de baixa renda". E, nada indica que estejam desenvolvendo processos ou criando condições que levem a mudanças estruturais de longo alcance.

Esta situação reflete o próprio caráter da política agrícola do Estado, cuja ação ativa desenvolveu-se particularmente à partir de 1978 na micro-região do Brejo Paraibano, através do PDRI.

Este projeto, embora declaradamente voltado para o pequeno produtor agrícola com o objetivo proclamado de melhorar a produção e a produtividade dessa categoria de produtores, teve efeitos limitados. Esse resultado deve-se ao fato de difundir-se uma tecnologia intensiva em capital (expresso na exigência de larga utilização de fertilizantes e defensivos de origem industrial), o que faz esbarrar numa forte resistência por parte dos pequenos produtores, que dispõem da mão-de-obra familiar e para adotar práticas "melhoradas" ou "modernas" como as propostas, necessitariam de recursos para investimentos, os quais estão longe de seu alcance.

Segundo a CEPA da Paraíba, a atuação do PDRI na micro-região do Brejo Paraibano, fez elevar a produtividade da

banana de 19,8 t/ha (equivalente a 1.523 cachos/ha) no ano zero do projeto (1977) para 73 t/ha (equivalente a 5.612 cachos por ha) em 1982, representando um acréscimo de 269%. Aponta como razão principal desse aumento, "a introdução da variedade Pacovan, que apresenta excelentes resultados em comparação às variedades tradicionais quando se efetuam as práticas de desbaste e adubação orgânica apropriadas".⁶⁸

Os dados censitários do IBGE (Tabela 12) atestam que no período 1970-80, o rendimento médio da produção de banana apresentou um considerável crescimento na micro-região, passando de 403 cachos/ha para 768 cachos/ha no período 1970-75, e cinco anos depois chega a duplicar em relação a 1970, ao atingir 887 cachos/ha. Como podemos observar, estes dados não coincidem com os apresentados na Tabela 10 que são fornecidos pela FIPLAN, e também constam no Diagnóstico do PDRI do Brejo Paraibano, realizado pela CEPA, em que por exemplo, o rendimento médio apresentado no ano de 1970 é três vezes superior ao que consta nos dados censitários do IBGE. Essas distorções também são percebidas na comparação dos dados para os anos de 1975 e 1980.

Quando comparamos os dados do Censo agropecuário com os dados da FIPLAN e da CEPA, observamos que os dados da CEPA revelam-se exageradamente elevados. Mas, não existe semelhan

^{68/} CEPA, *ob. cit.*, p. 242. *Procedendo-se à equivalência com a finalidade de estabelecer comparações com os demais dados apresentados no trabalho, temos o seguinte: 19,8 t/ha equivalem a 1.523 cachos por ha, 73 t/ha equivalem a 5.615 cachos por ha, tomando-se como base informações da EMEPA e da EMATER-PB, de que na micro-região do Brejo, o peso médio de um cacho de bananas é de 13 Kg. Quanto a metodologia utilizada para medição do rendimento médio, a CEPA assim se expressa: "Esta informação foi coletada através das fichas (...) aplicadas nas unidades operativas da EMATER. Apesar de não ter-se tido informação consistente na pesquisa, esta informação foi verificada na área em diálogo com os próprios produtores e técnicos (não da EMATER)".*

ça nem mesmo, nas outras fontes, já que por exemplo, os dados censitários do IBGE mostram-se ser quase a metade dos elaborados pelas estimativas da FIPLAN. Isso mostra a inconsistência dos dados disponíveis e apresentados e nos leva a afirmar que os mesmos não são confiáveis para se proceder generalizações.

Estudos feitos pela EMEPA⁶⁹ mostram que, na micro-região do Brejo Paraibano, a utilização de tecnologia melhorada, em comparação com o uso de tecnologia tradicional, produz resultados significativamente satisfatórios. Experiência realizada em um campo experimental localizado no município de Bananeiras, em 1 ha de banana da cultivar Pacovan, deu um rendimento físico de 410 cachos por ha com uso de tecnologia tradicional e de 770 cachos por ha com uso de tecnologia melhorada. Observe-se que embora se trate de um estudo experimental, com observação de todas as normas técnicas, os rendimentos apresentados são inferiores tanto aos apresentados pela CEPA como aos números do IBGE, o que mais uma vez mostra a inconsistência dos dados.

No caso da pesquisa de campo que realizamos junto aos produtores observamos que os mesmos nem sempre têm noção do rendimento médio obtido nas suas unidades produtivas. Os que o têm, ou acreditam ter, apresentam-no de forma bastante variada e sem consistência, de modo que nossos cálculos de rendimento médio ressentem-se desta limitação, e foram estabelecidos em base nos questionários, assim como foram coletados, e estão expostos na Tabela 27.

69/ Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A, Teste do Sistema de Produção para a Cultura da Banana Cultivar "Pacovan" para o Brejo Paraibano, Campina Grande: 1983. (Não publicado).

TABELA 27

RENDIMENTO MÉDIO OBTIDO PELOS PRODUTORES DE BANANA NO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS, SEGUNDO O TAMANHO DA UNIDADE PRODUTIVA - 1984

GRUPO DE ÁREA DAS UNIDADES PRODUTIVAS (ha)	RENDIMENTO MÉDIO	NÚMERO DE PRODUTORES DA AMOSTRA	(a) MILHEIROS DE FRUTOS/ha MENSAL	(b) ESTIMATIVA DO NÚMERO TOTAL DE FRUTOS/ha MENSAL	(c) ESTIMATIVA DO NÚMERO DE CA CHOS P/ha ANUAL
0 até 25		42	2,01	2.010	301
mais de 25 a 100		7	2,53	2.530	379
acima de 100		3	1,50	1.500	225
T O T A L		52	-	-	-

FONTE: Pesquisa de Campo, Out. 1984

- Considerou-se o rendimento médio com base na área cultivada com banana e a produção obtida mensalmente, por cada categoria.
- A transformação dos dados originais em unidades de frutos, fez-se multiplicando por 1.000 os dados do questionário.
- A redução de frutos em cachos fez-se com abase em informações da EMEPA e da EMATER de que o número médio de frutos por cachos na região é de 80. Em seguida transformaram-se os rendimentos mensais em anuais para facilitar a comparação com as outras fontes de dados. Porém o resultado não tem sido satisfatório e aqui acreditamos que os rendimentos aparecem subestimados, servindo apenas para comparações entre os três extratos de produtores.

O rendimento médio apresentado pelo conjunto de produtores do município de Bananeiras, detectado através dos que compõem nossa amostra, é baixíssimo, o que expressa a manutenção do baixo padrão tecnológico na sua produção. O rendimento obtido pelo conjunto dos produtores de nossa amostra indicou uma média de 307 cachos por ha, com um destaque para os médios produtores que obtiveram acima da média geral.

As proporções relativas entre as diversas categorias de produtores foram confirmadas pelos resultados de nossa amostra, mas acreditamos que a imprecisão das informações relativas à produção e conseqüentemente ao rendimento médio apresentado tem inviabilizado a comparação com os dados oficiais anteriormente expostos, que são bem mais elevados.

Mesmo que consideremos a diversidade dos espaçamentos em cada setor pesquisado, a falta de controle contábil dos informantes, a idade e sanidade dos pomares e a metodologia adotada pelos diversos órgãos, parece-nos que a manutenção da tecnologia tradicional de cultivo é o fator que melhor explica esse baixo rendimento físico apresentado.

Cabe-nos ressaltar que, o uso da terra em termos regionais também não apresentou mudanças em função da ação do Estado na micro-região,⁷⁰ e, como havíamos citado anteriormente há na região uma estreita ligação entre a adoção das chamadas técnicas modernas e o sistema de posse e uso da terra.

70/ O Sub-Projeto de Melhoramento da Estrutura Fundiária-MEFUN, ligado ao PDRI do Brejo Paraibano, iniciou suas primeiras ações no período 1978-79, "tendo como órgão executor a Secretaria de Agricultura e Abastecimento com uma única linha de ação representada pela meta de aquisição de 3.300 ha a serem adquiridos no mercado livre. Com relação a essa meta não houve nenhuma realização". (CEPA, *Avaliação Ex-Post...*, ob. cit., p. 2116.

A manutenção desta, dificulta o avanço do processo de modernização da região.

A única explicação que se nos afigura para o grande avanço da cultura da banana em Bananeiras é a política agrícola que, por motivos talvez mais políticos do que técnicos, determinou o município como beneficiário do PDRI do Brejo. As injeções iniciais do projeto⁷¹ ampliaram substancialmente a área e a produção, mesmo que não mudaram muito as técnicas de produção empregadas na bananicultura. Passado o efeito conjuntural do período de ação efetiva do PDRI, ficou a situação mudada, mas equilibrou-se novamente. Cabe agora perguntar-se, o que aconteceu com esse acréscimo do impulso inicial. No novo equilíbrio tem papel fundamental a comercialização, como se verá.

3.4 - AS FORMAS DE COMERCIALIZAÇÃO

Nas análises precedentes da economia da banana concentramos nossa atenção para as relações internas de produção. Passaremos agora, pois, a analisar os canais de escoamento dessa produção. Em última instância, o processo de comercialização se constitui na realização dos produtos obtidos nas unidades produtivas enquanto mercadorias. "O grau de inserção no mercado é o indicador da produção capitalista, que reflete, ao mesmo tempo, o seu pressuposto e o seu resultado".⁷²

^{71/} *Informações obtidas com o técnico Antonio de Pádua, da EMATER, revelam que do início do projeto até o ano de 1982, a assistência técnica prestada por aquele Órgão era vinculada à obtenção de crédito para custeio e/ou investimento a uma taxa de 12% ao ano. A partir daquele ano, a assistência técnica desvinculou-se do sistema de crédito subsidiado por determinação do PDRI do Brejo Paraibano, o que muito tem dificultado o trabalho de difusão tecnológica na região.*

^{72/} *SILVA, J.F. Graziano da (Coord.), Estrutura Agrária e..., ob. cit., p. 231.*

As formas de comercialização da banana vão refletir sobremaneira as distorções da estrutura agrária concentrada, im perante na região, caracterizada por um grande número de imó veis dispendo de uma área pequena e de um pequeno número de imó veis, congregando a maior parte das terras. Daí o porquê da dispersão dos produtores, cuja produção atomizada requer me canismos e agentes externos de comercialização, especializados na realização do produto.

A presença de intermediários é plenamente lógica e justificada, pelo fato de que dado o nível de produção e pau perização da maioria dos bananicultores, os mesmos não têm se quer condições técnicas de efetuarem eles próprios a venda di reta ao consumidor, o que provavelmente nem seria economicamen te racional. Não podem sequer recorrer a práticas de estoca gem, de forma que ficam compelidos a vender sua produção a in termediários a qualquer preço, sob pena de vê-la perdida se as sim não procederem, com as consequências previsíveis.

A venda aos intermediários é evidentemente uma neces sidade dos produtores, um imperativo econômico. Outra coisa é a forma específica que essas vendas apresentam em cada caso.

A presença do intermediário de forma constante é vis ta pelos produtores como um "mal necessário", uma vez que, dada a dispersão da produção e a inexistência de um ôrgão congrega dor (uma cooperativa ou uma indústria processadora da matéria-prima, por exemplo), eles não têm opção disponível, e qualquer atraso na comercialização implica numa perda parcial ou total da produção correspondente.

Os números da Tabela 28 são eloquentes de que a CEASA não tem conseguido seus grandes objetivos iniciais, com tanta

TABELA 28

ESTRUTURA DA COMERCIALIZAÇÃO DA BANANA NO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS - 1984

ENTREGA DA PRODUÇÃO GRUPO DE ÁREA DAS UNIDADES PRODUTIVAS	Nº DE PRODUTORES DA AMOSTRA	ENTREGA DA PRODUÇÃO			
		A INTERMEDIÁRIOS	NA CEASA	NA FEIRA	OUTROS
0 até 25	42	36	2	2	2
mais de 25 a 100	7	4	3	-	-
acima de 100	3	3	-	-	-
T O T A L	52	43	5	2	2

FONTE: Pesquisa de Campo, Out. 1984.

pomba divulgados: apesar de seus preços relativamente superiores, os bananicultores preferem largamente os tradicionais intermediários. É que para vender a CEASA (em Natal ou Campina Grande), eles têm que se encarregar do transporte do produto, além de estarem sujeitos à incerteza dos preços e mesmo de que a compra efetivamente aconteça. O sistema CEASA criou uma infraestrutura insuficiente que decididamente não resolveu o problema, cuja possibilidade de solução é questionada com fundamento nos meios políticos-institucionais. Já a venda aos intermediários não tem essas desvantagens: normalmente pagam num prazo curto, em geral uma semana após a venda, o tempo necessário para os mesmos transferirem o produto às outras cadeias de intermediação, ou para que possam repassá-lo nas feiras aos vendedores finais.

Não está dentro de nossos propósitos analisar e descrever toda a cadeia de intermediação até atingir o consumidor final. Também não temos a intenção de tentar quantificar o volume comercializado e o valor das transações realizadas. Interessamo-nos, apenas, retratar a forma como se faz a comercialização na região, e sobretudo levantar o primeiro destino da produção, ou seja, o nexos produtores-intermediários imediatos, no sentido de entender os reflexos da ação dos intermediários sobre o conjunto dos produtores.

Na verdade, a maioria desses intermediários se configura como meros agentes dos grandes comerciantes atacadistas que possuem transporte e capital. Nestes casos, trabalhando com meios de transporte e recursos financeiros de terceiros, os intermediários iniciais subtraem o eventual excedente econômico dos bananicultores, mas não têm força econômica, por sua vez, para retê-lo: prova disso é seu nível de vida: os recur

sos que percebem apenas cobrem os custos de manutenção, garan tindo um nível de consumo modesto que dá para a reprodução fi sica própria e de sua família, mas não revelam acumulação de riqueza.

É portanto, na etapa posterior da comercialização, on de os atacadistas se constituem como principais elementos, que se retêm o excedente econômico produzido e repassado para os intermediários.

Já alguns intermediários que compram banana direta mente dos bananicultores são proprietários de caminhão (camio nete ou rural) e gozam de uma situação financeira melhor. Esses, obviamente, conseguem reter uma boa parte do eventual exceden te, desfrutando de melhor nível de vida e compartilhando com os grandes atacadistas as benesses da exploração e acumulação (mes mo quando modesta).

Para o bananicultor, em particular o pequeno, é in diferente quem fica com seu excedente: o fato é que pelo meca nismo de preços, nunca tem mais do que o necessário para a ma nutenção e reprodução simples.

Praticamente, 90% da produção é escoada para o merca do de Natal, tendo os "camioneiros" (proprietários de caminhão) assumido papel relevante, pois além de se constituírem aventu almente também como atravessadores, transportam o grosso do produto, pe lo qual cobram "fretes" dos atravessadores especializados que não possuem transporte próprio, o que lhes assegura participação no lucrativo negócio da banana.

Nesta etapa, a CEASA do Rio Grande do Norte assume importante papel, por ser através dela que se dá o principal ponto de encontro entre os pequenos intermediários e os ataca

distas e a transferência do produto para o comércio varejistas

Como vimos anteriormente, a produção de bananas é realizada por pequenos, médios e grandes produtores, isto revela não ser o tamanho do imóvel determinante na explicação do grau de inserção no mercado, uma vez que mesmo os pequenos produtores que trabalham áreas inferiores ao módulo rural regional, apresentam um grau bastante elevado da inserção no mercado, ao destinarem cerca de 45% de suas áreas cultiváveis a uma única cultura comercial. A explicação que encontramos para isso se prende ao fato de que a banana lhes possibilita - ao menos conjunturalmente - uma renda superior à que poderiam adquirir com qualquer outra cultura. Além do mais, nas culturas mais tradicionais como milho, feijão, roça, etc., a renda gerada é distribuída com os produtores só ao final do ciclo produtivo, ao passo que a banana possibilita uma renda monetária mensal, que se constitui num fator de estímulo àquela cultura.

Observamos durante a pesquisa que a forma de comercialização da banana baseada na intermediação - e que é bastante comum não só em Bananeiras, mas na produção agrícola geral do Nordeste - implica numa dependência extremamente forte entre os produtores e os intermediários da comercialização.

Essa dependência é evidenciada quando observa-se no lugar da idílica livre concorrência, a escandalosa formação de "mercados cativos" onde a cada intermediário cabe uma zona de influência, estabelecendo-se uma espécie de acordo tácito entre eles na divisão do mercado. Assim, cada um comercializa a produção de determinadas áreas, diminuindo ou mesmo evitando a concorrência entre eles e pressionando "monopsonicamente" a manutenção de preços de venda da banana, os mais baixos possíveis, segundo a conjuntura. Essa rede, na verdade, no seu con

junto forma uma espécie de mercado oligopsônico.⁷³

A pesquisa feita por amostragem, junto aos produtores de banana, revelou que é através do processo de comercialização, via intermediários, que o pequeno produtor transfere parte considerável da renda gerada para o circuito da acumulação de capital.

Para se ter uma idéia, em outubro de 1984, quando o preço da banana era de Cr\$ 0,40 a unidade no mercado consumidor, os produtores a entregavam aos intermediários por Cr\$ 0,10 ou Cr\$ 0,15 no máximo. Esse diferencial de preços se deluía por uma cadeia de intermediação, em que a maior parte fica sempre com os que detêm maior poder econômico, expresso em meios de produção e condições de comercialização.

Em resumo, na primeira etapa da comercialização atuam fundamentalmente pequenos intermediários, aos quais cabe apenas uma pequena margem de ganho da comercialização, suficiente unicamente para cobrir os custos de reprodução da família. Muitos deles são pequenos comerciantes, "bodegueiros", mini-produtores ou antigos agricultores, que conseguiram acumular o mínimo de recursos financeiros para ingressar nessa atividade, melhorando um pouco sua situação, mas sem jamais chegar a mudar de nível, convertendo-se em capitalistas. São porém, esses intermediários que se sobrepõem entre os produtores e os consumidores, os bodes expiatórios a quem se responsabiliza e acusa pelo papel expropriador dos pequenos produtores, que, embora não sejam

^{73/} Mercado Oligopsônico é aquele caracterizado por um grande número de vendedores e poucos compradores, cabendo aos últimos geralmente fixar o preço do produto em função de sua situação privilegiada. Este efeito multiplica-se ainda mais no nosso caso, no qual - como vimos - os poucos compradores repartem as áreas de influência e ação.

QUARTA PARTE - À GUISA DE CONCLUSÕES

Na tentativa de compreender a economia da banana na micro-região do Brejo Paraibano, escolheu-se uma área produtora relevante do ponto de vista sócio-econômico. O município escolhido - Bananeiras - apresenta características que permitem classificá-lo como representativo, pelo menos à nível regional, e, assim, os resultados de sua análise extrapolam o âmbito local.

A área onde centrou-se a análise é tradicional produtora de banana e apresentou em fins da década de setenta considerável expansão dessa cultura. Por isso escolheu-se o período 1970/84 como objeto de análise.

Naquele município foi implantada uma tentativa de expansão e modernização técnica da cultura. O Estado, por meio do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado-PDRI do Brejo Paraibano, executou em 1978/82 um programa com esse objetivo, voltado preferencialmente para o pequeno produtor agrícola.

Interessava compreender os diversos efeitos provocados por essa experiência inovadora pelo fato de que a expansão da bananicultura, apesar de modificar o panorama local transformando o campo num imenso bananeiral, a maioria dos produtores continuava apresentando um nível de vida muito baixo, sem nenhuma melhoria visível. Para examinar essa realidade efetuou-se uma pesquisa de campo, de outubro a novembro de 1984.

Dada a impossibilidade técnico-prática de saber, a priori e com uma margem de confiabilidade tolerável, a exten

são e a estrutura do universo a ser pesquisado, utilizou-se a experiência adquirida na região para obter um quadro geral que permitisse eurísticamente determinar as áreas e o tipo dos entrevistados nas diversas unidades produtivas e alhures.

Como resultado foram visitados 25 sítios e fazendas e feitas entrevistas com alguns produtores que residiam na cidade de Bananeiras.

O dito aponta para as limitações da amostra, porém ela é representativa e, conseqüentemente, tem validade, a qual pode ser questionada em relação ao grau, mas não negada.

Ao todo foram aplicados 52 questionários com produtores - proprietários e 36 com trabalhadores sem terra, que no momento da pesquisa se encontravam trabalhando na cultura da banana nas unidades produtivas visitadas. Destaque-se que desses 36 trabalhadores, 11 agiam em regime de trabalho permanente e 25 com vínculo temporário.

Conforme o Módulo Rural Regional (25 ha) classificou-se 42 produtores como pequenos, 7 como médios (acima do MRR até atingir 100 ha) e 3 como grandes (acima de 100 ha).

Os dados censitários do IBGE apontam para o fato de que a micro-região do Brejo Paraibano apresenta uma estrutura fundiária bastante concentraada, onde ao lado de uma elevada proporção de pequenos estabelecimentos se encontra, em todo o período estudado, um reduzido número de grandes estabelecimentos. Esta realidade também a do município de Bananeiras, o que é um indicador da representatividade do município em termos regionais.

A distribuição desigual da terra condiciona, segundo

ficou evidente durante a pesquisa, o tipo de produto a ser cultivado - "o que produzir" - e as formas utilizadas na realização do processo produtivo - "como produzir".

Assim, verificou-se que entre os pequenos produtores há uma preferência clara pela produção de banana, arroz, mandioca, milho e feijão; e afora o primeiro produto, todos os demais são destinados exclusivamente à alimentação da família. A produção, aqui, repousa predominantemente na força de trabalho dos membros do núcleo familiar.

Entre os grandes proprietários a atividade produtiva tem por base a pecuária, que se faz combinada com a produção de algodão, milho e feijão. Também se produz a cana-de-açúcar em grandes proporções. Nestas unidades produtivas predomina a força de trabalho assalariada, mas ainda se observa a relação de parceria. Nelas também se produz banana, mas a esta são dedicados relativamente pouca terra e poucos investimentos e, até o momento, é considerada pelos grandes proprietários apenas como uma cultura complementar.

Os pequenos produtores têm grande peso na produção de banana, não só em Bananeiras ou na micro-região do Brejo Paraibano. Na Paraíba, os produtores que produziam em áreas de até 10 ha contribuíram com metade da produção, tanto no ano de 1970 como em 1980. No período 1973/83 o crescimento da produção nacional de bananas foi de 15,5%, ao passo que na Paraíba o incremento foi da ordem de 52%. Em consequência disso, a quantidade de banana produzida pela Paraíba passou de 2,5% da produção nacional em 1973 para 3,3% em 1983.

A micro-região do Brejo Paraibano e o município de Bananeiras desempenharam papel de protagonistas nessa evolução

favorável. Os dados censitários, mesmo que problemáticos e cheios de contradições, mostram que no decênio 1970-80, na micro-região do Brejo Paraibano, a produção de bananas triplicou, que os rendimentos médios duplicaram e que a área colhida cresceu em mais de um terço. Para o município de Bananeiras, o crescimento da área foi de 68% enquanto que a quantidade produzida aumentou nada menos que 279% e os rendimentos médios mais que duplicaram.

Esta expansão pode, no seu conjunto, ser atribuída à ação do Estado na região através do PDRI do Brejo Paraibano. Entre outras medidas, este introduziu, em 1978, uma nova variedade de banana Prata - a Pacovan - que sendo indicada como mais resistente às pragas e tendo maior aceitabilidade no mercado consumidor, tem incentivado os produtores a substituírem por ela as anteriormente plantadas.

Na Paraíba, a produção de bananas é realizada em sua maioria por produtores proprietários. Dados do IBGE mostram que em 1980, 70% dos produtores eram proprietários, 11% arrendatários, 16% ocupantes e 2% parceiros. No caso concreto dos bananicultores de Bananeiras não identificamos nenhum produtor que plantasse banana em terra de terceiros, o que evidencia o desinteresse dos proprietários locais arrendarem suas terras ou as colocarem à disposição dos trabalhadores sem terra para plantar banana no sistema de parceria.

De modo que, em Bananeiras, a produção de bananas é efetivamente desenvolvida por produtores-proprietários, sejam estes pequenos, médios ou grandes. No entanto, quatro de cada cinco produtores são pequenos proprietários o que vem conferir à produção um caráter atomizado, que associado à descapitaliza

ção dos mesmos e ao baixo nível tecnológico apresentado, lhes coloca numa posição de subordinação frente aos agentes da comercialização.

Constatou-se que 90% da produção é escoada para o mercado de Natal, tendo os camioneiros "assumido papel relevante nesta fase da comercialização. No entanto, junto a estes existe uma série de pequenos atravessadores que se sobrepõe entre os produtores e os consumidores e são responsabilizados, como "bodes expiatórios", pela expropriação que o capital comercial exerce particularmente sobre os pequenos bananicultores.

Estes, embora constituam a maioria, respondem por 36% da produção, ao passo que os médios contribuem com 31% e os grandes com 33%, isto é, praticamente cada grupo contribui com igual parcela absoluta: 1/3 cada. Com relação à área cultivada com bananas, constatou-se que os pequenos produtores detêm 34% da área total, os médios 23% e os grandes 43%, revelando um aparente melhor aproveitamento relativo da terra por parte dos médios, pelo menos no que diz respeito à parte cultivada com bananas.

A pesquisa revelou que, na sua essencialidade, o que caracteriza e diferencia entre si diversos tipos de produtores não são os produtos, mas a forma de organização, no interior das respectivas unidades produtivas. Esta, logicamente, reflete o sistema de posse e uso da terra.

Nas grandes unidades produtivas há um predomínio de relações de trabalho com base no assalariamento, enquanto que nas pequenas é o trabalho familiar não assalariado o que se constitui no sustentáculo das relações de trabalho. Nas mé

dias unidades produtivas, há uma conjugação dos dois tipos de relações de trabalho, sendo que as relações fundadas no assalariamento têm maior peso no total das atividades desempenhadas.

Dadas as peculiaridades da bananicultura, torna-se mais vantajoso para os produtores proprietários, principalmente os grandes, contratar mão-de-obra adicional apenas nos picos de demanda de trabalho daquela cultura. A esta exigência adequam-se muito bem os trabalhadores assalariados não residentes que, por falta de melhor opção, ou migram para outros centros, nos momentos de retração da demanda de força de trabalho, ou ficam permanentemente à disposição, esperando a eventual contratação, o que os faz passar longos períodos do ano desempregados.

Embora a amostra da pesquisa relativa aos trabalhadores assalariados (e mesmo aos moradores) se ressentia de maior rigorosidade na sua escolha e, conseqüentemente, de uma maior representatividade, observou-se que dos 36 trabalhadores assalariados entrevistados 69% eram "diaristas" ou "alugados e 31% assalariados permanentes. A situação geral desses trabalhadores é de extrema pobreza, sendo que seus salários via de regra são inferiores, e amiúde substancialmente, aos dos trabalhadores urbanos. À época da pesquisa o preço médio da diária paga a um assalariado da banana era de Cr\$ 3.000, enquanto que o salário mínimo oficial situava-se em torno de Cr\$ 97.000. Conclui-se que seria impossível a um diarista conseguir sequer o salário mínimo, mesmo que trabalhasse os trinta dias ininterruptamente, o que de longe não acontece. Também revelam situa

nicultores proprietários, que além da atividade principal (cultivar banana) obtêm uma complementação de sua renda familiar com o cultivo de agricultura de subsistência.

Os assalariados permanentes geralmente moram no interior da unidade produtiva, sendo que o produto necessário à sua reprodução é formado pelo salário só parcialmente, já que em boa medida é integrado pelo obtido cultivando alguns produtos alimentares em terra "doada" pelo patrão ou sob regime de parceria. Constata-se assim um bem montado mecanismo de exploração/subjugação dos trabalhadores por parte dos proprietários, que reduz substancialmente o caráter de livre concorrência atribuído à força de trabalho assalariada.

Já os assalariados temporários nem sempre residem no interior da unidade produtiva, o que torna ainda mais precária sua já instável situação. Uns 40% destes residem nos arredores da cidade e não têm direito a terra para cultivar "agricultura de subsistência" como forma de complementação salarial. Como esta categoria é a que mais se adequa à cultura da banana nos moldes capitalistas de funcionamento, é provável que a expansão da bananicultura na região e a crescente inserção dos grandes produtores nesta atividade produtiva, provoque um crescimento relativamente considerável do contingente de assalariados temporários não residentes.

Pode-se constatar que existe uma estreita ligação entre o lugar ocupado na estrutura de posse e uso da terra e o nível técnico produtivo de cada bananicultor. Embora tenham-se detectado as potencialidades de absorção de tecnologia moderna na micro-região e no município, pode-se observar que as modificações ocorridas na base técnica no entanto não se fizeram de

forma indistinta, indiscriminada. A introdução de inovações centrou-se nas grandes unidades produtivas, mostrando que elas dependem portanto das condições estruturais em que se situa a produção em questão, e esta está também submetida a condicionamentos mais gerais como o grau e as formas de intervenção estatal, o tipo de produção e mercado, a estrutura fundiária de propriedade e uso da terra, etc..

A base técnica sobre a qual se desenvolve a produção de bananas em Bananeiras ainda é predominantemente rudimentar, embora já possam ser observadas algumas unidades produtivas, principalmente as de médio porte, onde se conseguiu avançar um pouco tecnicamente. As próprias condições estruturais em que estão inseridos os produtores médios e principalmente os pequenos, os impedem de assumirem qualquer atitude modernizante de envergadura.

A explicação mais plausível que se apresenta para dar conta do grande impulso da economia da banana em Bananeiras é atribuí-lo à política agrícola que, por motivos talvez mais políticos do que técnicos e sociais, determinou o município como beneficiário do PDRI do Brejo Paraibano. As injeções iniciais do projeto ampliaram substancialmente a área plantada e a produção, mesmo que não mudaram muito as técnicas empregadas na bananicultura. Passado o efeito conjuntural do período de ação efetiva direta do PDRI, ficou a situação mudada, mas reencontrou novamente seu equilíbrio de desigualdades e exploração, como bem mostrou a pesquisa, revelando o caráter afêmero de medidas não estruturais.

Dada a dispersão dos produtores, cuja produção é atomizada, e a inexistência de um órgão de comercialização congre-

gador, a presença de intermediários especializados na realização do produto passa a ser um imperativo econômico. Estes, no entanto, são meros agentes dos grandes comerciantes atacadistas, para os quais é transferido o eventual excedente econômico da produção de bananas, principalmente o procedente das pequenas e mesmo médias unidades produtivas. Assim se efetiva a subjugação aos interesses do capital, em particular do capital comercial, através de um complexo sistema de intermediação.

No cômputo geral, a organização da produção da banana reveste-se de características modernas e atrasadas ao mesmo tempo, fruto da manutenção de uma estrutura fundiária concentrada e concentradora e das relações de produção que nelas se têm instaurado. É a convivência contraditória do avanço do capitalismo no campo com outras formas de produção atrasadas remanescentes.

Dada essa configuração, as relações de trabalho ora refletem a presença de um capitalismo nascente no campo (quando se observa o crescente assalariamento nas grandes e médias unidades produtivas de banana) ou a preservação de situações "atrasadas" (baseadas no trabalho familiar não assalariado, nas pequenas unidades produtivas).

Essa dicotomia nada mais é do que uma expressão do próprio contexto sócio-econômico em que se insere. Por isso não surpreende que a economia bananeira bananeirense atenda, no fim das contas, direta e indiretamente à acumulação do capital. Volta-se para este propósito geral todo o aparato jurídico, econômico e político, revelando o caráter quimérico e ilusório de qualquer tentativa isolada de mudar a lógica de valorização do capital para a de valorização da produção, do trabalho humano

do indivíduo e da sociedade como um todo, sem que preliminarmente se promovam mudanças estruturais nos condicionantes dessa situação.

Daí porque, apesar de tentativas tais como a ação do PDRI do Brejo Paraibano, embora obtenham uma ou outra pequena melhoria, amiúde parcial e esporádica, não conseguem realizar os grandes objetivos proclamados, já que não provocam mudanças substanciais duradouras que venham a modificar as condições de vida e de trabalho dos agentes econômicos envolvidos, pelo menos daqueles de baixa renda (pequenos produtores, trabalhadores sem terra e assalariados em geral).

Crescimento e capitalização sem desenvolvimento, eis a síntese da conclusão do estudo da economia da banana em Bananeiras, cujos estímulos governamentais do PDRI do Brejo Paraibano provocaram, no pós-78, uma expansão da produção de banana local que, em essência, conseguiu apenas reforçar os embriões do capitalismo na área, capitalizando os grandes produtores de banana (para quem esta é uma atividade marginal) e desviando os excedentes econômicos dos médios e principalmente dos pequenos produtores, através dos intrincados mecanismos dos intermediários da comercialização, para as mãos do capital comercial. Assim reproduz-se, em se ampliando, a polarização econômico-social inerente ao capitalismo.

Diante dessas considerações, fica patente que a real solução dos problemas da pequena produção e ainda mais da população assalariada (para não falar da massa de desocupados e sub-empregado), principalmente a do campo, parte da reformulação da própria estrutura produtiva onde a propriedade privada

das principais meios de produção, em especial da terra, está fortemente concentrada em poucas mãos. Seu questionamento implica num repensar de todo o aparato político-econômico e institucional que regula a atividade agrícola e econômica em geral.

BIBLIOGRAFIA SELECIONADA

- ALMEIDA, Horácio de, Brejo de Areia. João Pessoa: Ed. Universitária, 1980.
- ANDRADE, Manoel C. de, A Terra e o Homem do Nordeste. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- _____, Agricultura e Capitalismo, São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1979.
- _____, Tradição e Mudança, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- ANTUNIASI, M. H. Rocha, Multiplicidade Tecnológica (A Organização do Trabalho na Rizicultura do Estado de São Paulo), São Paulo: USP, 1974 (Dissertação de Mestrado) (mimeo).
- BERNAL, M. C. C. & ALFREDO, A. P. Oliveira, "Formação do Excedente e Comercialização de Alimentos Básicos no Nordeste", Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza: vol. 12, nº 1, p. 119 a 186, jan/mar, 1981.
- BINAGRI, Biblioteca Nacional da Agricultura, A Agricultura Brasileira e Seus Esquemas Explicativos - As Principais Correntes Interpretativas de 50 a 70, (Não conseguimos as referências bibliográficas).
- BRAGA, M. G. S. A Crise na Cotonicultura no Sistema Agropastoril Sertanejo da Paraíba - Um Estudo de Caso: Município de Santa Luzia-Paraíba, Campina Grande: UFPb, 1984 (Dissertação de Mestrado) (mimeo).
- CEPA - Comissão Estadual de Planejamento Agrícola da Paraíba, Diagnóstico do PDRI do Brejo Paraibano, João Pessoa: CEPA, 1977.
- _____, PDRI-Brejo Paraibano. Avaliação Ex-Post, João Pessoa: CEPA, janeiro/1983.
- CORADINI, Odacir Luiz e FREDERICQ, Antoinette, Agricultura, Cooperativas e Multinacionais, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- COSTA, Iveraldo Lucena, Bananeiras Centenária, João Pessoa: Ed. Universitária, 1979.

- FIPLAN - Fundação Instituto de Planejamento do Estado da Paraíba - CEI. Estatísticas Agropecuárias - 1973 - 80, João Pessoa: 1982.

- GALINA, Laudemir Aparecido, Frentes Modernizantes na Agricultura Brasileira e os Ciclos de Expansão Econômica, Campina Grande: UFPB, 1981 (Dissertação de Mestrado) (mimeo).

- GALIZA, Diana Soares, O Declínio da Escravidão na Paraíba, 1850-1888, João Pessoa: Ed. Universitária, 1979.

- GUIMARÃES, Alberto P, A Crise Agrária, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Agropecuário da Paraíba. Recenseamento Geral de 1970, vol. II, tomo IX, Rio de Janeiro: 1975.

- _____, Censo Agropecuário da Paraíba, Recenseamento Geral de 1975, vol. I, tomo IX, Rio de Janeiro: 1979.

- _____, Censo Agropecuário da Paraíba - Recenseamento Geral de 1980, vol. II, tomo III, Rio de Janeiro: 1983.

- _____, Anuário Estatístico do Brasil - 1983, vol. 44, Rio de Janeiro: 1984.

- _____, Anuário Estatístico do Brasil - 1975, vol. 36, Rio de Janeiro: 1976.

- _____, Produção Agrícola Municipal - Anos de 1973 a 1982, Rio de Janeiro.

- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Estatísticas Cadastrais nº 1, Base: Recadastramento 1972, Brasília; INCRA, 1974.

- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Estatísticas Cadastrais nº 4, Cadastro de 1976, Brasília: INCRA, 1978.
- INCRA/UNICAMP, Comercialização e Formação de Preços. Campinas: 1978, 2 vol. (mimeo).
- KAUTSKY, K, A Questão Agrária, São Paulo: Proposta, 1980.
- MARIZ, Celso, Bananeiras Antes e Depois do Café, Conferência na Sede do "Bananeiras Clube", a 26 de março de 1944 (mimeo).
- MARTINS, J. S, Capitalismo e Tradicionalismo, São Paulo: Brasiliense, 1975.
- MARX, K, O Capital (Crítica da Economia Política) Livro I, vol. I e II, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- NASCIMENTO, Louise M. M. do, Rejeição do Setor Produtor de Olerícolas à Ação Modernizante no Município de Lagoa Seca, Campina Grande: UFPB, 1973 (Dissertação de Mestrado (mimeo)).
- PAIVA, Rui Miller, O Comportamento do Setor Agrícola no Desenvolvimento Econômico Brasileiro: Uma apreciação Crítica, Campinas: Curso de Formação de Instrutores em Administração Rural/CATI, 1976 (mimeo).
- PINTO, José Heráclito N, A Cidade de Bananeiras (mimeo), S/l, S/d.
- PRADO JR, Caio, Contribuição para Análise da Questão Agrária no Brasil, Rio de Janeiro: Vozes, 1969
- _____, A Questão Agrária, Rio de Janeiro: Brasiliense, 1981.
- SILVA, J. F. Graziano da, Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira, São Paulo: Hucitec, 1980.
- SILVA, J. Graziano da, A Modernização Dolorosa, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

- SILVA, J. F. Graziano da e QUEDA, Orivaldo, Distribuição da Renda e Posse da Terra na Produção e Consumo de Alimentos, Coleção Estudos Brasileiros nº 7, São Paulo: Hucitec, 1979.
- SOUZA, Nilson Araújo de, Crise Econômica: O Povo Tem a Saída, São Paulo: Quilombo, 1982.

ANEXO IRELAÇÃO DAS SIGLAS UTILIZADAS

- BINAGRI - Biblioteca Nacional da Agricultura
- CAGEPA - Companhia de Água e Esgotos da Paraíba
- CAVN - Colégio Agrícola Vidal de Negreiros
- CEMA - Cooperativa Escola Mista dos Alunos do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros
- CEPA - Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba
- EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.
- EMEPA - Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba
- FIPLAN - Fundação Instituto de Planejamento do Estado da Paraíba
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- PDRI - Programa de Desenvolvimento Rural Integrado
- PRO-ÁLCOOL - Programa Nacional do Alcool
- SAELPA - Sociedade de Eletrificação da Paraíba.

ANEXO Nº II

INFORMAÇÕES TÉCNICAS SOBRE O CULTIVO DA BANANA

1. EXIGÊNCIAS CLIMÁTICAS
2. O PROCESSO PRODUTIVO
 - 2.1 - O Viveiro
 - 2.2 - O Preparo do Solo
 - 2.3 - O Plantio
 - 2.4 - Tratos Culturais
 - 2.5 - Desbaste
 - 2.6 - Adubação
3. DOENÇAS E PRAGAS DAS BANANEIRAS
4. A COLHEITA

INFORMAÇÕES TÉCNICAS SOBRE O CULTIVO DA BANANA

1. EXIGÊNCIAS CLIMÁTICAS

A bananeira é uma planta de crescimento contínuo e rápido, No entanto, para alcançar uma boa produção, necessita que as condições climáticas sejam favoráveis durante todo o seu ciclo vegetativo, ou seja, exige determinadas temperaturas nas várias fases deste ciclo, bem como adequadas quantidades de água, além de um período seco nas fases de maturação e colheita. A temperatura ideal para o seu cultivo situa-se em torno de 26º C. De 15 a 35º C é considerado uma faixa na qual a exploração é segura. Quando a temperatura ultrapassa os 35º C, o desenvolvimento da bananeira é inibido devido à desidratação dos tecidos. A deficiência de água, principalmente nos períodos de formação da inflorescência ou no início da frutificação, pode ocasionar o amarelamento das folhas, o aumento do ciclo, a diminuição dos cachos e piora da qualidade dos frutos.

Também exercem influência sobre o desenvolvimento da bananeira: a umidade do ar, a luz e os ventos. Quanto maior a umidade do ar, mais rapidamente ocorre a emissão de folhas, maior será sua duração e maior uniformidade haverá na coloração dos frutos. A intensidade luminosa afeta o ciclo da bananeira, o tamanho do cacho e a qualidade e conservação do fruto. A fraca insolação retarda o desenvolvimento da planta, principalmente quando associada a um excesso de água. Os ventos também contribuem para o desenvolvimento da planta, quando intensos, podem causar fendilhamento das folhas, torção da copa, rompimento do sistema radicular e tombamento das plantas. Para contornar a ação desfavorável dos ventos recomenda-se o plantio de bananeiras de baixo porte, o uso de quebra ventos, a amarração ou tutenagem das bananeiras. Também a altitude exerce influência sobre a planta. Altitudes mais elevadas contribuem para aumentar o ciclo produtivo.

Considerados os aspectos climáticos e locais, a implantação de um bananal comercial deve ter começo pela escolha do cultivar a ser utilizado. Existem no Brasil mais de 35 espécies de bananeiras.

A produção de frutos, com a obtenção de material de multiplicação, tem dispensado as atenções para a necessidade de formação de viveiros, destinados a produção de mudas de bananeiras. Dá-se o nome de "muda" de bananeira a uma ou mais gemas vegetativas cujo desenvolvimento dará formação a uma nova planta. A prática usual é a de se obterem mudas de bananal decedente em fraca produção, sem nenhum critério de seleção das melhores toucei

ras. Em alguns casos são arrancadas todas as mudas existentes, normalmente infectadas de brocas (*Cosmopolitus sordidus*); noutros, arrancam-se as mudas indiscriminadamente, o que vem a prejudicar no futuro a vida do bananal. Em ambos os casos, a ausência na seleção das mudas, certamente comprometerá o bom desenvolvimento do bananeiral, bem como facilitará a propagação de doenças como o "Mal do Panamá".⁽¹⁾

Recomenda-se tecnicamente preparar a muda "pedaço de rizoma" da seguinte maneira: inicialmente, as bananeiras, tanto aquelas que já produziram como outras jovens, deverão ser arrancadas com máximo cuidado. Após a eliminação das raízes e rebentos, deve-se fazer com um facão, um corte transversal no pseudo-caule à altura de 5 a 12 cm acima da inserção da última folha viva externa (colo). Retalhando-se radialmente o rizoma, obtêm-se pedaços, que são as mudas, as quais deverão apresentar peso de 800 a 1.500 g. Após esta seleção as mudas poderão ser plantadas em viveiros, visando a sua multiplicação. As operações que compõem a formação do viveiro, como preparo do solo, adubação e tratos culturais apesar de bastante difundidas não são praticadas pela maioria dos produtores no Brasil, onde os maiores problemas verificados no processo produtivo, segundo a revista *Informe Agropecuário*⁽²⁾ são "os baixos níveis de tecnologia adotados pela maioria dos produtores e os ataques aos bananais pelo "Mal do Panamá" e "Mal da Sigatoga", que diminuem a produtividade da cultura.

2. O PROCESSO PRODUTIVO

2.1 - O Viveiro

Além de fornecer mudas para novas instalações, permite o aproveitamento do primeiro cacho, o que ocasionará uma redução nos custos de sua formação. Esta produção acontece 12 meses após o plantio, devendo coincidir com a época ideal para o transplante das mudas para seu local definitivo. A melhor época para o plantio é o período chuvoso, entretanto, com o uso da irrigação, poderá ser feito em qualquer época do ano.

(1) O "Mal do Panamá" é uma doença causada pelo fungo (*Fusarium oxysporum* f. af. *cubense* (Ef.) Sn. Eh.,) também conhecida como Murcha de *Fusarium*. Pode ser transmitida através das raízes, do rizoma-mãe ou diretamente de um rizoma afetado, quando o mesmo é utilizado para a produção de mudas. (*Inf. Agropecuário*. Belo Horizonte, 9 de julho/1983) Nº 102.

(2) *Informe Agropecuário* nº 63 - ano 6 - Março de 1980 - Belo Horizonte.

2.2 - O Preparo do Solo

A análise de solo é indispensável para se determinar a sua potencialidade e a calagem,⁽³⁾ quando necessária, deve atender às recomendações técnicas.

Em áreas onde a topografia permita a mecanização, o preparo do solo deverá ter uma atenção toda especial para evitar a movimentação excessiva da camada posterior da terra.

A gradagem⁽⁴⁾ será feita objetivando-se o nivelamento do terreno, o que possibilitará condições para melhor aplicação dos corretivos. Nesta ocasião as covas ou sulcos deverão ser abertas com uma profundidade de 60 cm, quando o solo for mais compacto, ou de 20 a 40 quando o solo for permeável. O espaçamento deverá ser determinado em função de dois fatores: fertilidade do solo e cultivar a ser plantada. Para as cultivares de porte alto, recomenda-se espaçamento de 3 x 2, 3 x 3, ou 3 x 4 cm dependendo da fertilidade do solo, e para as cultivares de porte médio, espaçamento de 2 x 2 ou 2 x 2,5.

2.3 2.3 - O Plantio

Escolhida e preparada a área a ser plantada, inicia-se o plantio, seja em sulco ou em covas e havendo disponibilidade de esterco de curral aconselha-se o seu uso. As mudas, previamente germinadas, devem ser transportadas cuidadosamente e colocadas no sulco ou na cova, de modo que, o(s) broto(s) fique(m) para cima. As mudas tipo rizoma inteiro, serão plantadas, à medida que forem arrancadas, colocando-se no fundo de cada sulco ou cova, calcando-as lateralmente com terra solta, porém deixando o rizoma a descoberto.

2.4 - Tratos Culturais

A bananeira é uma planta muito susceptível à concorrência do

(3) Calagem: é um dos problemas primários do condicionamento do solo como fonte de produção vegetal e o seu grau de acidez. A bananeira em solos ácidos sofre perturbações em sua nutrição, diante da dificuldade de absorver os fertilizantes. (Inf. Agro. nº 63 - Ano 6 - março/80 - Belo Horizonte).

(4) Gradagem: passagem da máquina para destorrear o terreno, de modo a facilitar a penetração da água no solo.

mato, que resulta em atraso no desenvolvimento, diminuição no vigor e queda na produção. Daí porque é necessário manter o bananal livre de plantas daninhas. Esta limpeza pode ser feita por processos manuais ou químicos (herbicidas).

2.5 - Desbaste

Visa a eliminação do excesso de rebentos, procurando-se deixar desenvolver uma família (mãe, filho, neto, etc.), evitando-se o esgotamento do solo na área que foi determinada à planta. É difícil estabelecer a época ou os meses após o plantio, em que deve-se fazer o primeiro desbaste num bananal novo. Vai depender muito do solo, clima, do cultivar e da época do plantio. Nos bananais adultos deve-se fazer de acordo com a necessidade da planta, geralmente três ou quatro vezes por ano. Esta talvez seja a prática mais importante e delicada na cultura da banana, sua finalidade é conservar a densidade inicial da cultura e, quanto possível, conseguir uma certa regularidade na produção. No entanto, tem sido muito descuidada por parte dos produtores, o que acarreta sem dúvida, diminuição da produtividade.

Paralelo ao desbaste deve-se realizar a desfolhagem, que consiste em eliminar as folhas velhas e secas, permitindo um melhor arejamento interno do bananal, acelerando o desenvolvimento dos filhos e facilitando a colheita. Também se indica a destoca dos rizomas velhos, já que geralmente são focos de praga.

2.6 - Adubação

O cultivo intensivo da bananeira, provoca enfraquecimento do solo, devido as grandes quantidades de elementos nutritivos retirados do solo pela bananeira, sendo necessário adubações sistemáticas para obtenção de boas produções e manutenção da fertilidade do solo. Os macronutrientes que têm importância para a bananeira são: Nitrogênio, fósforo, potássio, cálcio, magnésio e enxofre. Em média, um bananeiral retira do solo, por tonelada de cacho, as seguintes quantidades de nutrientes:⁽⁵⁾ Nitrogênio(N) 2,0 Kg, Fósforo (P_2O_5) 0,6 Kg, Potássio (K_2O) 6,4 Kg, Cálcio (CaO) 0,4 Kg, Magnésio (MgO), 0,9 Kg.

A ausência desses macronutrientes pode acarretar: aumento do

(5) *Informe Agropecuário*, nº 63 - Ano 6 - março de 1980 - Belo Horizonte.

ciclo de produção, diminuição do período de vida das folhas, diminuição do diâmetro e da altura do pseudocaule, cachos pequenos e leves, maturação comprometida, etc..

3. DOENÇAS E PRAGAS DAS BANANEIRAS

"Historicamente, a produção e comercialização da banana desenvolveu-se em plantações da América Central e América do Sul, sendo atualmente o Brasil o primeiro produtor mundial".⁽⁶⁾ Apesar disso, todas as regiões bananeiras do Brasil, têm suas safras prejudicadas pela ação de inúmeras pragas. A diversificação das variedades existentes cultivadas nos vários estados e até mesmo regiões de cultivo dentro do mesmo Estado, resultam em uma produção dispersa e tecnicamente mal organizadas. Como consequência, o peso médio dos cachos varia muito, inclusive em função das técnicas de cultivo e condução, o que dificulta uma melhor apreciação analítica desta cultura no Brasil, que muitas vezes tem um caráter quase extrativo.

Somando-se a essa deficiência, e mais grave ainda, são as várias doenças que atacam a bananeira durante seu desenvolvimento, sendo no Nordeste as mais comuns o "Mal do Panamá" (*fusarium oxysporum* f. sp. *cubense*) o "Mal da Sigatoga" (*Cercosporiose*).

O "Mal do Panamá", tem se constituído em um sério problema para a cultura, principalmente pelo fato de limitar o cultivo de banana a um certo número de variedades resistentes e impedir o cultivo de variedades como a "Maçã" e a "Prata", muito requisitadas no mercado interno.

Para seu controle recomenda-se o uso de variedades resistentes como por exemplo, as do grupo "Cavendish", e o tratamento das mudas por imersão, em uma mistura contendo inseticida, nematicida e fungicida, durante 5 minutos aproximadamente. O fungo é disseminado a partir das folhas doentes. Para evitar essa fonte de infecção, "sementeiras" baseadas em material isentos da doença, cuidadosamente selecionados, deveriam ser implantados cuidadosamente em todas as áreas que tradicionalmente se cultivava a banana.

Também se constitui numa grave ameaça a bananicultura, o "Mal da Sigatoga". Esta é tida como uma das mais sérias doenças da cultura em nosso meio. As plantas afetadas por esta doença apresentam perda precoce

(6) *Revista Agroquímica*, nº 25, pág. 4. São Paulo: 1984.

das folhas, depauperamento da planta o que reflete seriamente na produção. Passam a produzir cachos pequenos, com frutos sujeitos a maturação precoce e de qualidade inferior. Também se observa o enfraquecimento do rizoma e perfilhação mais lenta.

As variedades comerciais, são geralmente susceptíveis a esta doença. Ela está largamente disseminada em nosso meio e o seu controle deve ser feito através de medidas de proteção, como pulverização de fungicidas, ou a base de óleos minerais específicos.

Além dessas doenças que são as que mais afetam a bananicultura, atualmente, existem várias outras como: MOKO (*Pseudomonas solanacearum*), Podridões - do engaço (*Cercosyria paradoxa*), podridões do fruto (causado por *Stachyldium theobromae*) dentre outras, bem como uma série de pragas que afetam consideravelmente os bananais e que necessitam de um combate rigoroso, pois caso contrário, podem se constituir, em condições favoráveis, em sérios problemas para a cultura. Entre as pragas mais comuns, destacam-se: Brocas de Bananeiras (*Cosmopolites Sordidus*), Tripes Causador de Erupções (*Catantopius bicinctus*) Tripes Causador de Ferragem (*Trypactothrips lineatus*), Abelha - cachorro ou Irapuá (*Trigona spinipes*) Largatas (*Coligo illioneus*) Traça (*Opogona*) Nematódeos (*Meloidogyna javanica*).

Essas doenças e pragas, quando não controladas, constituem sérios problemas para os bananais, podendo inclusive, causar sua destruição.

4. A COLHEITA

Para as variedades mais precoces, a primeira produção ocorre cerca de 12 a 13 meses após o plantio e o cacho, contém de 5 a 15 pencas. Dada a perecibilidade dos frutos, os mesmos devem ser colhidos tanto mais imaturos, quanto mais distantes estiverem do mercado consumidor, porém devem-se atentar para o momento em que estiverem completamente desenvolvidos. O amadurecimento errático ou a predisposição e decomposição são consequências diretas da colheita de frutos verdes ou excessivamente maduros, respectivamente. Existem vários critérios de avaliação da maturidade dos frutos, dentre eles citaremos: relação: polpa-pele, dias a partir da emergência da inflorescência, desaparecimento da angularidade dos dedos, dessecação das folhas, fragilidade das extremidades florais e consistência da polpa. No entanto, parece ser a prática mais usual a da angularidade dos dedos.

Depois de eleito o estágio de maturação para a colheita, inicia-se a operação. Tal operação é realizada normalmente com facões e para

evitar escoriações nas bananas durante a colheita, recomenda-se que o trabalho seja realizado simultaneamente por duas pessoas, de modo que, uma corta o cacho e outra segura e o conduz até o meio de transporte que o levará ao mercado consumidor.

Durante o transporte, os cachos devem ser envolvidos com uma capa para proteger ainda mais os frutos. Normalmente são usadas as próprias folhas da bananeira, de tal modo que todo o cacho seja envolvido. O que ocorre em geral é que o transporte é realizado em caminhões, sem os mínimos cuidados para evitar a depreciação dos frutos. A seguir, o intermediário, limpa, seleciona, embala e em alguns casos climatiza para posterior distribuição ou venda.

Para o consumo interno, os cachos normalmente não recebem qualquer tratamento. Depois de transportados ao mercado consumidor, são despencados, para que o produto seja conduzido aos canais subsequentes de comercialização.

Em grande maioria dos casos, a banana é colocada por 24 horas num produto químico, usualmente denominado "carbureto", como forma de acelerar a maturação.

Já existe e é utilizada por vários empresários agrícolas do centro sul, as "câmaras de maturação", onde se procede o despencamento dos cachos, se elimina os restos florais e a goma exsudada dos cortes, como também se procede o tratamento químico contra doenças que se desenvolvem nos frutos. Esta câmara consta essencialmente de um recinto que possa ser fechado hermeticamente, de um sistema de refrigeração, de um sistema de umidificação e de um dispositivo para se injetar na câmara, o gás ativador da maturação. Sua função é controlar o amadurecimento artificial da banana, o que propicia um produto uniforme e de aparência externa agradável, embora provoque modificações no sabor da fruta e aumente sua perecibilidade.

Esses fatores se constituem favoráveis do ponto de vista do produtor, no entanto é muito questionável a qualidade nutricional desses produtos. É hoje motivo de acirrados debates entre especialistas, os efeitos da absorção de gases e tóxicos pela massa de consumidores, o que tem levado nos países desenvolvidos a protestos e até rejeição de alguns desses produtos pelos consumidores mais esclarecidos.

BIBLIOGRAFIA DO ANEXO II

CACEX - Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil, "O Comércio de Bananas", Informação Semanal, nº 951, Rio de Janeiro: ano 20, junho/1985.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Correio Agrícola, 2/27, p. 202 a 206.

EPAMIG - Empresa Agropecuária de Minas Gerais, Informe Agropecuário nº 63, Belo Horizonte: ano 6, março/1980.

Revista Agroquímica Ciba-Geigy, nº 25, São Paulo: 1984, p. 4 a 11.

Revista Agricultura de Hoje, nº 57, Rio de Janeiro: ano V, Março/1980.

ANEXO III

SÍTIOS E FAZENDAS VISITADOS DURANTE A PESQUISA

1. Encruzilhada
2. Alagoinha
3. Jatobá
4. Chã de Imbiriba
5. Chã de Lindolfo
6. Lagoa de Matias
7. Chã de Manguba
8. Sítio Buraco
9. Sítio Farias
10. Sítio Gamelas
11. Sítio Condado
12. Sítio Caena
13. Sítio Barreiro
14. Sítio Jardim
15. Chã da Porteira
16. Chã do Tabuleiro
17. Sítio Cambeba
18. Sítio Cana Brava
19. Sítio Chã da Prensa
20. Sítio Manguba
21. Sítio Cumati
22. Sítio Angico Bonito
23. Sítio Gambá
24. Sítio Gaspar
25. Sítio Pau-D'arco

OBS.: Além desses, tivemos informações de proprietários de outros sítios que residiam na cidade e foram entrevistados no local de residência.

ANEXO IVDISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO AGRÍCOLA DO PDRI
NO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS - 1978-82

A N O S	Nº DE PLANOS APROVADOS	MONTANTE FINANCIADO (ha)	ÁREA TOTAL FINANCIADA (ha)	ÁREA MÉDIA (ha)
1978	8	291.476	5,5	0,6
1979	9	73.266	12,5	1,4
1980	22	3.623.381	26	1,18
1981	79	12.527.475	762	9,6
1982	46	11.487.930	519	11

FONTE: EMATER - Escritório de Bananeiras.

OBS.: A área financiada inclui além da banana, a laranja e pastagens.

ANEXO V

ASPECTOS DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA BANANA NO BREJO PARAIBANO
(UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS)

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA (Específico para proprietários)

a) Dados sobre a família do entrevistado:

1. O Senhor tem quantos filhos ? _____
 - a) Menores de 7 anos: _____
 - b) Entre 7 e 13 anos: _____
 - c) Mais de 13 anos: _____
2. Qual o grau de instrução do Senhor ?

<input type="checkbox"/> Analfabeto	<input type="checkbox"/> Assina o nome
<input type="checkbox"/> Lê, escreve e conta	<input type="checkbox"/> Primário incompleto
<input type="checkbox"/> Primário completo	<input type="checkbox"/> Ginásial incompleto
<input type="checkbox"/> Ginásial completo	<input type="checkbox"/> Colegial incompleto
<input type="checkbox"/> Colegial completo	<input type="checkbox"/> Superior incompleto
<input type="checkbox"/> Superior completo	
3. Qual o grau de instrução de sua mulher ?

<input type="checkbox"/> Analfabeto	<input type="checkbox"/> Assina o nome
<input type="checkbox"/> Lê, escreve e conta	<input type="checkbox"/> Primário incompleto
<input type="checkbox"/> Primário completo	<input type="checkbox"/> Ginásial incompleto
<input type="checkbox"/> Ginásial completo	<input type="checkbox"/> Colegial incompleto
<input type="checkbox"/> Colegial completo	<input type="checkbox"/> Superior incompleto
<input type="checkbox"/> Superior completo	
4. Quantos filhos estão na escola ? _____
5. A família continua morando junta ? _____
6. Quantas pessoas da família estão integradas na produção agrícola ? _____

b) O Grau de socialização no trabalho

1. Recebe assistência técnica de algum órgão ?
 - Sim. Qual ? _____
 - Não. Faz quantos anos ? _____

De que maneira é prestada a assistência ?

2. É sócio de alguma cooperativa ?
 - Sim. Qual ? _____
 - Não. Por que ? _____

Nº de anos: _____

Caso responda sim: Qual a sua atividade na cooperativa ?

Em caso negativo: Acha necessário que se crie uma Cooperativa de bananicultores na sua região ?

Com que características ? _____

3. É sindicalizado ?
 Sim.
 Não. Nº de anos: _____
 O Senhor participa do Sindicato ? Por que ?

4. É sócio de alguma outra associação ?
 Sim.
 Não. Nº de anos: _____
 Que tipo de associação ?

5. Mora na Propriedade ?
 Sim. Só
 Não. Com a família
 Desloca-se apenas para trabalhar:
 Diariamente
 Semanalmente
 Mensalmente
 Outros - Especifique:

6. Há quanto tempo o Senhor trabalha com agricultura ?

7. E com banana, faz quanto tempo que cultiva para comercializar ?

8. A que o senhor atribue a expansão da bananicultura aqui no Município ?

9. Caso cultive bananas:
 Sempre utilizou a mesma técnica de cultivo ? _____
 Caso negativo, qual o grau das modificações instaladas e por que ?

 Por influência de quem ?

10. Quais os principais tipos de banana que cultiva ? (Pela ordem de importância).

 O que fez com que o Sr. cultivasse esses tipos e não outros ?

11. Qual a produtividade média da cultura da banana na sua propriedade ?

12. Já fez algum projeto p/melhoria da cultura da banana ?
 Sim. Não
 Em caso afirmativo: através de quem, (Qual o órgão ?)

13. Podendo adquirir mais terras, em que utilizaria ?
 Plantava mais banana ()
 Plantava cana ()
 Cultivaria agricultura de
 subsistência ()
 Destinaria à pecuária ()
 Outros (Especificar): _____
14. Fora o plantio de bananas, que outras atividades produtivas o Senhor desenvolve na propriedade ?
 Especifique: 1. _____
 2. _____
 3. _____
15. O Senhor se considera:
 () Agricultor () Produtor
 () Fazendeiro () Pecuárísta
 () Outros - Especifique: _____
16. Há quanto tempo tem a propriedade da terra onde trabalha ?
 Qual área total _____ ha
 Qual área total trabalhada ou cultivada _____ ha
 Qual área total cultivada com bananas _____ ha.
17. A terra trabalhada c/banana
 Própria (_____ ha)
 Arrendada (_____ ha)
 Tomada em parceria (_____ ha)
 Outros (_____) - Especifique : _____
18. Terras cedidas:
 Em arrendamento: _____ ha.
 Em parceria: _____ ha.
 Entregue a posseiros: _____ ha.
 Outros: _____ ha.
 Especificar: _____
19. No cultivo da banana, trabalha:
 () Toda a família
 () O pai e os filhos maiores
 () Assalariados permanentes () Quantos ? _____
 () Diaristas ? Quantos em média ? _____
 () Outros - Especificar _____
20. No caso de utilizar assalariados
 Qual a diária ? _____
 ou
 Qual o salário mensal ? _____
21. No caso de ceder terras sob forma de arrendamento, qual o preço do arrendamento ?

 Em caso de parceria, qual o percentual ?

 Qual a forma de pagamento ?
 () Em dinheiro () Em produtos
 () Em dias de serviço
 () Outros - Especificar _____

c) A comercialização da Produção:

1. Qual a quantidade de bananas que o Senhor vende mensalmente ?

Preço médio atual _____ p/milheiro
Qual o intervalo entre um corte e outro de produção para venda ?

2. A sua produção de bananas é vendida:

- Direto ao consumidor
 A intermediários
 A CEASA
 A agroindústria
 Na Cooperativa

Outros - Especificar: _____

3. No caso de entregar a produção a intermediários:

- sempre entrega ao mesmo comprador
 entrega ao comprador que aparece
 estabelece contatos verbais previamente com os compradores sobre quantidades e preços.
 estabelece contatos verbais com os compradores, porém não determina previamente as quantidades e os preços.
 entrega ao comprador que propor maior preço
 outros: especificar: _____

- 3.1 - O comprador adianta algum dinheiro para financiar a produção ?

- Sim. Em que condições ? _____
 Não.

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

ASPECTOS DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA BANANA NO BREJO PARAIBANO

(UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE BANAN IRAS)

(Específico para os agentes envolvidos na comercialização)

- a) Sobre a origem da produção:
1. Quais são as áreas que mais fornecem banana aqui no Município ?

 2. Quais as áreas aqui no município que o senhor trabalha com comercialização de banana ?

 3. O senhor sempre foi comprador de banana nestas mesmas áreas ?
Em caso positivo, faz quantos anos ? _____
Em caso negativo, por que ? _____
 4. O senhor compra bananas de quantos produtores ?

 5. Sempre comercializa a produção destes mesmos produtores ?
() Sim () Não
- b) Sobre os preços e quantidades
1. Como são estabelecidos os preços e quantidades ?
() São estabelecidos previamente através de contratos verbais com os produtores
() São estabelecidos no ato de compra e venda de acordo com as oscilações do mercado
() São determinados a posteriori, após a revenda
() Outros: Especificar: _____
 2. Sobre o pagamento aos produtores:
() à vista
() à prazo - () Curto () Longo
 3. Qual a quantidade média de bananas que o senhor compra para revender ?
_____ milheiros p/semana
_____ milheiros p/mês
 4. Onde o senhor revende a produção ? Por que ?

 5. Além da banana quais os outros produtos agrícolas que o Senhor comercializa ?

 6. Como é feito o transporte:
a) da unidade produtiva até a zona urbana _____
b) da zona urbana ao centro de revenda _____
 7. Qual o custo de comercialização por cada milheiro de bananas ?

 8. Qual a margem de lucro por milheiro revendido ?

9. Que tipo de banana é mais fácil de revender ? Por que ?

10. Quantas pessoas ajudam o senhor na compra e na revenda das bananas ? Qual a forma de pagamento ?

- c) Na segunda fase da comercialização (Revenda):
1. Como se estabelecem os preços e quantidades a serem vendidos ?

2. Por que os preços sofrem tantas oscilações ?

3. Qual a origem do capital de giro para comercialização da banana ?

4. A que o senhor atribue a expansão da bananicultura aqui no município ?

5. Desde quando se verificou o início dessa expansão ? Por que ?

DADOS DO ENTREVISTADO :

NOME: _____

PROFISSÃO: _____

LOCAL DA RESIDÊNCIA: _____

GRAU DE INSTRUÇÃO: _____

Bananeiras, ____ / ____ / ____.

ENTREVISTADOR: _____

3. Na produção da banana trabalham:
- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> toda a família | <input type="checkbox"/> o pai e os filhos maiores |
| <input type="checkbox"/> apenas o casal | <input type="checkbox"/> eventualmente contrata <u>dia</u>
r _{ista} (ou assalariados). |
| <input type="checkbox"/> sempre contrata
assalariados | No caso:
Quem paga ? _____
Quanto p/dia ? _____
Quantos trabalhadores p/dia ? _____ |
4. A terra trabalhada com banana
- | | |
|-------------------|----|
| Arrendada _____ | ha |
| Em parceria _____ | ha |
| Outros _____ | ha |
- 4.1 - Quem decide sobre o tipo de cultura a ser plantado:
- | |
|---|
| <input type="checkbox"/> o senhor, no caso o produtor |
| <input type="checkbox"/> O proprietário |
5. O senhor acha que existem muitos trabalhadores da agri
cultura na mesma condição do senhor aqui no município ?
- | | |
|----------------------------------|--------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> existem | <input type="checkbox"/> não existem |
|----------------------------------|--------------------------------------|
- Em caso positivo, em que regiões do município ? _____
Em caso negativo, quais as formas mais comuns que exis
tem ? _____
e em que regiões (em que sítios) ? _____
6. Além da banana, quais os outros tipos de cultura que o
senhor cultiva ? _____
área trabalhada (_____ ha)
forma de pagamento da renda da terra para estas culturas _____
-
- c) Grau de tecnificação na produção da banana
1. No preparo do solo, utiliza:
- | | |
|--|-------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Trator | <input type="checkbox"/> cultivador |
| <input type="checkbox"/> trabalho manual com enxadas, etc. | |
2. Insumos agrícolas utilizados:
- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Adubo orgânico | <input type="checkbox"/> Adubo químico |
| <input type="checkbox"/> Defensivos | <input type="checkbox"/> água irrigada |
| <input type="checkbox"/> mudas e/ou sementes selecionadas | |
| <input type="checkbox"/> Outros - especificar: _____ | |
3. Onde adquiriu as primeiras mudas ? _____
Quem as adquiriu ? _____
4. No caso de utilizar insumos agrícolas:
Quem os compra: o proprietário da terra
 o senhor, no caso, o produtor.
5. As despesas com o preparo do solo ficam por conta:
 do proprietário
 do senhor (no caso, o produtor)
6. Recebe assistência técnica de algum órgão ? _____
Qual: _____
Faz quantos anos ? _____
De que maneira é prestada a assistência ? _____
-
7. No caso positivo:
- | |
|--|
| <input type="checkbox"/> procuram diretamente o senhor |
| <input type="checkbox"/> vêm através do patrão |

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

ASPECTOS DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA BANANA NO BREJO PARAIBANO

(UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS)

(Específico para produtores sem terra)

a) Dados sobre a família do entrevistado:

1. O senhor tem quantos filhos ? _____

a) Menores de 7 anos: _____

b) Entre 7 e 13 anos: _____

c) Mais de 13 anos: _____

2. Qual o grau de instrução do senhor ?

() Analfabeto

() Lê, escreve e conta

() Primário completo

() Ginásial completo

() Colegial completo

() Superior completo

() Assina o nome

() Primário incompleto

() Ginásio incompleto

() Colegial incompleto

() Superior incompleto

3. Qual o grau de instrução de sua mulher ?

() Analfabeta

() Lê, escreve e conta

() Primário completo

() Ginásial completo

() Colegial completo

() Superior completo

() Assina o nome

() Primário incompleto

() Ginásial incompleto

() Colegial incompleto

() Superior incompleto

4. Quantos filhos estão na escola: _____

5. Mora na propriedade ?

() Sim () Não. Desde quando ? _____

6. É sindicalizado ?

() Sim () Não

Grau de participação no Sindicato:

() participa das decisões do Sindicato

() vai as reuniões e assembléias

() utiliza os serviços médicos e odontológicos prestados pelo sindicato

() participa do sindicato de vez em quando

() vai apenas pagar as mensalidades

() outros, especificar: _____

7. É sócio de alguma cooperativa ?

() Sim () Não Por que ? _____

b) Caracterização do trabalhador e condições de trabalho:

1. O senhor se considera:

() morador () arrendatário () meeiro

() parceiro () posseiro () ocupante

() outros, especificar: _____

2. Como paga a renda da terra ?

() em dinheiro - Quanto ? _____

() Em produtos - % da produção (no caso da banana) _____

() em dias de serviço - Quantos por semana _____

8. Se o senhor possuisse terra o que plantava ?
 banana arroz fruteiras em geral
 cana de açúcar feijão outros, especificar: _____
 roça milho _____

d) sobre o crédito agrícola: _____

1. Já tomou algum dinheiro emprestado nos bancos para produzir bananas:
 Sim - Quanto (maior montante) _____
 Não - Por que ? _____
2. O patrão adianta algum dinheiro para produção ?
 Em que condições ? _____

e) A comercialização do produto:

1. Qual a quantidade de bananas que o senhor vende mensalmente ? _____
 Preço médio atual: _____ p/milheiro.
2. A sua produção de bananas é vendida:
 direto ao consumidor a intermediários
 a CEASA a agroindústria
 na Cooperativa ao dono da terra
 Outros - especificar: _____
3. O pagamento é feito:
 antecipado à vista
 à prazo outros: especificar: _____
4. Por quem é feito o corte da produção de bananas e que instrumentos utilizam em tal tarefa ?

5. Qual o meio de transporte utilizado para levar o produto ao local de comercialização ? _____
 A quem pertence ? _____
6. Existe alguma dificuldade de vender as bananas produzidas
 Sim Não. Qual ? _____
7. Os preços atuais podem ser tomados como estimuladores da produção ?
 Sim Não. Por que ? _____
8. Quem decide onde vender a produção ?
 O produtor O proprietário
9. Na sua opinião onde seria mais vantajoso vender a produção ?
 _____ porque _____.

DADOS SOBRE O ENTREVISTADO

Nome do Entrevistado: _____
 Condição: _____
 Local de Residência: _____
 Nome(s) do(s) proprietário(s): _____
 Observação do entrevistador: _____

Data: ____ / ____ / ____

Entrevistador: _____

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

ASPECTOS DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA BANANA NO BREJO PARAIBANO

(UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS)

(Específico para assalariados do campo)

a. Dados sobre a família do entrevistado:

1. O Senhor tem quantos filhos ? _____

a) Menores de 7 anos: _____

b) Entre 7 e 13 anos: _____

c) Mais de 13 anos: _____

2. Qual o grau de instrução do Senhor ?

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Analfabeto | <input type="checkbox"/> Assina o nome |
| <input type="checkbox"/> Lê, escreve e conta | <input type="checkbox"/> Primário incompleto |
| <input type="checkbox"/> Primário completo | <input type="checkbox"/> Ginásial incompleto |
| <input type="checkbox"/> Ginásial completo | <input type="checkbox"/> Colegial incompleto |
| <input type="checkbox"/> Colegial completo | <input type="checkbox"/> Superior incompleto |
| <input type="checkbox"/> Superior incompleto | |

3. Qual o grau de instrução de sua mulher ?

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Analfabeta | <input type="checkbox"/> Assina o nome |
| <input type="checkbox"/> Lê, escreve e conta | <input type="checkbox"/> Primário incompleto |
| <input type="checkbox"/> Primário completo | <input type="checkbox"/> Ginásial incompleto |
| <input type="checkbox"/> Ginásial completo | <input type="checkbox"/> Colegial incompleto |
| <input type="checkbox"/> Colegial completo | <input type="checkbox"/> Superior completo |
| <input type="checkbox"/> Superior incompleto | |

4. Quantos filhos estão na escola ? _____

5. Quantos trabalham como diarista na cultura da banana ? _____

6. A mulher também trabalha como diarista ? _____

bb. Grau de socialização do trabalho

1. O senhor é sindicalizado ?

Sim Não. Há quanto tempo ? _____

2. O senhor participa do Sindicato ?

Sim Não. Por que ? _____

3. Em caso positivo, qual o nível de participação ?

- Participa das decisões do Sindicato
- Vai as reuniões e assembléias
- Utiliza os serviços médicos e odontológicos prestados pelo Sindicato
- Participa do Sindicato de vez em quando
- Vai apenas pagar as mensalidades
- Outros. Especificar: _____

c. Local onde mora e condições de trabalho:

1. na propriedade
- em Bananeiras
- em Solânea
- outros. Especificar: _____

